

ANÁFORA ASSOCIATIVA – ALGUMAS QUESTÕES

**Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

Maria Cândida Cantiga Esteves dos Reis Martins

Porto / 2001

***Aos meus filhos,
Carla, Joana e Eduardo***

Em memória do meu Pai

AGRADECIMENTOS

Quando, aos quarenta e oito anos, empreendi a tarefa que me trouxe até aqui, pouca gente acreditou em mim.

Não foi fácil todo o percurso que agora culmina mas a minha vontade em prosseguir superou a de desistir. Os meus agradecimentos a quem me apoiou e que passo a nomear:

Prof.^a Doutora Fátima Oliveira por ter aceitado o convite para me orientar e pela força que me incutiu na recta final, quando o cansaço se apoderou de mim, sem a qual eu não teria chegado aqui. Muito obrigada.

Prof. Doutor Sérgio Matos, o meu primeiro professor de Linguística que me fez despertar o gosto por estas andanças.

Professora Doutora Maria da Graça Pinto, minha professora, minha madrinha de Curso e minha amiga, referência muito importante no meu percurso académico.

Professor Doutor Mário Vilela, meu professor de Linguística a quem devo as bases de Semântica que me permitiram continuar os estudos nessa área.

Dr João Veloso, igualmente meu professor, mas, sobretudo, meu colega de trabalho e um grande amigo.

Professores dos Seminários da parte curricular deste Mestrado: Prof.^a Doutora Ana Maria Brito, Prof.^a Doutora Fátima Oliveira e Prof. Doutor Sérgio Matos.

Colegas do Mestrado, António, Paula e Sofia, as pessoas mais importantes durante a fase de elaboração desta tese e a quem devo muita gratidão e boa amizade pela coragem e ânimo com que sempre me motivaram.

Colegas da Licenciatura com quem passei momentos muito agradáveis, nomeadamente, a Dália, uma grande companhia.

Alguns funcionários da FLUP que nutriram por mim muita estima e carinho.

Prof.^a Doutora Henriqueta Costa Campos, Dr^a Helena Trigo e colegas do Mestrado de Teoria do Texto que iniciei na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Aos meus filhos, dedico-lhes o meu trabalho e esforço. Eles sabem que, sem eles, nada faria sentido e julgarão o passo que decidi dar há 8 anos atrás.

Ao meu marido, pela compreensão e colaboração com que aceitou o empenho que pus nesta tarefa e sem as quais esta teria sido muito mais difícil.

Para a minha Mãe e irmãos, nada mudou. Sou apenas eu.

Uma última homenagem ao meu Pai, sempre orgulhoso nos seus filhos, que teve ainda a alegria de me ver licenciada. Está hoje aqui comigo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – QUESTÕES GERAIS E ALGUNS TIPOS DE ANÁFORA	
Introdução	14
1.1- Questões de âmbito geral	
1.1.1 – Anáfora, texto e discurso	14
1.1.2 – Anáfora e Deixis	16
1.1.3 – Anáfora e Referência	24
1.1.3.1 – Referência e Sentido	26
1.1.3.2 - Referência e condições de “felicidade”	28
1.1.3.3 – Incompletude referencial	30
1.2- Alguns tipos de Anáfora	
1.2.1 – Anáfora correferencial	32
1.2.2 – Anáfora nominal correferencial	33
1.2.3 – Anáfora pronominal correferencial	37
1.2.4 – Anáfora pronominal não correferencial	39
Conclusão	41
CAPÍTULO 2- ACERCA DE ANÁFORA ASSOCIATIVA	
Introdução	42
2.1 – Anáfora Associativa vs Anáfora não Associativa	42
2.2 – Algumas definições de Anáfora Associativa	43
2.3 – Anáfora Associativa e Metáfora	45
2.4 – Algumas concepções sobre Anáfora Associativa	48
2.5 – Modelo pragmático-cognitivo da Referência	49
2.6 – Tese léxico-estereotípica – Kleiber	50
2.7 – Tese discursivo-cognitiva – Charolles	51
2.8 – Acesso ao “Antecedente”	53
2.8.1 – Tipos de “Antecedente”	55
2.8.2 – Localização da expressão “antecedente”	58
2.8.3 – Factores de acesso ao “antecedente”	59
2.9 – Anáfora Associativa como fenómeno inferencial	60
2.9.1 – Como se faz a inferência?	61

2.9.2 – Alguns tipos de inferências	61
2.9.3 – Tipos de suporte responsáveis pela inferência	63
2.9.4 – Inferência na comunicação verbal	65
Conclusão	66

CAPÍTULO 3- ALGUNS TIPOS DE ANÁFORA ASSOCIATIVA

Introdução	67
3.1 – Anáforas Associativas Meronímicas	67
3.1.2 – Tipo de relação	68
3.1.3 - Noção de parte	70
3.1.4 - Parte vs ingrediente	73
3.1.5 – Parte vs peça	74
3.1.6 – Parte intrínseca vs não intrínseca	74
3.2 – Condição de alienação	75
3.3 – Princípio da congruência ontológica	76
3.4 – Anáforas Associativas Locativas	78
3.4.1 - Tipo de relação	78
3.5 – Anáforas Associativas Actanciais	81
3.5.1 – Tipo de relação	81
3.5.2 – Propriedades da relação actancial	82
3.6 – Anáforas Associativas Funcionais	83
3.6.1 - Tipo de relação	83
3.6.2 – Propriedades da relação funcional	84
Conclusão	86

CAPÍTULO 4- ANÁFORA ASSOCIATIVA EM TEXTOS

Introdução	88
4.1 – Análise do <i>Corpus</i>	91
4.2 – Síntese dos resultados	119
4.3 – Algumas Questões	131
Conclusão	134

CONCLUSÃO	138
-----------	-----

BIBLIOGRAFIA	147
--------------	-----

***«Si le lexique peut aider à mieux comprendre l'anaphore associative,
l'anaphore associative peut en retour aider à mieux décrire le lexique.»***

(Kleiber, 2001)

INTRODUÇÃO

Apesar de o gosto pela Linguística me ter acompanhado ao longo da licenciatura, o meu interesse particular sobre Anáfora manifestou-se quando iniciei os Seminários de Semântica do Mestrado em *Linguística Portuguesa Descritiva*.

Pareceu-me um fenómeno complexo e, em virtude dessa complexidade que envolvia frases simples, construções absolutas¹, frases complexas e textos, comecei por perguntar o que é uma Anáfora.

A resposta não é de fácil solução e tentei procurar, na literatura, respostas e definições. Parece unânime que, em termos latos, é uma relação entre uma expressão cuja interpretação está sempre dependente de outra, podendo ocorrer em unidades que vão desde a frase simples ao texto/discurso.

Segundo Campos & Xavier (1991), há na constituição de qualquer texto relações estruturadoras de natureza sintáctico-semântica que lhe conferem o seu carácter de unidade de significação, distinguindo-o de um aglomerado de palavras ou de frases alinhadas. Dessas relações estruturadoras, as mesmas autoras definem um determinado tipo de relação abstracta de localização entre dois termos A e B do texto, tais que a interpretação referencial de A (termo localizado) só é possível na medida em que A retoma, total ou parcialmente, a interpretação referencial de B (termo localizador). A relação assim definida é geralmente designada por relação anafórica, relação de anáfora ou, simplesmente, anáfora.

Mas o que especialmente me interessou foi a anáfora a nível do texto/discurso que se pode considerar como uma relação estruturadora de natureza sintáctico-semântica e de dependência referencial entre diferentes elementos, inter ou intrafrásicos, contribuindo para o seu carácter de unidade de significação. É, por isso, um fenómeno de natureza sintagmática responsável pela coesão no encadeamento dos enunciados e, nesta medida, em muitos casos e pelo menos em parte, é responsável pela construção de sentido de um texto ou discurso, contribuindo para a sua coesão e coerência de modo a que os mesmos formem uma unidade de significação e sentido.

¹ Construções intrafrásicas constituídas, em geral, por participio e nome, correspondentes ao Ablativo Absoluto latino e que ocorrem frequentemente no Português.

Segundo Maingueneau (1997:19-20), o estudo da coerência e da coesão de um texto constitui o objecto da linguística textual afirmando o mesmo autor que «em geral, considera-se que a *coesão* resulta do encadeamento das proposições, da linearidade do texto, enquanto a *coerência* se apoia na *coesão*, mas também faz intervir normas gerais, não lineares, ligadas em especial ao contexto e ao género do discurso.». Para além disso, considera ainda que «analisar a *coesão* de um texto é apreendê-lo como um encadeamento, como uma *textura* (Halliday e Hasan 1976:2), em que fenómenos linguísticos muito diversos fazem progredir o texto e, simultaneamente, asseguram a sua continuidade por meio de repetições.». De entre esses fenómenos, elipses, conectores, inferências e outros, fazem parte as unidades «anafóricas» ou «catafóricas» que se interpretam graças a outros constituintes colocados antes (*anáfora*) ou depois (*catáfora*) no cotexto: pronomes, substituições lexicais, etc., sendo uma relação assimétrica.

Mas a coerência de um texto não depende exclusivamente da coesão, como aliás, Maingueneau (1997:21) adverte: «(...) um texto pode evidenciar sinais de uma *coesão* perfeita sem que por isso seja *coerente*. Para que um texto se diga *coerente* deve estar relacionado com uma intenção global, com uma «finalidade *elocutória»² ligada ao seu género de discurso. É isso que permite ao coenunciador adoptar um comportamento adequado ao seu ponto de vista: conforme um enunciado se apresentar como uma publicidade, uma receita de cozinha, um poema surrealista..., a sua *coerência* será estabelecida por vias muito diferentes. A *coerência* passa também pela identificação do tema do texto, daquilo que ele trata no interior de um certo universo (fictício, histórico, teórico...).

Sobre a questão da coerência textual, um outro autor, Fonseca (1988:7), considera que ela «é generalizadamente invocada como dimensão basilar do Texto, ou mesmo como propriedade que separa o Texto do «não-texto», tomado este como arbitrária ou desconexa sequência de frases» e, nessa medida, depende também do universo de conhecimento dos interlocutores. (Fonseca, 1992).

Mas uma questão fundamental é saber em que circunstâncias ocorre Anáfora, o que, devido à complexidade do problema e considerando que há vários

² Termo conforme tradução na obra citada.

tipos de anáfora, não admite uma só resposta nem respostas lineares. Contudo, pode dizer-se que ocorre quando entre duas expressões se estabelece uma relação de ligação entre termos em que pode haver nalguns casos correferência, noutros não. Em princípio, a interpretação referencial de uma expressão só é possível na medida em que retoma (total ou parcialmente) ou evoca, no caso das indirectas, incluindo a Associativa, a interpretação referencial da outra.

Uma outra questão, relacionada com a anterior, prende-se com a finalidade, ou seja, para que ocorre.

Como afirma Oliveira (1988:1), «A anáfora é, em princípio, um dispositivo utilizado pelas línguas naturais com a finalidade de evitar uma certa redundância ou até repetição, e que consiste na utilização de expressões semanticamente simplificadas em vez da expressão lexical inicialmente usada», embora a autora advirta para o facto de esta concepção não poder conduzir à ideia de que a anáfora seja, fundamentalmente, um fenómeno sintagmático e se esqueça a contribuição de outras expressões que ocorrem no texto.

Como vimos, portanto, a Anáfora existe para estabelecer coesão e coerência sem redundâncias nem repetições mantendo e confirmando o centro de atenção já estabelecido na linearidade do texto ou discurso, constituindo, como afirma Silva (1998:253), «um fenómeno linguístico estreitamente ligado à dinâmica textual, na medida em que contribui para assegurar a progressão do texto, instituindo-se como um dispositivo da sua coesão.».

Nesta medida, podemos concordar com Fonseca (1988:8) segundo o qual «A construção do texto pelo locutor representa a *linearização*, sujeita aos esquemas formais de cada língua, de uma *totalidade de significação* por ele *intendida*³, cumprindo uma determinada função de comunicação num quadro enunciativo específico.».

Resta perguntar como ocorre tal fenómeno. Também não é fácil a sua delimitação, pois a ocorrência de uma Anáfora pode verificar-se não só em frases simples e construções absolutas mas, principalmente, com algumas condições e restrições, em frases complexas de estruturas várias e em textos.

³ Expressão encontrada, em Fonseca, na obra citada.

Estas e outras questões, que acabei de citar, comecei por colocá-las a mim própria e isso suscitou-me um grande desejo de as aprofundar. Começando por recolher pequenas frases, fui tomando consciência das potencialidades com que podemos usar o material linguístico, com maior ou menor subtileza, para os mais variados efeitos.

De pequenas frases, passei a textos e, após algumas hesitações relativamente ao *corpus* a analisar, decidi-me pelo que aqui apresento numa tentativa de reflectir, em especial, no comportamento anafórico envolvendo nomes e nominais abstractos.

Esta tendência ficou a dever-se à constatação de que alguns nominais eram introduzidos por descrições definidas ou outro tipo de elementos que lhe conferiam o traço [+definitude], sem terem sido previamente introduzidos no discurso, o que me levou a investigar as razões de tal comportamento.

Optei, fundamentalmente, por exemplos retirados de textos escritos de uma revista mensal pois, na literatura com a qual tomei contacto, a maior parte dos exemplos foram “construídos” pelos seus autores para apresentarem o fenómeno servindo-se, essencialmente, de nomes concretos e contáveis sem modificadores adjectivais ou preposicionais.

Tal escolha não invalida a minha concordância com Kleiber para quem a construção de exemplos é uma escolha metodológica para minimizar os riscos que advêm de uma onipotência do discurso em detrimento da opção “semântica”, percurso que ele tem traçado e quer continuar a percorrer, como ele próprio, muito recentemente, afirmou: «Une conséquence additionnelle de notre option «sémantique» est de baliser le parcours que nous allons suivre.». (Kleiber, 2001:6).

...

Ao longo do meu trabalho, sempre que considereei pertinente, fui transcrevendo exemplos originais dos seus autores, particularmente em Francês, língua quase exclusiva da literatura consultada.

Recolhi oito textos de uma secção, intitulada *Olho Vivo*, que tem como objectivo informar, de forma aligeirada, os leitores acerca de descobertas que poderão ter aplicações técnicas, de desenvolvimento científico ou outras.

Tratei de observar como é que os mesmos foram apresentados e que relações referenciais eram estabelecidas entre eventos, estados ou propriedades e os vários nomes e nominais a eles associados.

O que o *corpus* evidencia é que qualquer texto é o reflexo de uma actividade comunicativa e a estrutura do “comunicado” recorre a fenómenos anafóricos de vários tipos porque dos nossos esquemas cognitivos não só fazem parte elementos que denotam entidades concretas como também elementos que podem estar conotados com o traço abstracto.

Nesta medida, reflecti no que são nomes concretos e nomes abstractos e procurei algumas definições em Gramáticas de diversos tipos e em alguns textos teóricos que passo a transcrever⁴.

«Os substantivos que nomeiam pessoas, coisas e animais chamam-se **substantivos concretos**; ex.: *Francisco, Maria, Lisboa, Tejo, mesa, cadeira, leão, tigre*.

Os substantivos que nomeiam acções, qualidades e estados *separados* das pessoas, coisas e animais chamam-se **substantivos abstractos**, ex.: *trabalho, alvura, doença*.» (Gomes, 1921:31).

«Os nomes de coisas, pessoas, ou animais são *substantivos concretos*; e os de acções, estados, ou qualidades, considerados em si, separadamente das pessoas, coisas, ou animais a que digam respeito, chamam-se *substantivos abstractos*.» (Torrinha, 1943-1944:62).

Segundo Mateus et al. (1989:54), (...) «Pode-se, portanto, considerar nominais como *verdade* de tipo superior a nominais como *urso*: reportando-nos à oposição tradicional concreto/abstracto, atribuiríamos aos últimos a propriedade **concreto** e aos primeiros a propriedade **abstracto**.

Em Cunha & Cintra (1994:97), no capítulo 6 sobre *Derivação e Composição*, pode ler-se o seguinte «Os substantivos derivados, geralmente nomes abstractos, indicam qualidade, propriedade, estado ou modo de ser.».

⁴ Transcrevi todos os sinais tipográficos das definições, conforme os originais, como o emprego de maiúsculas, negros e itálicos.

Para esta definição, são apresentados como exemplos, entre outros, os seguintes nominais: *crueldade*, *gratidão*, *altivez*, *beleza*, *alegria*, *velhice*, *altitude* e *doçura*.

Na mesma Gramática, no capítulo 8 intitulado *Substantivo* (1994:177-178), a distinção é a seguinte «Chamam-se CONCRETOS os substantivos que designam os seres propriamente ditos, isto é, os nomes de pessoas, de lugares, de instituições, de um género, de uma espécie ou de um dos seus representantes (...). Dá-se o nome de ABSTRACTOS aos substantivos que designam noções, acções, estados e qualidades, considerados como seres (...)».

Segundo Borba (1992:245), «Por uma questão metodológica, os nomes foram agrupados em dois conjuntos: *concretos* e *abstractos*, entendendo-se os primeiros como aqueles que têm referente no mundo dos objectos, e os segundos como aqueles que, não tendo referente, constituem-se em *eventos*, *atos*, *estados* relacionados a seres, coisas ou estados de coisas.

Tradicionalmente, os Nas⁵ têm sido tratados em correspondência com verbos e adjectivos, de que derivam por nominalização (cf. *O galo canta* > *o canto do galo*, *Ana é bela* > *A beleza de Ana*).».

...

Claro que estas e outras definições congéneres não são, de forma alguma, suficientes para tratar o fenómeno anafórico, no interior de um texto, mas revelam uma necessidade de fazer a distinção entre nomes de entidades concretas e nomes de entidades abstractas e, se existe essa necessidade, ela deve-se a diferenças de comportamento linguístico entre eles.

De acordo com Lopes (1971:197), esta oposição em concretos e abstractos, que tem sido aceite na generalidade, é demasiado simplista, opinião corroborada por Borba (1992:256) para quem a divisão pode ser provisória pois a análise dos contextos mostra que é necessário considerarem-se «*graus* de abstratização e/ou concretização.».

Também na língua espanhola, segundo Bosque (1999:7), a divisão entre *Sustantivos abstractos y concretos* é muito polémica.

⁵ Cf. o autor, “Nas” é uma abreviatura de “nomes abstractos”.

Sobre os critérios clássicos em que se baseia a classificação e considerando uma oposição conflituosa, o mesmo autor prossegue «Los nombres abstractos son, según la tradición, los que designan las entidades a las que no atribuimos «una existencia real», en palabras de Bello. Constituyen, pues, «las cualidades que atribuimos a los objetos suponiéndolas separadas o independientes de ellos» (Bello 1847:§103). El gramático venezolano, y con él otros muchos, se refiere a los sustantivos deadjetivales y deverbales (sus ejemplos son *verdor*, *redondez*, *temor*, *admiración*). El término ‘abstracto’ significa etimológicamente «separado», como recuerda el propio Bello, puesto que tales sustantivos – se dice – designan entidades separadas de las cosas mismas, esto es, características o propiedades suyas relativas a su forma, tamaño, color, composición, uso, valor, apreciación, interpretación y otras muchas nociones igualmente predicables de los objetos. Pueden verse descripciones muy similares en muchas otras gramáticas tradicionales.

Pocas distinciones gramaticales resultan tan escurridizas como esta cuando se sale de los ejemplos más claros que cabe proponer para cada una de las dos clases. Como veremos, existen serias dudas sobre si tiene sentido mantener propiamente la distinción, puesto que muchos indicios hacen pensar que la clasificación debe sustituirse por otras de abarque más específico.». (Bosque & Demonte, 1999:45).

A visão simplista, como muito bem disse Lopes (1971), acerca da oposição entre nomes concretos e abstractos, começa a fazer-se sentir em trabalhos na literatura dos últimos anos.

É assim que afirma Rio-Torto (1997:815) «(...) a estrutura semântica dum produto genolexical apresenta-se como um potencial de significação sobre o qual operam factores co(n)textuais, orientando-o ou restringindo-o.».

Esta pequena recolha leva-me a concluir que, relativamente à formação de nomes abstractos, não são de excluir diferenças morfológicas assim como a articulação entre a formação morfossintáctica e o valor semântico.

...

De entre os vários tipos de Anáfora, escolhi a Associativa Nominal e resolvi fazer dela o meu objecto de estudo e reflexão.

Como já disse, senti um especial fascínio pelos nominais que estão conotados com o traço [+abs] e coloquei três questões que me pareceram fundamentais:

- Será que os nomes e nominais abstractos também podem ser “antecedentes” e desencadear uma cadeia anafórica associativa?
- Que tipo de nomes ou nominais podem ocupar lugares associativos com “antecedentes” desse tipo?
- Como se comportarão, em Anáfora Associativa, nomes com modificadores quer adjectivais quer preposicionais?

A existência de termos definidos em lugares associativos que são introduzidos via um “antecedente” com o traço [+abs] leva-me a concluir que se possa estabelecer anáfora associativa ou associação anafórica⁶, entre nomes ou nominais que, pelo menos à superfície, não denotam entidades concretas e discretas com autonomia referencial como, por exemplo, *mesa*, *livro*, *flor*, etc. Este tipo de entidades, para além de outras, tem a característica de poder ter limites perfeitamente definidos e observáveis, directamente, pelo nosso sistema visual. Ao contrário, só se pode chegar a um conceito, por exemplo, ao conceito de *honestidade*, através de observação de conjuntos de entidades honestas uma vez que os predicados não podem ser apreendidos por ostensão.

Parece-me que no cerne do problema estão questões referenciais ou de referência que convém aclarar.

Na verdade, a enunciação de uma expressão referencial definida singular, segundo Searle (1981:39), serve «para isolar ou identificar um «objecto» ou uma «entidade», ou um «elemento particular», com a exclusão de outros objectos, a respeito do qual o falante poderá então dizer alguma coisa ou fazer uma pergunta, etc. Chamaremos «expressão referencial» a qualquer expressão que

⁶ Veja-se Bouyer & Coulon (1991:322) a propósito da inversão dos termos sugerida por Jean-Emmanuel Tyvaert.

sirva para identificar uma coisa, um processo, um acontecimento, uma acção ou qualquer outro tipo de ser «individual» ou «particular». As expressões referenciais designam objectos particulares; respondem às perguntas: «Quem?», «O quê?», «Qual»? É pela sua função, e nem sempre pela sua forma gramatical superficial ou pela maneira segundo a qual desempenham a sua função, que se reconhecem as expressões referenciais.».

Conforme o mesmo autor, é preciso fazer uma distinção entre as expressões referenciais definidas singulares e as indefinidas singulares, pois é importante distinguir os usos referenciais dos usos não referenciais de expressões indefinidas.

Por outro lado, Searle considera também que é necessário estabelecer a distinção entre expressões referenciais particulares e universais, isto é, entre expressões como, segundo ele, «O Everest», «esta cadeira» por oposição a «o número três», a «cor vermelha» e «a embriaguez».

Porém, existe uma relação entre os universais e as expressões predicativas na medida em que um universal, seja ele qual for, deriva do carácter significante do termo geral correspondente e, por isso, de acordo com Searle «(...) para ter a noção de um determinado universal, é necessário conhecer a significação, ser capaz de utilizar o termo geral correspondente (e, consequentemente, a expressão predicativa correspondente). Isto é, para compreender o nome de um universal, é necessário compreender a utilização do termo geral correspondente.» (Searle, 1981:159-160).

Um indício dessa dependência dos nomes de propriedade em relação a termos gerais encontra-se no facto de os nomes de propriedade serem, quase sempre, derivados (*cognates*)⁷ dos termos gerais correspondentes: por exemplo, «sábio» engendra «sabedoria», «gentil» engendra «gentileza», etc., e, nessa medida, «é impossível que uma língua contenha a noção de «gentileza», sem conter uma expressão que tenha a função de «é gentil», mas poderia perfeitamente conter «é gentil» sem ter «gentileza».» (Searle, 1981:159).

A partir do momento em que percebemos que possuir a noção de um determinado universal é algo que depende de saber como utilizar o predicado

⁷ Veja-se, a este propósito, a definição de *cognates*: «Diz-se de duas ou mais palavras que são cognatos, ou palavras cognatas, quando resultam de evoluções divergentes, em línguas de uma mesma família, a partir de uma base etimológica comum.» Xavier & Mateus (orgs), p. 81.

correspondente ou que os universais são parasitários em relação às expressões predicativas, que essas são anteriores aos universais, certas questões tornam-se mais claras.

Essa análise dos universais explica como as condições semânticas requeridas para fazer referência a universais diferem totalmente das condições semânticas para fazer referência a particulares. Enquanto a identificação de um particular exige que o locutor disponha de um facto contingente, a identificação de um universal exige que o falante conheça a significação do termo geral que se encontra subjacente ao termo singular abstracto utilizado para fazer referência ao universal em questão. (Searle, 1981).

Sobre esta questão, Kleiber (1999a:86) chama *syncatégorématiques* aos nomes que denotam entidades que se caracterizam pela sua dependência ontológica face a outras ocorrências como demonstra a seguinte definição «Il y a d'abord les noms dérivés de verbes ou adjectifs (M. Riegel, 1993) ou du moins reconnus comme ayant un rapport avec les adjectifs et les verbes, tels *blancheur* ou *explosion*. Une occurrence de *blancheur* ou d'*explosion* n'est pas indépendante, référentiellement parlant, comme l'est une occurrence de chien. Elle implique en effet que quelque autre entité ait la propriété «blancheur» ou ait explosé.».

Nesta perspectiva, a ocorrência de expressões linguísticas que denotam propriedades ou eventos não se pode separar das entidades que elas implicam e a elas estão associadas pois, segundo Kleiber, suprimir o portador de uma propriedade ou o agente ou paciente de uma acção é suprimir certamente, e ao mesmo tempo, a ocorrência da propriedade ou da acção.

Deste modo, propriedades e eventos são crucialmente solidários do tipo ontológico da entidade de que dependem.

Essa dependência constitui um factor a considerar e coloca uma outra questão que é a necessidade de articular a Semântica com a Morfologia, fundamentalmente a Derivacional, e mesmo com a Sintaxe.

Conforme Oliveira (1996:375-376), «Um aspecto também importante a ter em conta em semântica lexical diz respeito às regras de formação de palavras, nomeadamente a morfologia derivacional. (...) As regras de formação de palavras são semelhantes às regras sintácticas uma vez que especificam as categorias das expressões de entrada, as operações sobre essas expressões e a categoria

das expressões de saída. Mas, contrariamente ao que se passa com as regras sintáticas, as regras morfológicas derivacionais têm como saída palavras potenciais que não precisam de estar num qualquer léxico mental.».

Relativamente à Morfologia Derivacional, têm surgido na literatura, e assumido particular relevo, vários trabalhos sobre o Português e que me interessa destacar, em particular o de Rio-Torto (1997:815-816), pela ligação que estabelece entre Morfologia e Semântica. Como me parece muito relevante o que diz, passo a citá-la: «(...) de acordo com o princípio da composicionalidade, a estrutura semântica de uma unidade lexical compósita ancora-se na relação que entre si os seus constituintes tecem. Mas não se circunscrevendo à mera conjunção dos seus constituintes, a estrutura semântica de um produto genolexical apresenta-se como um potencial de significação sobre o qual operam factores co(n)textuais, orientando-o ou restringindo-o. Tal como outras unidades sígnicas cuja interpretação é fortemente condicionada pelo contexto, também o cálculo da significação dos produtos genolexicais depende da estrutura interna destes e do contexto em que ocorrem como, por exemplo, tipo semântico e argumental do predicado verbal, valor aspectual deste, classe semântica dos SNs que funcionam como argumentos externos e internos do SV, a natureza da determinação que afecta os nominais, a natureza dos complementos verbais e nominais, os tempos verbais usados, a natureza dos adverbiais e dos adjectivos.

Para além destes factores, para a interpretação de um enunciado concorrem ainda os conhecimentos prévios do mundo e os conhecimentos entretanto activados pela apreensão do texto.».

Em relação à Sintaxe, num estudo acerca da ordem de palavras no SN em Português em comparação com as línguas germânicas, envolvendo Ns deverbais eventivos, lê-se o seguinte: «Os Ns eventivos como destruição, invasão, ocupação designam um processo ou um evento enquanto os resultativos como relatório, trabalho designam, nas palavras de Grimshaw 90, “o “output” de um processo ou um elemento associado com o processo” (p.49). A diferença entre valor resultativo e valor eventivo parece dever-se à conjugação de dois tipos de factores: traços semânticos dos próprios Ns e factores contextuais, como a natureza dos predicados verbais, do tempo, da determinação, do número, da natureza dos adverbiais e dos adjectivos.» (Brito, 1996a:82).

Segundo Brito (1996b:78), «(...) a interpretação resultativa e a interpretação eventiva só são verdadeiramente actualizadas em função do contexto, não só ao nível da forma do SN (em especial a natureza do DET e do número que afectam este tipo de Ns) como ao nível de outros factores frásicos.».

Em Português, a distinção clássica entre uma leitura eventiva e uma leitura resultativa não é suficiente para captar certas subtilezas de interpretação de algumas nominalizações. Assim, contrariamente a essa posição, geralmente assumida na literatura, da possibilidade das duas leituras, mantendo a natureza aspectual dos verbos correspondentes, Brito & Oliveira (1995:78) consideram uma terceira leitura, uma leitura individual. Neste último caso, o comportamento linguístico do nominal perde as propriedades predicativas do verbo de base, comportando-se linguisticamente como um nome não derivado com propriedades referenciais.

Tal como disse Milner (1982:9-10), «(...) un nom “abstrait” n’est pas moins associable à un segment de réalité qu’un nom «concret», simplement le segment n’est repéré de la même manière.».

...

Para além desta Introdução, fazem parte deste trabalho 4 Capítulos onde se abordam questões consideradas importantes para o estudo da Anáfora Associativa.

No Capítulo 1, subdividido em 2 partes, são apresentadas, na primeira parte, questões de âmbito geral, acerca do enquadramento da Anáfora no texto e/ou discurso e à sua ligação com outro fenómeno que, frequentemente, lhe está associado, a Deixis. Seguem-se algumas considerações sobre a Referência e o Sentido e a sua importância para a interpretação do fenómeno anafórico em geral.

A segunda parte do mesmo capítulo é dedicada a casos de Anáfora em que há correferência entre os termos, nomeadamente, Anáfora nominal e pronominal, e a casos em que a referência é indirecta mas que, para alguns autores, entre eles Kleiber, não reúne condições para ser considerada Anáfora Associativa.

Relativamente ao Capítulo 2, é apresentado o fenómeno que, na literatura, é conhecido por Anáfora Associativa. Neste capítulo, vão ser abordados os aspectos principais tais como o critério da disjunção referencial e o do processo inferencial, indispensável à sua interpretação. Estes são, talvez, os pontos principais que justificam um tratamento distinto dos outros tipos de Anáfora.

O facto de não haver correferência entre os seus termos tem levado a perspectivas diferentes não só relativamente à própria definição como à maneira como é visada a Referência. São, assim, expostas, neste Capítulo 2, duas teses, a léxico-estereotípica e a discursivo-cognitiva, na medida em que servem de suporte à análise que pretendo fazer. Abordam-se, ainda, outros factores como o acesso ao termo “antecedente”, a sua localização e os suportes que podem conduzir às inferências necessárias à interpretação da Anáfora Associativa.

Em seguida, uma vez que na literatura é possível estabelecer alguns tipos de Anáfora Associativa, esses tipos e as suas principais características são apresentados ao longo do Capítulo 3 pois os mesmos mostram-se particularmente relevantes para a análise do *Corpus* e resultados de que me vou ocupar no Capítulo 4.

Desta forma, o Capítulo 4 é dedicado à apresentação do *Corpus* que é constituído por textos onde se procede a uma análise do fenómeno da Anáfora Associativa, envolvendo os tipos de nomes que apresentei na Introdução, e onde se faz uma breve síntese de resultados obtidos.

Antes da Conclusão, apresento algumas Questões que me foram levantadas pelo objecto de estudo que selecionei e que ficam em aberto para um possível aprofundamento.

CAPÍTULO 1 – QUESTÕES GERAIS E ALGUNS TIPOS DE ANÁFORA

Introdução

Este Capítulo está organizado em duas partes, abordando-se, na primeira, questões de âmbito geral e, na segunda, alguns tipos de anáfora associados à correferencialidade.

Assim, em virtude de o fenómeno ser, essencialmente, perspectivado como elemento de coesão, é apresentado, em primeiro lugar, o seu enquadramento no texto e/ou discurso bem como a sua estreita ligação ao fenómeno da Deixis.

Estas questões levam a abordar a problemática da Referência e do Sentido e a relevância da mesma relativamente ao êxito ou fracasso do acto linguístico, em geral.

Na segunda parte, são apresentados alguns tipos de Anáfora em que há correferência entre os termos, nomeadamente, a nominal e a pronominal, e outros em que a Referência é indirecta, dependendo da interpretação do tipo de pronome ou lexema, em especial, em frases de tipo genérico.

1.1 - Questões de âmbito geral

1.1.1 – Anáfora, texto e discurso

Segundo Cornish (1990:81), a anáfora não deve ser concebida como uma relação essencialmente textual mas analisada como um meio indispensável a todo o acto comunicativo, à elaboração de um discurso em construção pelos seus participantes, isto é, os elementos anafóricos, presentes no conteúdo verbal de um texto, sobretudo grupos nominais definidos, pronomes de terceira pessoa, demonstrativos, elipses, etc, desempenham igualmente um importante papel

discursivo. Com efeito, o texto é um “viveiro”⁸ de índices que vai permitir ao interlocutor reconstruir o discurso que o locutor ou escritor terá construído. O discurso será, então, um conjunto de actos enunciativos dispostos hierarquicamente para um determinado fim e do qual fazem parte não só a estrutura linguística organizada, constituída pelo texto, mas também outros actos de comunicação nos quais a linguagem verbal está ausente, como gestos, olhares, piscar de olhos, franzir de sobancelhas e muitos outros sinais paralinguísticos.

Este autor considera também que é pertinente a distinção entre texto e discurso na medida em que o primeiro deve ser entendido como um produto e o segundo como um processo.

Assim perspectivado, o discurso constitui uma interpretação provisória e probabilística da parte do destinatário que, para ter êxito, mobiliza conhecimentos do mundo, convenções que regem comportamentos sociais assim como o contexto em que o mesmo se desenrola. O discurso será uma construção dinâmica em constante modificação à medida que são introduzidas novas entidades, novas propriedades ou são estabelecidas relações novas entre as entidades introduzidas, quer através de predicação quer por inferência ou ainda quando uma interpretação de um elemento textual já formulada seja revista à luz de uma interpretação efectuada posteriormente.

A distinção entre texto e discurso também se encontra em definições do *Dicionário de Termos Linguísticos* como, por exemplo, a seguinte:

«Do ponto de vista da pragmática, discurso refere o modo como os significados são atribuídos e trocados por interlocutores em contextos reais. Num discurso particular, os enunciados são compreendidos por meio de referência a um conjunto particular de ideias, valores ou convenções que existem fora das palavras trocadas. Esta noção opõe-se à noção de texto que é encarado como pertencente ao domínio do sistema linguístico e como produto, enquanto discurso pertence ao domínio da linguagem em uso e é visto como processo.». (Xavier & Mateus (orgs):129).

A articulação entre texto/discurso e anáfora é também corroborada por muitos outros autores como Fonseca (1988) que afirma o seguinte: «a totalidade

⁸ Trad. de “vivier”, termo utilizado pelo autor.

de significação intendida pelo locutor só se torna disponível no e pelo texto efectivamente concretizado, através da *reconstrução* – quase sempre meramente aproximativa – que dela faz o receptor», ou Kleiber (2001) para quem as expressões anafóricas, particularmente as indirectas e associativas, apresentam uma parte de informação antiga (a que é fornecida pelo seu antecedente) e uma parte de informação nova (constituída pela nova entidade introduzida), o que representa um modo de progressão textual particularmente interessante, pois a mesma expressão assegura ao mesmo tempo a continuidade e a novidade.

Parece-me, por isso, correcto afirmar que toda a linguagem verbal, quer escrita quer oral, recorre a fenómenos anafóricos e que os mesmos devem ser entendidos numa perspectiva pluridisciplinar, tal como a própria linguagem. Na verdade, a produção verbal linguística é o reflexo de actividades cognitivas e não se pode dissociar de factores vários (históricos, sociais, culturais, e outros) implicados na forma como percebemos, categorizamos e armazenamos na memória o mundo que nos rodeia.

Partindo do princípio de que uma das funções da linguagem é a referencial⁹, e que a mesma tem como objectivo primordial a intercomunicação, a anáfora surge como um instrumento e um meio ao serviço dos falantes que lhes permite não só produzir como compreender enunciados, mediante a interpretação desses vários factores.

Na verdade, é o conjunto de estruturas cognitivas mais ou menos estáveis que vai servir de ponto de partida para as construções conducentes à produção e interacção comunicativas ulteriores.

1.1.2 – Anáfora e Deixis

Estreitamente ligado ao fenómeno da Anáfora pode ocorrer um outro fenómeno, a Deixis, elemento coordenador e estruturador do discurso cuja função é, tal como na Anáfora, chamar a atenção dos participantes no acto da

⁹ Uma das seis funções de um esquema atribuído a Jakobson e que, segundo ele, é a função predominante porque serve para designar objectos e atribuir-lhes significações. Cit in Holenstein (1975:219).

comunicação. Contudo, a génese de ambos os fenómenos parece estar directamente ligada ao poder de abstracção dos seus utilizadores.

Seja para o modelo inatista seja para o construtivista, a aquisição e o desenvolvimento da linguagem verbal é o resultado de um processo complexo responsável pela construção de toda a representação do mundo e de todas as invariantes que vão permitir a comunicação com tudo o que ela tem de dinâmico.

Dado que, no processo de aquisição, a compreensão precede a produção, quando o indivíduo consegue categorizar, estabelecer nexos, relações de temporalidade, causalidade, subordinação, entre outras, conseguindo passar da descrição à narração, forçosamente se vai servir de elementos anafóricos para estabelecer relações de dependência referencial.

Essa capacidade ocorre no terceiro estágio, de acordo com a teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, denominado estágio das operações concretas, quando a criança domina transformações, em situações novas, e se encontra na posse de uma poderosa invariante semântica a par de todas as outras invariantes.

Segundo Papalia et al. (2001:420-424), durante o período escolar, (7-12 anos), existem avanços nas capacidades cognitivas como, por exemplo, as capacidades de classificar, agrupando em categorias e incluindo em classes, resolver problemas indutivos e dedutivos, fazer julgamentos sobre causa e efeito, seriar, inferir transitivamente e conservar. Esta capacidade de conservação, nos termos de Piaget, é a que leva o indivíduo a uma descentração, não se deixando influenciar por alterações a nível perceptivo, e a compreender princípios como *identidade e reversibilidade*. Nesta medida, as autoras afirmam que «pelos 7 anos de idade, segundo Piaget, as crianças entram no estágio das operações concretas. São menos egocêntricas e são capazes de usar operações mentais para resolver problemas concretos (actuais). As crianças são agora capazes de pensar logicamente, porque podem ter em consideração múltiplos aspectos de uma situação, em vez de se concentrarem num único aspecto.». (Papalia et al. (2001:420).

Na verdade, segundo Cornish (1990:83), experiências feitas por Karmiloff-Smith (1980) em dois grupos de crianças francófonas e anglófonas de idades compreendidas entre 4-6 anos e 6-9 anos, a quem foi pedido que contassem uma história de seis imagens, revelaram que as do grupo etário mais baixo

descreveram o que se passava em cada imagem separadamente e utilizaram, para isso, a estratégia dêitica, introduzindo de cada vez um novo mundo ou espaço referencial, empregando advérbios demonstrativos e pronomes pessoais de terceira pessoa. As suas descrições verbalizadas eram, simultaneamente, acompanhadas de gestos paralinguísticos, designando com o dedo os referentes visados sem qualquer ambiguidade.

Pelo contrário, as crianças do grupo etário mais elevado, introduziram a personagem principal através de um grupo nominal indefinido, marca de existencialidade, retomando-o pela estratégia anafórica e distinguindo-o dos outros participantes da história. Esta estratégia, segundo Karmiloff-Smith, permite observar a sensibilidade a uma hierarquia no discurso e a necessidade de coordenar a atenção do interlocutor em função dessa hierarquização. (Cornish, 1990:84).

Para avaliar a coesão em histórias, idênticas experiências foram feitas com crianças portuguesas, com idades pré-escolar e escolar entre 6 e 8 anos, em grupos de 60 cada, tendo sido estudadas as suas produções orais. Segundo Pinto (1987:95), foi usado como material uma representação pictórica de uma história com três imagens para garantir que o principal referente, o protagonista, assim como outros referentes/objectos pudessem ser mencionados mais do que uma vez.

De entre os resultados obtidos, foi destacado pela autora: «A ligação à imagem surgirá relacionada com o emprego de conectores, sendo esse emprego marca de boa organização textual nas crianças mais velhas quando se constata que o conector utilizado, para além de interligar imagens, interliga concomitantemente momentos importantes da história. Este comportamento manifesta já uma maior centração no discurso, em virtude da capacidade crescente de descentração que se vai verificando. (...) O poder de descentração da criança permitir-lhe-á passar a prescindir dos mesmos meios para preencher as suas estruturas. Do mesmo modo que se distancia da imagem, a criança aprende também a desprender-se do seu próprio texto, tornando a sua produção mais variada, muito embora mantendo a coesão que lhe é conferida pela componente estrutural da sua língua.». (Pinto, 1987:112-113).

Assim, também no desenvolvimento cognitivo da criança, na sua relação com a linguagem, se pode verificar que há etapas distintas para o uso de

marcadores dêíticos e anafóricos, sendo estes posteriores àqueles. Só com um verdadeiro domínio de marcadores anafóricos é que os seus enunciados se podem constituir em textos.

Estes e outros estudos permitem chegar ao conceito e às várias definições de anáfora havendo quase unanimidade no essencial e que consiste no seguinte: para o estabelecimento de uma anáfora é necessário a existência de um termo ou expressão referencial, denominado “antecedente”, e um outro termo ou expressão que obtenha a sua referência desse “antecedente”, denominado termo ou expressão anafórica. Sendo a anáfora uma relação de interdependência referencial entre antecedente e termo anafórico, torna-se necessário formular as condições em que a mesma pode ocorrer.

Não constitui problema quando a interpretação do referente de uma expressão anafórica assenta, sobretudo, na sua localização relativamente ao “antecedente” introduzido no contexto linguístico. Assim, uma expressão é considerada anafórica quando é necessário recorrer a uma menção anterior para encontrar o seu referente, marcando, assim, a continuidade com um referente já colocado no foco de atenção existente.

Este tipo de referência endofórica (encontrada no material linguístico, pela introdução prévia no universo textual ou discursivo) versus exofórica (encontrada fora do material linguístico, nas coordenadas espaço-temporais do universo da enunciação) tem-se mostrado suficiente, segundo alguns estudiosos, para a distinção entre Anáfora e Deixis. Entre eles, encontra-se Cornish (1990:82) que diz o seguinte a este propósito: «Au niveau du discours, la fonction de l'anaphore se définit par rapport à la deixis: toutes deux représentent des moyens de coordonner, de “mettre sur la même longueur d'onde” l'attention des participants à l'acte de communication (cf. Ehlich, 1982). Alors que la fonction prototypique de la deixis est de déplacer le centre d'attention (le “focus”) existant vers un nouvel objet du discours, celle de l'anaphore est de maintenir et de confirmer le centre d'attention déjà établi.».

Esta diferença entre Anáfora e Deixis é já mencionada por gramáticos latinos conforme Oliveira (1988:44) que comenta isso afirmando também que para esses gramáticos, (Dionísio de Trácio e Apolónio Díscolo), «Anáfora é (...)

entendida como uma referência a objectos que figuraram previamente no discurso ou são geralmente conhecidos, enquanto *deixis* consiste numa referência a objectos que ainda não são conhecidos ou não foram introduzidos no discurso.».

Não deixa de ser curioso e sintomático o facto de elementos anafóricos, em especial, pronomes pessoais de terceira pessoa e artigo definido, terem, em algumas línguas românicas e germânicas, derivado de pronomes demonstrativos, não tendo, por isso, perdido uma função dêitica mesmo quando ocorrem anaforicamente, conforme afirma Cornish (1990:83) «Ces pronoms et cet article synchroniques ont en effet un fond de déicticité sous la forme de leur trait morphologique défini (...)» e é sobejamente conhecido pelos estudos de deriva histórica.

Também Danon-Boileau (1990:97-107) considera que, se *deixis* e anáfora partilham certos marcadores, é porque essas operações, por vezes, têm um campo em que se recobrem mutuamente.

Efectivamente, as operações referenciais de *deixis* e de anáfora partilham uma “sensibilidade” ao contexto ou à situação de enunciação que as diferenciam do funcionamento dos designadores rígidos do tipo “nome próprio”.

Por outro lado, tanto uma expressão dêitica introduzida por um demonstrativo como uma expressão anafórica introduzida pelo artigo definido opõem-se, conjuntamente, à operação referencial introduzida pelo artigo indefinido. É assim que Danon-Boileau (1990:98) considera que «contrairement à l'article indéfini, l'anaphore comme la deixis permettent de «décrocher» la construction référentielle d'un argument de la relation que cet argument entretient avec le prédicat de l'énoncé en cours.» (Danon-Boileau, 1990:98).

A ilustrar esta afirmação, são apresentados como possíveis, em contextos favoráveis, a ocorrência do definido e do demonstrativo, em enunciados como (1) e (2) contrariamente ao emprego do indefinido em (3):

- (1) «*Le voyageur sans bagages n'est pas parti.*»
- (2) «*Ce voyageur sans bagages n'est pas parti.*»
- (3) *«*Un voyageur sans bagages n'est pas parti.*»

Com a distinção entre *deixis* forte e *deixis* fraca, o mesmo autor considera muito ténue a diferença entre *deixis* fraca e anáfora. Em ambos os fenómenos, a

construção da referência põe em jogo um cruzamento de dois eixos. Um dos eixos é constituído pelo “tipo” do qual a referência construída constitui uma ocorrência e é esse “tipo” que cria o parentesco e uma proximidade entre as duas operações. O segundo eixo permite constituir uma “tela de fundo”, seja relativamente ao contexto da primeira menção (no caso da anáfora) seja relativamente à situação de enunciação (no caso da deixis fraca).

O que aproxima a anáfora e a deixis fraca é que o conteúdo de informação que permite discriminar uma ocorrência é um “tipo” (um conceito) que é definido fora de tudo (enunciação e contexto). De esse ponto de vista, não há diferença entre uma e outra.

O que permite distinguir uma da outra é o modo de constituição do lugar sobre o qual se opera a discriminação entre ocorrências de “tipos” diferentes.

No caso da anáfora, esse lugar é definido por uma predicação anterior (contexto) e no caso da deixis fraca é definido pela situação correspondente ao enunciado onde figura a expressão dêitica. (Danon-Boileau, 1990).

Os dois fenómenos foram também objecto de uma análise em Kleiber (1991) privilegiando princípios de referência, isto é, tendo em conta prioritariamente o modo como o referente é identificado. «La dimension de localisation texte/situation et le critère cognitif de la saillance ne sont pas pour autant à abandonner, ni l'une ni l'autre, mais doivent être considérés comme des effets résultant de procédures référentielles spécifiques liées aux différents types des marqueurs référentiels.» (Kleiber, 1991:16).

Assim, o lugar da residência do «*bon*»¹⁰ referente aparece como um critério pertinente (Kleiber, 1994:7). O problema resolve-se sem grande dificuldade para as expressões anafóricas, pronomes em particular, quando o referente é localizado *via* um antecedente no contexto linguístico, anterior no caso da anáfora e posterior no caso da catáfora, bastando procurar o antecedente em questão para o recuperar e resolver assim o fenómeno.

Esta aproximação localizante das expressões referenciais opõe as anáforas às expressões chamadas dêiticas¹¹ ou *embrayeurs*¹², cujo referente é

¹⁰ Termo utilizado em Kleiber (1994:7).

¹¹ Termo que, segundo Maingueneau (1997:38), é atribuído a Bühler.

¹² Optei pelo termo francês embora tenha encontrado a palavra *embraidores* numa tradução portuguesa de Maingueneau (1997:37-38): «Chama-se *embraidores* às unidades linguísticas cujo valor referencial depende do envolvimento espaço-temporal da sua ocorrência.»

recuperado na situação de enunciação e separa estes dois tipos de expressões dos SN com referência absoluta (C. Kerbrat-Orecchioni, 1980) como os nomes próprios, por exemplo, cujo referente não é localizado nem no texto nem na situação de enunciação.

A oposição entre expressões anafóricas que constroem as suas referências remetendo para o interior do enunciado e expressões dêiticas que as encontram em relação à situação de enunciação foi um critério dominante na literatura.

Actualmente, as fronteiras entre os dois fenómenos não se mostram tão estanques na medida em que esta posição, acerca da localização do referente dentro ou fora do contexto linguístico, não é suficiente e tem havido nos últimos anos muitos pontos de divergência.

É o que nos diz Kleiber (1994:8) «La situation est aujourd'hui beaucoup moins sereine. On ne tient plus pour totalement satisfaisante, quelque vertu qu'elle pût avoir, la conception localisante classique en matière d'anaphore et de pronoms. Les travaux de ces quinze dernières années, quelle que soit leur origine, linguistique, psychologique ou informatique, ont en effect clairement montré que la réponse qui consiste à dire que le référent d'une expression anaphorique se trouve dans le contexte linguistique s'avérait de toute façon trop «courte», puisque rien n'était dit sur la façon de retrouver le «bon» antécédent, et que, beaucoup plus grave, le «morceau» de solution proposé n'était même pas adéquat.»

Com efeito, há empregos recenseados como anafóricos pela definição textual que a aproximação memorial analisa como dêiticos o que leva a concluir que o que difere é o modo como é perspectivada a “saliência”¹³ referencial de um novo objecto. (Kleiber, 1994).

Para além disso, parece também haver desacordo sobre a própria definição do fenómeno anafórico¹⁴, em particular sobre os processos de interpretação referencial e os mecanismos de interpretação.

¹³ Tradução de “saillance”, termo técnico usado como critério para a definição da anáfora como fenómeno memorial.

¹⁴ Na verdade, para o termo “antecedente” podemos encontrar na literatura uma diversidade de designações, tais como: “Déclencheur d'antécédent” em Cornish, 1990 e Hawkins, 1978. Cit. in Kleiber et al. (1991a:7).

“Source” em Corblin, “Antécédent” em Kleiber e Kempson, “Expression d'appui” em M.-J. Reichler-Béguelin e “Trigger/déclencheur” em J. A. Hawkins e Cornish. Cit. in Kleiber et al. (1991a:17).

À questão do que é a Anáfora, as respostas, segundo Kleiber (1994:21), são de dois tipos. Por um lado, há os que vêem na anáfora um fenómeno textual, por outro os que põem em primeiro plano um factor cognitivo e terá, então, uma aproximação memorial.

Esta aproximação memorial renuncia ao critério textual, considerado único na acepção clássica, e promove o critério de saliência prévia para definir a anáfora. O modo de conhecimento do referente que tem o interlocutor é um factor determinante e a anáfora torna-se um processo que indica uma referência a um referente já conhecido, isto é, um referente presente ou manifesto na memória imediata.¹⁵

Se se renunciar ao critério textual, adoptando um critério memorial do fenómeno, a oposição anáfora/deixis não é uma diferença de localização texto/situação mas uma distinção memorial. Assim, não há necessidade de haver um antecedente no texto para que se fale de anáfora podendo o carácter “saliente” do referente anafórico provir de uma outra fonte como a situação e inferências que se possam retirar do texto e/ou da situação. (Kleiber, 2001).

A vantagem imediata de uma definição em termos de continuidade referencial cognitiva (textual ou não) é permitir uma análise unitária em que o contexto extralinguístico imediato seja, juntamente com o texto, uma das fontes de alimentação possíveis da memória imediata e possa estar na origem de um emprego anafórico.

Contudo, a concepção da Anáfora, como fenómeno textual, é a mais conhecida e define uma expressão anafórica como uma expressão cuja interpretação referencial depende de uma outra expressão (ou de outras expressões) mencionada no texto e, geralmente, chamada seu “antecedente”.

A interpretação referencial da expressão anafórica deve necessariamente realizar-se pela tomada em conta do “antecedente”, não exigindo que a relação entre este e a expressão anafórica seja uma relação de correferência. (Kleiber, 1994). Ao invés, esta condição que faz depender a interpretação referencial da expressão anafórica de um “antecedente” exclui casos de correferência não

¹⁵ Segundo estes autores, chamada «(...) *univers de discours* J. Lyons (1980), *mémoire discursive* (A. Berrendonner (1986) e M.-J. Reichler-Béguelin (1989), *modèle contextuel* P. Bosch (1983), *modèle du discours* F. Cornish (1986, 1988 et 1990) ou ainda *focus* S. Garrod and A. J. Sanford, (1982).». Cit. in Kleiber (1994:25).

anafórica constituídas por expressões interpretáveis de forma independente, isto é, autónomas.

Embora o estudo da anáfora em termos sintácticos seja também relevante, não é a visão estritamente sintáctica que aqui me interessa, pois, como diz Kleiber (1994:21), é muito restritiva «(...) la réponse «technique» donnée par la théorie chomskyienne de *Gouvernement et liage*, qui restreint, comme on sait, l'anaphore aux seules anaphores *liées*, définies par les conditions de liage A et B.».

Tendo em conta o que foi dito, a tendência actual dos estudos que descrevem os processos de interpretação referencial é, com efeito, fazer crer cada vez mais na dimensão pragmática mostrando que os referentes são encontrados por cálculos inferenciais pondo em jogo o contexto da enunciação e o saber partilhado e não por regras fixas ou convencionais agarradas às expressões que libertam quase mecanicamente os seus referentes. (Cf. Kleiber, 1994).

1.1.3 – Anáfora e Referência

Estritamente associada ao fenómeno anafórico encontra-se a questão da Referência, como aliás já estava implícito no ponto 1.1.2.

Considerada a definição de Anáfora, em sentido lato, como uma relação entre termos ou expressões referenciais textuais e/ou discursivas, que se encontram relacionados ou dependentes entre si, tentarei enquadrá-la e descrevê-la, fundamentalmente, na sua dimensão semântica, associada ao significado e sentido que os elementos linguísticos podem assumir ou não com o mundo real.

Na verdade, conforme Fonseca (1988:11), «os «objectos», factos, acontecimentos, situações...que reconhecemos no mundo em que estamos mergulhados surgem-nos, não como realidades isoladas, antes interligadas por um complexo de relações. (Isto mesmo se cumpre em qualquer «mundo» possível» que, enquanto seres inteligentes, fazemos projectar). Tal decorre da

apreensão cognitiva, da ordenação intelectual a que subtemos o mundo, ou seja, da *conceptualização* do que nos rodeia e do que experimentamos.

Constitui o acto linguístico uma referência a esse mundo intelectivamente ordenado, que justamente se molda, em diferentes soluções formais, nos signos integrantes de cada uma das LNs¹⁶.».

Dada essa íntima ligação a questões de referência, interessa desde já um pequeno apontamento sobre o que, em alguma da muita literatura existente, se entende por “referência”.

Com efeito, muitas reflexões e estudos se têm feito por filósofos, lógicos e linguistas acerca do que é a “Referência” e, conseqüentemente, os referentes, tendo em vista, sobretudo, o seu estatuto de ser ou não considerado um fenómeno pertencente à Linguística. É neste sentido que Milner (1982:9) diz que «la notion de *référence* ne cesse pas de donner lieu à discussion depuis que le langage a été constitué comme un ensemble bien défini, ayant au moins une propriété distinctive: celle justement qui consiste à *désigner*. (...) On s'accorde à reconnaître que dans certaines conditions les séquences linguistiques peuvent être associées à certains segments de réalité, qu'elles sont dites désigner et qui sont leur *référence*.».

Ainda recentemente, Kleiber (1999b:15) retoma a questão, perguntando: «Que faut-il faire du réel en linguistique? A-t-il une place ou non dans le domaine sémantique?», respondendo que, por um lado, nada tem a ver, mas «d'un autre côté, si l'on accepte que parler, c'est dire quelque chose, le quelque chose en question, que l'on ne peut éviter, nous pousse à répondre positivement: oui, le réel est partie prenante dans le commerce linguistique, puisque c'est sur lui que s'exerce notre dire.».

Segundo Kleiber, a concepção “standard” da referência apoia-se e repousa no «axiome d'existence», isto é, se as expressões linguísticas têm um referente é porque esse referente existe, sendo a referência uma relação língua-mundo que estabelece a ligação entre uma porção ou segmentos do mundo real e expressões linguísticas.

Uma tal concepção depara-se com o obstáculo que constituem certas expressões que denotam entidades fictícias ou imaginárias. É preciso estender o

¹⁶ Cf. o autor, LNs é uma abreviatura de “línguas naturais”.

acesso da referência a outros mundos ou universos para além do mundo real, alargando a definição inicial para aí integrar esses mundos possíveis. A referência torna-se, então, a função pela qual um termo linguístico remete para um objecto do mundo extralinguístico, real ou imaginário.

Porém, e conforme Kleiber (1999b), o acesso aos mundos possíveis passa necessariamente pelo mundo real.

1.1.3.1 – Referência e Sentido

Associado ao fenómeno da “Referência”, um outro conceito introduzido pelo lógico alemão Frege, o do “Sentido”, se impôs na Linguística actual e tem sido objecto de estudo de vários autores.

Apesar de não ser um objectivo do meu trabalho aprofundar essa questão, é necessário abordar o problema pelas implicações que ambos os fenómenos têm no estabelecimento de relações anafóricas.

Como se pode ler em Lopes (1971:265), «G. Frege, um dos criadores da lógica simbólica, fez uma distinção clássica entre *Bedeutung* (denotação, segundo terminologia inglesa; referência ou designação de um objecto, ou de um valor proposicional V, F) e *Sinn* (sense em inglês, distinto *meaning*, que é menos específico; em português *sentido*, que é o aspecto semântico e intensional de um termo ou proposição). Utilizando um exemplo clássico, as expressões «estrela da manhã» e «estrela da tarde» referem-se a um mesmo objecto, fazem a mesma referência ou designação (*Bedeutung*, denotation), mas não se equivalem em *sentido*, *intensão* (*Sinn*, *sense*)).».

Esta distinção que é, simultaneamente, uma separação entre “referência” e “sentido” passa a predominar desde então porque veio permitir dar resposta a problemas que se colocavam à interpretação de determinadas expressões dotadas de “sentido,” mas desprovidas de “referente”, entendido este como objecto do mundo real.

Segundo Ducrot (1972:27), o objecto de Frege no texto «Sens et référence»¹⁷ foi estabelecer um paralelo entre as proposições e os nomes. «Tout nom (en entendant par là des expressions de forme très diverse, comme *Pierre*, *ce livre*, *l'étoile du soir*) est destiné à désigner un référent, un objet de la réalité distinct de lui. Mais il ne désigne cet objet qu'en donnant une certaine description. C'est cette description, au moyen de laquelle le nom présente la chose, qui constitue, selon Frege, le «sens» du nom. Ainsi les trois noms cités plus haut n'ont pas le même sens que les trois suivants, mais ils ont – ou peuvent avoir – le même référent: *le cousin de Marie*, *le seul objet rouge sur cette table*, *l'étoile du matin*.».

Para Frege, um objecto é tudo aquilo a que uma expressão nominal no singular se pode referir, quer seja uma propriedade, uma qualidade, um número ou o que quer que seja. A referência a um conceito, pelo contrário, nada mais é do que a atribuição de uma propriedade por meio de um predicado gramatical. (Searle, 1981).

De acordo com Vilela (1995:345), «(...) a linguística (cfr. Lyons 1977) construiu as suas designações na mesma linha: “referência” e “sentido”. Entende-se por “referência” a relação ao extralinguístico, aos “referentes”, e por “sentido” a relação ao intralinguístico (...).».

Conforme Oliveira (1996), foi na sequência desta distinção proposta por Frege que surgiu uma outra distinção paralela, atribuída a Carnap (1947): “extensão” e “intensão” correspondentes, respectivamente, a “referência” e “sentido”.

Muito recentemente, Kleiber (1999b:51) tenta encontrar uma solução satisfatória para o “par” *sentido* e *referência* que abre novas perspectivas tanto à Semântica como à Pragmática.

Segundo o mesmo autor, o “sentido” não é todo construído, uma parte é convencional. Esse sentido convencional não pode ser unicamente diferencial ou negativo, não é homogéneo mas apresenta-se como descritivo (referência virtual ou aproximação prototípica) ou instrucional, podendo uma expressão linguística depender desses dois modelos de sentido. Para toda uma série de expressões, esse sentido é referencial, isto é, concebido como um conjunto de condições de

¹⁷ Tradução de «Sinn und Bedeutung», artigo de 1892.

aplicabilidade referencial e os traços que compõem esse sentido são *objectivos* naquilo em que eles são intersubjectivamente estáveis. A saída para o real encontra-se preparada tanto pelo sentido referencial como pelo processual; nos dois casos pode falar-se de “*mode de donation*” ou de “*mode de présentation*” do referente. A diferença entre os dois é que um apresenta o referente por descrição enquanto o outro indica os processos para o encontrar.

Estas conclusões acerca da noção de sentido «constituent une base fructueuse pour aborder la référence aux étages inférieurs, notamment au palier immédiatement en dessous, celui de la dénomination et de la catégorisation.». (Kleiber, 1999b:51).

Penso que, apesar da enorme relevância destas questões para o estudo semântico, elas envolvem outros aspectos que se afastam do meu objecto de estudo.

No entanto, esta distinção, proposta por Frege, é particularmente interessante para as construções de Anáfora Associativa que irei contemplar mais à frente.

1.1.3.2 - Referência e condições de “felicidade”¹⁸

Retomando um pouco o que já foi dito, um certo número de expressões chamadas referenciais, nomeadamente as nominais, têm por função referir, o que faz da referência um fenómeno linguístico. Contudo, a parte propriamente linguística da referência é o sentido das expressões referenciais, o que Milner (1982) chama a sua referência virtual. A referência actual, por seu turno, pertence ao mundo e o problema da referência em geral, o do laço entre referência virtual e referência actual, não poderá depender unicamente da Linguística. Nesta óptica, se o estudo da referência virtual é da instância da Linguística, mais particularmente de uma parte da Semântica, a Lexicologia, o estudo do fenómeno da referência, da relação entre referência virtual e referência actual, depende do estudo do uso da linguagem, da Pragmática.

¹⁸ Veja-se Reboul, (1994:125).

Conforme Reboul (1994), pode considerar-se que a referência é o objecto de um acto que Searle, no seu livro sobre os actos de linguagem, chama Acto Proposicional, pois, na sua perspectiva, existem dois tipos de actos proposicionais: o acto proposicional de referência e o acto proposicional de predicação.

Assim, a referência, na medida em que depende do uso da linguagem, pode ser descrita da seguinte maneira «Référer à quelque chose, c'est utiliser un terme singulier avec l'intention (partie de l'intention communicative) d'indiquer à son auditoire l'objet de l'attitude que l'on exprime.». (Reboul, 1994:126).

Este acto, como todos os actos de linguagem, pode ser coroado de êxito ou fracassar. Para examinar as condições desse sucesso, Reboul retoma duas noções desenvolvidas por Donnellan: "speaker reference" e "semantic reference".

Enquanto a referência semântica é o objecto determinado pelo seu sentido lexical, referência virtual da expressão referencial, a referência do locutor é o objecto particular ao qual o falante tinha a intenção de referir pelo emprego dessa expressão referencial. Um acto de referência só é bem sucedido se a referência semântica e a referência do falante coincidirem. Esta distinção não corresponde a dois empregos diferentes de uma mesma expressão referencial mas a dois aspectos diferentes de um mesmo acto de referência.

Na opinião de Oliveira (1987:128), «Pode talvez supor-se que aquilo a que Donnellan (1978:47-68) chama «speaker reference» seja elucidativo de algumas ocorrências, no sentido de permitir apreender a referência através do que o falante tem em mente e que para ele se reveste da evidência psíquica individualizadora de um «vivid name» (Kaplan, 1969:178-214); mas, num acto de referência consumado, isso implica uma «condição griceana» (Schwarz, 1979); o alocutário apreende o referente na medida em que apreende a intenção, por parte do locutor, de lhe indicar esse mesmo referente.».

Na verdade, «todo o produto verbal (projectado, obviamente, numa dada LN) configura, assim, uma mensagem marcada *naturalmente* por uma *verosimilhança* semântico-referencial, isto é, uma mensagem *conforme* ao «estado de coisas» desenhado pelo «saber» acerca do mundo partilhado pelos falantes enquanto seres inteligentes. Quer isto dizer que a actividade verbal se subordina imediatamente e sempre a princípios gerais que regem o conhecimento

das «coisas», a ordenação intelectual do mundo, o exercício do pensamento.». (Fonseca, 1992:60).

1.1.3.3 – Incompletude referencial

Um último aspecto a abordar, relativamente à interpretação do fenómeno anafórico, é o que se relaciona com a dependência referencial entre as expressões envolvidas.

Com efeito, o assunto tem sido tratado na literatura como por exemplo Corblin (1985, 1987) e Cornish (1990), havendo consenso sobre as expressões não gozarem de autonomia referencial.

Neste sentido, para Corblin (1985:191)¹⁹ «Globalement, on a donc anaphore, lorsqu'une structure manifeste in situ une incomplétude déterminée pour une position; cela ne peut se concevoir naturellement que par *comparaison* avec la structure complète, car c'est seulement ainsi qu'on peut spécifier une incomplétude déterminée. Le *moteur* de l'anaphore serait la nécessité de se ramener, grâce au contexte, à une structure complète à chaque fois que celle-ci ne l'est pas.».

Por outro lado, ainda de acordo com Corblin (1987:9) se um referente recentemente mencionado é retomado pelo grupo nominal, existe uma conexão contextual e, se há essa dependência contextual, é em virtude de uma exigência interpretativa não satisfeita de uma incompletude; a conexão fixa o que é exigido para que a forma se torne saturada.

Esta noção de saturação, “herança fregeana”²⁰, permite distinguir os dois tipos de relação com dependência contextual, o fenómeno da correferência e o fenómeno da anáfora:

- «(...) un rapport d'identité éventuel entre deux termes dont les interprétations sont indépendantes; s'il s'agit de référence, on parlera de *co-référence*

¹⁹ Cit. in Kleiber, (1994:23).

²⁰ Veja-se, a este propósito, a definição «(...) De la fonction, prise séparément, on dira qu'elle est incomplète, ayant besoin d'autre chose, ou encore insaturée(...)». Cit. in Corblin, (1987:9).

- «(...) un rapport de dépendance en vertu duquel B tire nécessairement son interprétation d'une mise en connexion à A, A saturant l'interprétation de B en fixant un de ses termes: on parlera alors d'*anaphore*». (Corblin, 1987:10).

Como se pode ver, embora a relação de correferência possa ser um dos critérios definitórios para o estabelecimento de anáfora, as noções de anáfora e de correferência não são equivalentes. Como também afirma Reboul (1994), se a correferência é indispensável para um certo tipo de anáforas, especialmente a nominal e a pronominal, a anáfora não é indispensável à correferência e as extensões das duas noções não coincidem totalmente.

A diferença entre os casos em que há correferência e anáfora pronominal e os casos em que há correferência sem anáfora pronominal dependem do estatuto referencial do pronome de terceira pessoa, privado de referência virtual e, portanto, de autonomia referencial, embora também possa haver anáfora sem correferência.

Esta especificidade faz da anáfora pronominal uma relação assimétrica entre dois elementos cujo estatuto referencial não é equivalente contrariamente à relação de correferência que é simétrica.

Ainda conforme Reboul (1994:107) «La relation d'anaphore, si elle implique celle de coréférence, ne peut s'y réduire: elle a aussi besoin d'une autre relation, asymétrique celle-là, la relation de reprise qui lie un terme autonome référentiellement à un terme non autonome référentiellement, le premier précédant le second, le second tirant sa référence actuelle du premier, d'où la coréférence.».

Segundo Kleiber et al. (1991a), a definitude dos SN definidos em lugar anafórico associativo não provém, como nos empregos dos definidos correferenciais, de uma menção anterior do seu referente, pois «leur interprétation paraît ainsi de prime abord plus problématique que celle des descriptions définies complètes ou que celle des incomplètes coréférentielles. Elles introduisent un référent nouveau, puisqu'il ne s'agit pas de SN défini de deuxième mention, mais

le présentent sur le mode du «défini» ou du connu, puisque leur incomplétude exige une saturation référentielle²¹ (...)».

1.2 – Alguns tipos de Anáfora

1.2.1 - Anáfora correferencial

O tratamento do fenómeno anafórico desde há muito que é objecto de várias reflexões, nem sempre consensuais, numa tentativa da sua delimitação e formalização. Farei aqui uma breve análise desta questão, tendo em conta uma perspectiva primordialmente semântica.

Muitos autores têm definido o fenómeno naquilo que ele tem de essencial e que é a relação correferencial estabelecida entre dois termos.

Porém, não basta que a relação entre os termos seja uma relação de correferência mas que essa relação seja assimétrica e não transitiva.

Para uma melhor compreensão, convém, como primeira abordagem, fazer a distinção entre a Anáfora nominal e a Anáfora pronominal, dois tipos de anáfora correferencial muito comuns, cujo funcionamento se pode explicar pelas noções de referência actual e referência virtual com que Milner (1982) distinguiu os elementos de uma qualquer língua natural.

Partindo da sua teoria, a cada unidade lexical individual é ligado um conjunto de condições que deve satisfazer um segmento da realidade para poder ser a referência de uma sequência em que intervirá crucialmente a unidade lexical em causa. Este conjunto de condições descreve um *tipo* ou *classe* de referência possível. Para exprimir esta situação, poder-se-á recorrer aos termos seguintes: o segmento da realidade associado a uma sequência é a sua *referência actual*; o

²¹ Cf. Reboul, (1994:120), «(...) Kleiber entend par *saturation référentielle* ce que Milner (1989) entend par *saturation sémantique*: à savoir le fait que le sens lexical de l'expression référentielle concernée suffise ou ne suffise pas à déterminer son propre référent.».

conjunto de condições caracterizando uma unidade lexical é a sua *referência virtual*. (Milner, 1982).

Esta posição não se afasta muito de Carvalho (1970:145-146), embora com terminologia diferente, para quem a significação virtual e a significação actual haviam já sido objecto de estudo ao mencionar que «(...) cada sinal possui primeiro uma *significação virtual*, constante, que chamaremos *significação propriamente dita* ou *pura significação*, e realiza por outro lado, em cada situação concreta, em cada um dos actos em que materialmente se produz, uma *significação actual*, a que daremos o nome específico de *designação*. Para cada sinal há assim uma significação virtual única que seguidamente se realiza em tantas significações actuais quantos os actos significativos concretos em que o mesmo é produzido e percebido, o que vem a equivaler a uma infinidade de significações actuais.».

Assim, enquanto as unidades lexicais têm uma referência virtual e uma referência actual, os pronomes de 3ª pessoa são não autónomos, desprovidos de referência virtual própria, dotados apenas de referência actual.

Conforme Milner (1982:18), «Il y a relation d'anaphore entre deux unités A et B quand l'interprétation de B dépend crucialement de l'existence de A, au point qu'on peut dire que l'unité B n'est interprétable que dans la mesure où elle reprend – entièrement ou partiellement – A. Cette relation existe quand B est un pronom dont la référence virtuelle n'est établie que par l'interprétation d'un N" que le pronom «répète». Elle existe également quand B est un N" dont le caractère défini – c'est-à-dire le caractère identifié du référent – dépend exclusivement de l'occurrence, dans le contexte, d'un certain N" - en fait, généralement, le même du point de vue lexical.».

Vamos ver em que situações pode ocorrer cada um desses tipos.

1.2.1 - Anáfora nominal correferencial

Assim, o tipo fundamental da relação anafórica nominal é a sucessão de duas unidades lexicais cuja primeira, indefinida, designa uma referência actual

não identificada mas inclui-se num enunciado que a identifica e cuja segunda, definida, designa uma referência identificada pela única relação de retoma. O caso típico é o de «*Um N...o N*». De acordo com Milner (1982), tratando-se da mesma unidade lexical, a relação de correferência é estabelecida sem que seja requerida qualquer informação não-linguística.

Vários exemplos aparecem na literatura:

(4) «Ontem caiu um avião em França. O avião voava a baixa altitude.»²²

(5) «*Un chien traînait par là. Le chien avait l'air perdu.*»²³

Para Corblin (1987:127), este tipo de relação em que há repetição da mesma unidade lexical constitui uma anáfora “fiel” por oposição a “infidel” em que as unidades lexicais dos termos constituintes se encontram numa relação de sinonímia ou mesmo de hiperonímia. «C’est uniquement en tant que répétition d’une mention qu’une forme peut être dite «fidèle» ou «infidèle.».

Quando as unidades lexicais são diferentes, e referencialmente autónomas, um outro tipo de anáfora nominal contextual pode ocorrer. É uma relação que não exige correferência nem virtual nem mesmo actual, sendo perfeitamente interpretável sem informações suplementares.

É o caso, por exemplo, do enunciado:

(6) «Un boeuf paissait; le quadrupède...»²⁴

em que tanto o anaforizante como o anaforizado têm necessariamente uma referência actual. O efeito da anáfora nominal é identificar o referente actual do anaforizante, não é fornecer-lhe uma referência virtual. O carácter definido do segundo nome, a sua referência actual, depende da introdução anterior do primeiro nome incluído num contexto identificante. A sucessão não pode ser invertida sendo, por isso, assimétrica porque o segundo termo funciona como inclusivo relativamente ao primeiro:

²² Oliveira, (1988:30).

²³ Corblin, (1987:127).

²⁴ Milner, (1982:38).

(7) *«Un quadrupède passait; le bœuf...»

A interpretação deste fenómeno pode exprimir-se em termos de referência virtual. «Une unité nominale est inclusive par rapport à une autre, si la référence virtuelle de la première est toujours inclusive dans celle de la seconde (...)». (Milner, 1982:26).

Assim, um segmento da realidade que satisfaça condições para ser referência actual da segunda, satisfaz sempre as condições para ser referência actual da primeira.

Em (3), o anaforizante, *le quadrupède*, termo inclusivo, apesar de autónomo e provido de referência virtual própria, é correferencial do anaforizado, *Un boeuf*, pela relação das suas referências virtuais.

Segundo Milner, nesta situação pode falar-se de anáfora lexical porque tal é possível devido à própria natureza lexical das unidades, à competência linguística dos falantes e não a situações extralinguísticas²⁵. A ordem em que ocorrem essas unidades e a inclusão, caso particular de intersecção referencial, permitem a relação anafórica.

Com efeito, a intersecção referencial é um subcaso da relação de correferência, conforme Milner (1982:12) que afirma que «(...) deux références peuvent être distinctes et néanmoins avoir quelques traits communs: il y alors *intersection référentielle*, avec comme cas particulier l'inclusion.».

Esta posição não se afasta da de Corblin (1987:127), relativamente à denominada anáfora infiel, que a exemplificou da seguinte maneira:

(8) «Un chien traînait par là. L'animal avait l'air perdu.»

Para este autor, a expressão definida, *l'animal*, não reenvia à menção introduzida, *Un chien*, mas ao conjunto de um domínio de interpretação.

Contudo, algumas restrições se colocam a este tipo de anáforas nominais. Não pode ocorrer anáfora nominal sempre que o anaforizado seja um termo genérico ou um termo quantificado porque uns e outros não supõem a ideia de

²⁵ Cf. Milner, (1982:27).

repetição. Essa impossibilidade relativamente ao genérico fica a dever-se ao facto de não ser o N que é o genérico mas o seu referente. (Milner, 1982:36).

(9) *«Un cheval est un mammifère...le cheval se laisse domestiquer.»²⁶

(10) *«Tout homme est mortel...l'homme rêve d'immortalité.»²⁷

Quanto às expressões quantificadas, Chevalier (1966)²⁸ observou que numerais cardinais e outros quantificadores podem funcionar como pre-determinantes quantificantes e não referenciais. Para que a expressão se torne referencial é necessário uma operação de actualização.

Segundo Coseriu (1967:293), a actualização é a operação determinativa fundamental. Os nomes que integram o saber linguístico não são actuais mas virtuais, não significam objectos mas conceitos. Enquanto pertencentes à linguagem, um nome *nomeia* um conceito que é, precisamente, o significado virtual do mesmo nome e só potencialmente *designa* todos os objectos que cabem sob esse conceito.

Fora da actividade linguística é sempre nome de uma essência, um ser ou uma identidade que pode ser identidade pertencente a vários objectos reais, possíveis ou eventuais. A actualização é a operação mediante a qual o significado nominal se transfere da essência à existência. Essa transformação da designação virtual em designação actual, chamada denotação, necessita de operações determinativas ulteriores como a individualização, a localização e a quantificação sempre que se queira orientar a denotação até grupos eventuais ou reais de entidades particulares dentro das possibilidades referenciais de um nome.

Conforme o mesmo autor, a quantificação é a operação mediante a qual se estabelece simplesmente o número ou numeralidade²⁹ definida ou indefinida das entidades denotadas. (Coseriu, 1967:298).

Também Guillaume³⁰ define o artigo na língua francesa como «(...) le signe de la transition du nom en puissance au nom en effet (...)». De uma maneira geral, «le nom est pris dans le discours soit en extension, c'est-à-dire en élargissement

²⁶ Milner, (1982:36).

²⁷ Milner, 1982:36).

²⁸ Cit. in Corblin, (1987:11).

²⁹ Trad. de *numeralidad*, na obra consultada.

³⁰ Cit. in Valin (org.), (1973:40).

dans un champ d'extension que le contexte suggère, soit en anti-extension, c'est-à-dire en étrécissement dans le champ d'extension considéré.

Le mouvement d'extension est rendu par l'article *le*. Le mouvement contraire d'anti-extension, par l'article *un*.» (Valin, (org.) 1973:39-40).

1.2.3 – Anáfora pronominal correferencial

Segundo Milner (1982:20), a anáfora pronominal usual é uma combinação de correferência e retoma, perfeitamente interpretável a partir do contexto linguístico. A relação é estabelecida entre uma unidade autónoma dotada de referência virtual e actual e um elemento não autónomo, sem referência virtual própria.

Esta posição acerca da interpretação a partir apenas do contexto linguístico não é consensual. A ideia fundamental é que os dados linguísticos não bastam para aceder ao referente visado. Contrariamente à posição defendida por Milner (1982), a anáfora pronominal não é directamente interpretável a partir unicamente do contexto linguístico sem outras informações relativas aos segmentos designados. Outros factores como acessibilidade ou pertinência entram em linha de conta para a sua interpretação³¹.

Conforme Kleiber (1994), para quem toda a anáfora é de certa forma inferencial, a sua interpretação não se faz em geral de forma automática, tanto mais que considera que Reboul (1989) apresenta um conjunto de exemplos que confirmam a importância da parte pragmática na atribuição do referente a uma expressão anafórica, principalmente o papel do laço inferencial numa tal atribuição.

Segundo a teoria de Milner (1982:20), na anáfora pronominal o pronome é, por definição, desprovido de referência virtual própria, tirando-a do nome que ele anaforiza. Assim,

³¹ Cf. Kleiber, (1994).

- Termos dotados de referência actual e referência virtual próprias - nomes comuns.
- Termos dotados de referência actual própria desprovidos de referência virtual - pronomes.

A referência actual do anaforizado pode ou não ser identificada ou identificável. Tanto anaforizante como anaforizado não têm necessariamente uma referência actual; basta que o anaforizado tenha referência virtual, podendo ser definido ou indefinido, específico ou genérico.

Tal explica ocorrências do pronome pessoal em situações que, como vimos, não são possíveis nas anáforas nominais como em (9) e (10):

(11) «Un cheval est un mammifère, et il se laisse domestiquer.»³²

(12) «Tout homme est mortel, et il rêve d'immortalité.»³³

Em Português, se o nome, *um cavalo*, for interpretado não como termo particular mas como um termo de espécie, pode ser anaforizado por um pronome pessoal no plural, desde que se trate, na primeira frase, de um contexto definatório:

(13) «Um cavalo é um mamífero, eles deixam-se domesticar.» (frase genérica).

Quando na relação anafórica, o termo anafórico não tem realização lexical, isto é, corresponde a uma categoria vazia (caso do pronome), fala-se de elipse e de termos elípticos como no exemplo seguinte, embora em Português seja uma questão de sujeito nulo:

(14) «Todo o homem crê que () é mortal.»

Estes são tipos particulares de anáfora pronominal mas têm em comum a incompletude referencial do segundo termo.

³² Milner, (1982:37).

³³ Milner, (1982:37).

Relativamente à designação de “antecedente” para o primeiro elemento, o mesmo não se mostra muito apropriado nos casos em que o pronome o precede, surgindo outras terminologias na literatura: “On parle d’anaphore lorsqu’un élément, par exemple un pronom, exige d’être interprété par emprunt à un terme du contexte proche, lorsqu’il y a dépendance nécessaire d’un “anaphorique” à un antécédent qui se comporte comme une source.” (Corblin 1985 page 126)³⁴.

Com efeito, para Kleiber (1994), o termo *source*, tem a vantagem de nada dizer relativamente à sua localização no discurso.

1.2.3 – Anáfora pronominal não correferencial

Expostos até aqui dois tipos de anáfora, nominal e pronominal, que a literatura apelida de “directa”, pela relação de correferência entre os termos, um outro tipo de anáfora pronominal se pode estabelecer em que a referência é indirecta e, por isso, merece um tratamento e uma atenção distintos.

Com efeito, a ocorrência de pronomes em lugares anafóricos que não retomam directa e totalmente o referente do termo antecedente, sendo, por isso, um fenómeno de referência textual indirecta ou mesmo inferencial, tem levado a posições divergentes na literatura com autores como Berrendonner e Charolles a enquadrá-lo como um tipo de Anáfora Associativa. Essa posição vai contra a de Kleiber que exclui dos lugares associativos todo o tipo de descrições definidas introduzidas pelo pronome pessoal ou demonstrativo.

O problema da identificação de anáforas não correferenciais é delicado porque as mesmas constituem um tipo de anáforas indirectas e inferenciais mas não satisfazem a condição de disjunção referencial, critério definatório das anáforas associativas.

Um dos casos mais comuns é aquele que tem como antecedente um referente específico e como termo anafórico um referente genérico. Trata-se, segundo Kleiber (1999a:70), de ocorrências de pronomes textuais genéricos indirectos, como os exemplos ilustram:

³⁴ Cit. in Soule-Beck, (1990:337).

(15) «J'ai acheté une Golf, parce qu'**elles** sont robustes.»³⁵

(16) «J'ai adopté un chat, parce qu'**ils** sont affectueux.»³⁶

Neste tipo de anáfora indirecta, a importância do determinante e, especialmente, do quantificador põe em evidência o emprego textual não paradigmático do pronome genérico indirecto.

Compare-se a inaceitabilidade do exemplo (17) relativamente ao (18):

(17) ?«J'ai adopté **ce chat**, parce qu'**ils** sont affectueux.»

(18) «J'ai adopté **un chat**, parce que **les chats** sont affectueux.»³⁷

Em (18), o enunciado comporta um SN genérico pleno, havendo, tal como em (15) e (16), uma relação entre uma ocorrência específica e a classe genérica à qual ela pertence.

Um outro tipo possível de anáfora indirecta é o emprego do pronome que Kleiber classifica de "collectif" ou "grégaire" e que pode ser ilustrado em exemplos como:

(19) «Paul est allé au théâtre. **Ils** jouaient du Corneille.»³⁸

Apesar de o referente da expressão anafórica, *ils*, poder ser interpretado pelo viés de um outro referente já mencionado, *au théâtre*, é necessário precisar o estatuto da relação que une os dois referentes implicados que, segundo Kleiber (1999a:70), para ter validade não deve ser apenas contextual mas, de certa maneira, «genérica».

...

³⁵ Kleiber, (1999a:70).

³⁶ Corblin cit. in Kleiber, (1994:13).

³⁷ Kleiber, (1994:13).

³⁸ Kleiber, (1999a:70).

Conclusão

Pelo exposto, em consequência da estreita relação estabelecida entre Anáfora e Deixis, no texto e/ou discurso, considera-se importante perspectivar o fenómeno não só tendo como critério uma aproximação textual mas também uma aproximação memorial.

Relativamente à questão da Referência e ao conceito de Sentido, a ela associado, ambos se mostram particularmente relevantes para a distinção entre o que possa ser considerado intra ou extralinguístico, pontos fulcrais para a interpretação do fenómeno anafórico.

Outra questão muito importante é considerar o tipo de relação anafórica como uma relação assimétrica, distinguindo-a da relação simétrica de correferência entre os termos uma vez que a dependência referencial de um termo relativamente a outro é uma imposição para que se estabeleça a relação.

Em relação aos tipos de Anáfora correferencial ou de referência indirecta, a apresentação que deles se fez, neste Capítulo, permite estabelecer uma passagem para o estudo da Anáfora Associativa que tem como primeira condição a disjunção referencial.

Nestes tipos de anáfora apresentados, o que interessa também reter é o facto de haver a possibilidade da integração dos seus termos em categorias formais, quer os termos sejam homogéneos (*N...N*) quer heterogéneos (*N...Pro*), uma das grandes dificuldades quando há disjunção referencial como na Anáfora Associativa.

CAPÍTULO 2 – ACERCA DE ANÁFORA ASSOCIATIVA

Introdução

Exposto até aqui o fenómeno linguístico anafórico interpretável pela relação de correferência (virtual, actual ou ambas) entre os termos, e de um tipo de relação de referência indirecta, um outro tipo de Anáfora pode ocorrer tendo como condição necessária a disjunção referencial, referências distintas ao ponto de não terem traço comum. (Milner, 1982:15).

Com efeito, esta condição da disjunção referencial é fundamental para a distinção entre Anáfora Associativa e os casos em que há correferência ou referência indirecta, abordados no Capítulo anterior, embora não seja a única nem, talvez, a mais importante.

Outras condições a que deve obedecer a relação vão ser apresentadas neste Capítulo.

Dado que a interpretação dos termos se faz por associação, e não por retoma, a Anáfora Associativa é um fenómeno que exige mecanismos inferenciais e essa é uma condição sem a qual não é possível o seu estabelecimento, para além da definitude do termo anafórico, considerada também indispensável.

A questão da interpretação deste tipo de Anáfora tem levado a abordagens diferentes, tanto da referência como do fenómeno em si, e a teses paralelas que, seguidamente, abordaremos neste Capítulo.

2.1 – Anáfora Associativa vs não Associativa

Apesar de a interpretação de uma anáfora associativa ser distinta dos outros tipos de anáfora e haver, por isso, pontos de divergência, existem também alguns pontos de contacto que passo a esquematizar:

- (i) Relação e consequente encadeamento entre termos como factor de coesão e coerência.
- (ii) Definitude do termo anafórico.
- (iii) Relação assimétrica.

Quanto aos pontos de divergência, passo a apresentar alguns:

- (i) Disjunção referencial.
- (ii) A anáfora ocorre não por retoma mas por associação.
- (iii) Impossibilidade da categoria pronome em lugar de anafórico (na concepção estreita da relação).
- (iv) Possibilidade de termos não realizados lexicalmente (o “antecedente” em certos tipos de Anáfora).
- (v) Necessidade de informações, fora do contexto linguístico, apoiadas em inferências.

2.2 – Algumas definições de Anáfora Associativa

Tendo em comum com outros tipos de Anáfora, o facto de estabelecer uma relação referencial entre dois termos ou expressões, a Anáfora Associativa tem a sua especificidade própria e não tem sido muito consensual o seu tratamento.

Ficou a dever-se a G. Guillaume³⁹ a designação de “associativos” a certos grupos nominais definidos que, em determinadas sequências, estabeleciam uma qualquer associação com expressões já introduzidas como, por exemplo, *un livre...le titre*. O termo, *le titre*, não pode ser interpretado como uma segunda menção do objecto, *un livre*, mas a sua interpretação está ligada ao domínio da interpretação citada anteriormente. Este é um dos tipos de relação associativa possível que tem por base uma inferência baseada num estereótipo.

Para este fenómeno, há na literatura uma grande diversidade de denominações das quais passo a destacar algumas: anáfora inferencial,

³⁹ Cit. in Corblin, (1987:9).

interferência, anáfora conceptual, conexão intrínseca e anáfora indirecta⁴⁰. Todas são pertinentes e as diversas terminologias justificam-se porque assentam nas diferentes perspectivas em que o fenómeno tem sido tratado pelos seus autores.

Contudo, a designação de anáfora indirecta justifica-se por comparação com a directa, quando há correferência entre os termos. Embora possa haver anáforas indirectas não associativas, a associativa insere-se neste último tipo de anáfora.

Como se viu no Capítulo anterior, uma anáfora é directa quando um referente é introduzido no texto ou no discurso por um “antecedente” e um termo, designado anafórico, retoma esse mesmo referente, mantendo-o no universo textual ou discursivo. A língua possui vários meios de o fazer através de determinantes diferentes, de pronomes ou mesmo de lexemas sinónimos, como se observou.

...

O fenómeno da Anáfora Associativa é bem diferente. Tal como o nome indica, é uma relação que assenta em esquemas de associação entre “antecedente” e termo anafórico, esquemas esses que podem ser de vária ordem e ter configurações muito diferentes. Há uma conexão contextual muito forte mas não há retoma de referente. A evocação de um termo (antecedente) desencadeia a do outro (termo anafórico). O mecanismo não é, assim, o da retoma do mesmo referente mas o de uma associação, ou seja, a introdução de um novo referente faz-se por associação com o referente já conhecido. Há, de igual forma, uma relação de interdependência referencial facilmente comprovável pelo facto de o termo anafórico, o que introduz o novo referente, ser sempre uma descrição definida como se esse referente fosse conhecido.

Tratando-se de expressões anafóricas não correferenciais, resta saber que mecanismos permitem passar do referente de um antecedente ao referente da expressão anafórica. Esses mecanismos é que justificam, segundo Kleiber

⁴⁰ Veja-se Kleiber et al., (1991a:5).

(2001:10), a utilização dos qualificativos *associativa* e *inferencial* para caracterizar esse tipo de processo anafórico.

Com efeito, a interpretação referencial dos termos anafóricos deve-se, fundamentalmente, a operações de inferência lógica que consistem numa relação entre dois ou mais juízos ideais em que um (a conclusão) deriva logicamente de outro anterior (inferência imediata) ou de outros dois anteriores chamados premissas (inferência mediata). Neste último caso, a inferência chamar-se-á dedução ou derivação dedutiva. Este não é o único tipo de inferência mediata possível porque inferência, em sentido amplo, comporta outros tipos de relação entre juízos ideais e/ou reais como a abdução e a indução.

Segundo Kleiber et al. (1991a:32), a anáfora associativa é um fenómeno inferencial⁴¹ porque utiliza qualquer destas operações lógicas e pode combiná-las possibilitando a existência de termos não realizados lexicalmente. Os cálculos inferenciais podem apoiar-se em elementos textuais, situacionais, em crenças ou no saber presumidamente partilhado e, por isso, certas noções, invocadas habitualmente como as de “estereótipo” e relações “parte-todo” preestabelecidas, podem explicar um certo tipo de relações anafóricas mas não se mostram suficientes para interpretar o fenómeno na globalidade⁴².

Um dos problemas que se coloca à própria definição deste tipo de anáfora é o da impossibilidade de a integrar não só em categorias exclusivamente formais como em categorias conceptuais ou nocionais. A sua natureza constitutiva é dupla, o que levou alguns autores a aproximá-la da Metáfora. (Kleiber et al. 1991a:9).

2.3 – Anáfora Associativa e Metáfora

Com efeito, a Metáfora adopta termos de uma ordem de realidades ou valores para significar os de outra ordem em que haja uma analogia de sentido entre eles. Essa analogia não só pode ser encontrada no âmbito da experiência,

⁴¹ Veja-se a definição dada pelos seus autores «(...) la relation entre les deux termes d'une anaphore associative est établie grâce à une procédure inférentielle(...)».

⁴² Cf. Kleiber, (1994:31).

no mundo físico, mental, social, metafísico como também no de valores, semelhanças ou afinidades entre seres e valores.

Segundo Ullmann (1987:442), a Metáfora está intimamente ligada à tessitura da fala humana e encontramos-a sob diversos aspectos: factor de motivação, artifício expressivo, fonte de sinonímia e polissemia, fuga para emoções, preenchimento de lacunas no vocabulário e outros mais.

A sua estrutura, tal como a da anáfora, é composta por dois termos, em princípio presentes na sequência linear, que correspondem “à coisa de que falamos e àquilo com que a estamos a comparar”. O traço ou traços que têm em comum constituem o fundamento da metáfora. É uma comparação implícita assente em semelhanças ou associações de significados ou sentidos.

Assim é definida também por Coseriu (1967:239) onde se lê «quando un nombre se aplica intencionalmente para denotar un objeto que cae bajo otro concepto que el “nombrado” por el nombre mismo, decimos que nos hallamos frente a una metáfora. Naturalmente, una metáfora se reconoce como tal en la medida en que ambos valores (el “nombrado” y el “denotado”) se perciben al mismo tiempo como diversos y como asimilados.».

Há uma aproximação entre este tropo e a Anáfora Associativa na medida em que ambos os fenómenos assentam em mecanismos inferenciais. Com efeito, na Metáfora, esquemas imaginativos são associados a conceitos racionais

Para Jayez (1994:230), a interpretação metafórica de uma frase poderá ser construída procurando associações para além das associações literais, segundo percursos mais ou menos complexos.

Num enquadramento semântico, a concepção de metáfora⁴³ parece ser um retorno à concepção aristotélica. Na verdade, só muito recentemente, vários autores alargaram e enquadraram o fenómeno da Metáfora numa perspectiva também semântica, “desalojando-a” da Retórica, seu lugar de privilégio até então, tal como diz Vilela (1996:317) «a analogia entre o paradigma linguístico e o tópico retórico foi descoberto por H. Weinrich no “campo imagético” e transferido para o “campo lexical”, para o contexto e para outras metáforas.».

⁴³ Lexema relacionado, etimologicamente, com o lexema “anáfora” em virtude de, na sua formação, intervir o mesmo verbo grego, “φέρω” que significa “levar”, “transportar”. Os prefixos “μετα-” e “ανα-” significam, respectivamente, “mudança” e “repetição”.

Em termos muito gerais, a Metáfora pode definir-se como um fenómeno de transferência de um nome, que usualmente tem uma certa denotação, para designar uma outra entidade em virtude de estabelecer com esta uma qualquer analogia. A Metáfora é o resultado dessa aproximação entre os termos.

Com alguma frequência, num texto ou discurso, os termos de uma Anáfora Associativa, tanto o antecedente como o anafórico, podem ser termos metafóricos e a sua interpretação ficará, então, condicionada a parâmetros vários dos interlocutores, tanto empíricos como cognitivos, a nível da observação, experiências, sentimentos, conceitos, valores, cânones, estereótipos e muitos mais.

A título de exemplo, transcrevo um texto que permite observar o que acabo de dizer:

(1) «*Almeida, Estrela de Pedra*. Ao longe não se imagina a grandiosidade que as muralhas encerram. Mas quando se chega ao fim do dia, a silhueta da fortaleza brilha como ouro. Uma verdadeira estrela dourada. Atravessam-se as muralhas em direcção à fortaleza. Lá dentro, encontra-se a tranquilidade de uma vila medieval.» (*Tempo livre*, Set. 1999: 12).

O referente é introduzido por um nome próprio geográfico, *Almeida*, e por um epíteto composto por uma expressão qualitativa da qual faz parte o nome metafórico, *Estrela*. É um termo metafórico porque não designa a entidade usual, um astro celeste, mas serve de etiqueta a uma entidade de outra ordem cósmica pertencente ao planeta Terra, *Almeida*. Essa transferência baseia-se numa semelhança entre a configuração física das muralhas de Almeida e a configuração da representação gráfica de uma estrela. É esta analogia entre as formas de uma e outra que é responsável pela transferência de significantes.

O predicado *brilha como ouro* retoma o sentido do termo metafórico *Estrela* transferindo-o para *fortaleza* assim como a expressão qualitativa, *estrela dourada*, correferencial de *Almeida*.

2.4 – Algumas concepções sobre Anáfora Associativa

O carácter heterogéneo da relação associativa tem dado origem a perspectivas diferentes do fenómeno.

O estudo dos processos cognitivos e lógico-semânticos postos em jogo, do problema da representação dos conhecimentos, da organização ontológica, do poder discursivo e dos princípios de coerência textual tem fornecido ferramentas essenciais para o exame desses procedimentos, nomeadamente a noção de inferência que ocupa um lugar de eleição no seio desses estudos. (Kleiber et al., 1991a:31).

Na verdade, uma concepção mais larga, outra mais estreita do fenómeno têm dado origem a que se desenvolvam estudos paralelos com pontos de contacto e pontos divergentes entre eles.

A concepção larga, defendida por vários autores entre os quais, Erkü & Gundel (1987), Reichler-Béguelin (1989, 1993), Apothéloz (1994)⁴⁴ reconhece como anáfora associativa toda a anáfora indirecta, bastando que o termo anafórico satisfaça duas condições:

- (i) o seu referente ser identificado graças a informações presentes no contexto anterior
- (ii) não ser correferencial, isto é, o seu referente não ter sido nomeado anteriormente.

A concepção estreita, que pode ser considerada *standard* por ser a mais difundida, apoia-se noutros critérios para além do critério de relação indirecta recusando ocorrências de pronomes pessoais e demonstrativos em lugares anafóricos associativos que a concepção larga prevê e acolhe.

Outros factores como o tipo de expressão anafórica e a natureza da relação indirecta são decisivos.

Quanto ao estatuto da relação, são de considerar duas teses opostas:

⁴⁴ Veja-se Kleiber et al., (1991a:8).

(i) a tese léxico-estereotípica defendida por Kleiber (1991a e 1991b, 2001), entre outros, propõe uma aproximação semântica e a relação estar inscrita *a priori* no léxico

(ii) a tese discursivo-cognitiva defendida por Charolles, (1991) para quem o discurso, por si só, é capaz de estabelecer a associação, sendo nesse caso uma relação *a posteriori*.

2.5 - Modelo pragmático-cognitivo da Referência na Anáfora Associativa

As diferentes perspectivas do fenómeno originaram um novo modelo de “Referência” que foi fundado tendo como grandes princípios os seguintes:

(i) Todo o discurso constrói os seus próprios referentes, designados objectos-do-discurso;

(ii) Estes não são “coisas” ou elementos do “mundo real” mas representações cognitivas publicamente partilhadas pelos interlocutores e constituindo uma *memória discursiva* estruturada;

(iii) A interpretação de um apontador “anafórico” não consiste em encontrar um “antecedente” linguístico no texto mas em unificar o seu conteúdo com um objecto-de-discurso já construído, presente na memória discursiva;

(iv) Uma tarefa primordial da teoria semântica consiste, pois, em determinar a forma e as propriedades dos objectos-de-discurso, utilizando, como revelador ou traçador das suas características lógico-cognitivas, o funcionamento das expressões referenciais ao nível linguístico. (Berrendonner, 1991:212).

2.6 - Tese léxico-estereotípica – Kleiber

Duas grandes teses de dimensões diferentes se têm desenvolvido nos últimos anos. Uma delas, a léxico-estereotípica, assenta os seus princípios na semântica dos constituintes «(...) le phénomène anaphorique n'est pas seulement un problème de pertinence interprétative, une question de simple accessibilité référentielle: dès le départ, il sollicite, et de façon cruciale, la dimension sémantique des différents constituants impliqués.». (Kleiber, 1999a:96).

São os seguintes os seus principais princípios:

- (i) É a palavra (e não o texto ou o discurso) o objecto linguístico central da análise linguística;
- (ii) Esta prevalência do léxico e através dela a “discretização”⁴⁵ dos objectos de línguas postos em relação na anáfora não é problemática assim como o seu envio “directo” a um outro conjunto, externo à língua, que é o mundo⁴⁶;
- (iii) O mundo é igualmente discretizado de maneira não problemática em objectos, e a correspondência biunívoca desta dupla discretização *a priori* da linguagem e do mundo é considerada como evidente;
- (iv) O “resto” do enunciado é então investido do estatuto de contexto (no sentido largo) tanto para os itens lexicais como para os objectos do mundo.

Perspectivado assim o fenómeno, o discurso não é onipotente. Mesmo se todos os ingredientes cognitivos para uma interpretação associativa ou indirecta forem reunidos, a anáfora não se faz se os critérios semânticos não forem satisfeitos.

⁴⁵ Trad. do termo francês *discrétisation*.

⁴⁶ Veja-se Dubois & Lavigne-Tomps, (1991:276).

Conforme Kleiber (2001:5), se o léxico pode ajudar a melhor compreender a anáfora associativa, a anáfora associativa pode ajudar a melhor descrever o léxico.

2.7 - Tese discursivo-cognitiva –Charolles

Relativamente à tese discursivo-cognitiva, os princípios são os seguintes:

- (i) A anáfora associativa é, antes de tudo, um fenómeno do discurso. A relação não repousa necessariamente nem fundamentalmente numa relação semântica preestabelecida; simplesmente, o leitor ou auditor são levados a compreender que um N porque é definido, e a sua definitude não se pode explicar de outro modo, deve ser associado por inferência abductiva a um quadro ou conjunto associativo ou espaço referencial em curso e acessível no discurso anterior;
- (ii) Outras possibilidades como relações de continente/conteúdo como (mala/vestuário); objecto/matéria (mala/couro)⁴⁷; funcionais (televisor/telecomando);
- (iii) Com definidos apoiados em frases anteriores, a relação pode pôr em jogo um cenário e as associações podem ter um carácter puramente ocasional e valerem apenas para o contexto evocado.

Contrariamente aos defensores da tese léxico-estereotípica, segundo os quais a expressão anafórica não pode instalar uma informação sobre o referente que não se encontre já instalada pela expressão antecedente, Charolles (1990:133) defende a ideia de que o discurso pode instaurar relações inéditas, conjunturais que possam ter uma validade ocasional, mas que o receptor não terá

⁴⁷ Charolles, (1991), dá o seguinte exemplo: «Il y avait *une valise* sur le lit. *Le cuir/les vêtements* étai(n)t tout taché(s). Cit. in Keiber et al., (1991a:36).

difficuldade em reconhecer tendo em conta o princípio da coerência que preside à interpretação do mesmo⁴⁸.

...

Como conclusão destas diferentes abordagens, parece aceitável considerar a anáfora associativa como uma categoria de configurações discursivas nocionais que interligam categorias linguísticas formais várias (as que figuram na estrutura linear) e conceitos que pertencem ao domínio da referência e que com elas estabelecem uma configuração discursiva coerente. (Kleiber et al. 1991a:9).

São encadeamentos textuais em que se verifica a introdução de referentes “novos” relacionados com os referentes já “conhecidos”. Pode haver, e há, como vamos ver, encadeamentos sucessivos de sequências em que um termo pode ser simultaneamente anafórico de um e antecedente ou desencadeador de outro. De igual modo podem coocorrer anáforas de tipo diferente. A conectividade de um texto assenta nessas e noutras relações entre entidades e eventos que, aliadas a configurações linguísticas formais diversas, contribuem para que o mesmo, enquanto produto, seja coeso e coerente.

A impossibilidade de estabelecer categorias linguísticas formais advém do facto de este fenómeno particular de anáfora ser muito mais abrangente do que, por exemplo, a anáfora fiel ou a pronominal que permitem um certo tipo de formalização.

Com efeito, enquanto as anáforas fiel e/ou pronominal estabelecem relações entre entidades correferenciais, de categorias gramaticais perfeitamente definidas, a anáfora associativa, além de não correferencial, pode estabelecer relações não apenas entre entidades mas também entre eventos ou mesmo entre entidades e eventos.

A Anáfora Associativa não é, por isso, uma categoria formal reconhecida univocamente, nem é uma categoria semântica nocional na medida em que não

⁴⁸ Cf. Kleiber et al., (1991b:136).

se baseia apenas no significado ou sentido das palavras de uma Semântica vericondicional, de representação ou composicional.

2.8 - Acesso ao “Antecedente”

Uma das questões que se põem a este tipo de anáfora é o acesso ao termo antecedente, ao “*bon antécédent*,” no dizer de Kleiber (1994), e o modo como se pode estabelecer uma relação entre duas expressões que, fora do texto ou do discurso, têm autonomia referencial mas, dentro dele, se apresentam numa situação de interdependência.

Outra questão é saber como é que nas anáforas associativas os termos referem, apresentando como já “conhecidas”, entidades que ainda não foram mencionadas explicitamente no contexto linguístico anterior.

Apesar das dificuldades em resolver estes e outros problemas, há critérios como, por exemplo, a definitude do termo anafórico e a disjunção referencial entre as expressões que condicionam e restringem, possibilitando a delimitação e identificação do fenómeno.

Normalmente, cabe a uma expressão indefinida inaugurar uma cadeia de referência enquanto o segundo termo deve ser preenchido por uma expressão que seja definida. O definido supõe sempre a referência identificada ou identificável e tanto pode ser saturado pela retoma (nas correferenciais) como, neste caso, pela associação.

É neste sentido que Vater (1984:287) considera que se trata de uma questão que envolve também memória na medida em que «l’usage subséquent d’une description définit une signalé à l’interlocuteur qu’il doit choisir l’objet mémorisé.».

Guillaume (1919)⁴⁹, por seu turno, utilizou o termo de associação para descrever uma série de empregos do definido segundo dois pontos de vista diferentes: um lexical, termo diferencial que designa uma saturação indirecta, sem

⁴⁹ Cit. in Corblin, (1987:129-130).

retoma, e outro orientado para o discurso, designador de um conjunto de referência, um “quadro” derivável de menções anteriores.

Os funcionamentos ditos “associativos” não designam indivíduos efectivamente dados como pontos de referência, pois «(...) la condition pour que l'interprétation du défini soit possible est que le domaine restreint stipule assez de propriétés empiriques pour que la référence virtuelle de N soit en mesure de séparer un individu du domaine restreint du reste.» (Corblin, 1987:131).

No funcionamento associativo, a existência e a unicidade no domínio de um objecto ao qual o N se aplica é apenas provável contrariamente ao funcionamento da retoma em que a existência e a unicidade no domínio é constatável.

O definido associativo para ser saturado não exige que um contexto tenha constituído o seu “designatum” mas um domínio de interpretação que permita à sua referência virtual isolar um indivíduo. (Corblin, 1987).

A determinação do termo considerado antecedente, origem ou fonte⁵⁰ e a dos termos ou expressões anafóricas está intimamente ligada à interpretação referencial dos mesmos.

Dada a obrigatoriedade do carácter [+definido] do termo anafórico, Kleiber et al. (1991a) consideram que há restrições no tipo de determinação na anáfora associativa e nem todos os determinantes como os indefinidos, possessivos e demonstrativos podem funcionar em lugares associativos.

Conforme os mesmos autores, a literatura mistura indiferentemente o antecedente definido e o indefinido, de tal maneira que se pode pensar que a diferença do artigo não tem repercussão directa sobre o funcionamento da anáfora associativa mas tal não é assim.

A determinação pelo artigo definido, indefinido ou $\emptyset$ traz consequências ao nível da interpretação e acesso ao referente na medida em que dá indicações acerca das entidades. O comportamento linguístico das mesmas difere consoante o tipo de nome e de determinante. Aliás, o fenómeno da anáfora associativa encontra-se directamente ligado às teorias globais sobre os artigos definido e indefinido justamente pelas implicações que as suas ocorrências acarretam em termos de determinação e referência.

⁵⁰ Tradução de *source*, termo atribuído a Corblin, (1985). Cit. in David, (1990:113).

Assim, o estatuto indefinido do antecedente revela-se primordial para a orientação anafórica e para a natureza do laço associativo. A indefinidade do SN antecedente tem por consequência uma introdução estereotípica ou prototípica do seu referente, pois a única informação é que o referente em questão é membro da classe dos N. Deste modo, não se encontra individualizado ou diferenciado das outras ocorrências do N por nenhuma propriedade para além da sua ancoragem espaço-temporal. A sua indefinidade faz dele um membro tipo por defeito. (Kleiber et al., 1991b).

Quando o referente é apresentado por meio de uma expressão definida, nome próprio, descrição definida ou demonstrativa, ele aparece como um referente conhecido para além da sua pertença à classe do N de tal maneira que a informação nova ou não para o interlocutor pode ser aceite como sendo uma informação disponível ou inferível a partir da apresentação definida ou particular feita do referente. (Kleiber et al., 1991b).

A diferença entre as sequências com indefinido e definido está ligada à diferença de conhecimentos associados às expressões, isto é, à diferença entre as implicações às quais dá lugar uma expressão definida ou uma expressão indefinida.

Para os mesmos autores, a expressão anafórica não pode instalar uma informação sobre um referente que não se encontre já disponível ou inferível pela expressão antecedente.

2.8.1 - Tipos de “Antecedente”

Conforme Kleiber et al. (1991a:21-22), os tipos de antecedentes (origem, expressão de apoio, desencadeador, etc.) mencionados na literatura, podem ter várias configurações e diferentes estatutos formais e ontológicos:

- (i) SN nominais, cujo núcleo pertence à categoria N.

(ii) Restritores ou marcadores de domínios espaciais e temporais, como nos exemplos (2) e (3):

(2) «**En France**, le président voyage beaucoup.»

(3) «**En 1930**, les voitures roulaient moins vite.»⁵¹

(iii) Entidades não nominais, como em quadros accionais (*scripts*)⁵² a partir das quais se constrói um esquema de acção, frequentemente explorados pelos psicolinguistas e ilustradas por sequências a partir das quais se reconstrói o esquema da acção “assistir a uma sessão de cinema”, como em (4):

(4) «Jenny trouvait le film ennuyeux.

Le projectionniste devait changer la bobine

C’était en principe un classique du muet.»⁵³

(iv) Entidades não nominais expressas sob a forma de uma proposição:

(5) «**Sophie dormait**, le journal était tombé au pied du lit, le cendrier était plein à ras bord.»⁵⁴

(v) Uma unidade morfológica verbal:

(6) «**Atterrir** sur la place rouge! Certainement le jeune pilote est fou.»⁵⁵

(vi) Entidades infra-lexicais como, por exemplo, o radical *bern-* do adjectivo, *bernoise*.

⁵¹ Charolles, (1990).

⁵² Os “*script*” não dependem apenas da competência linguística mas do saber enciclopédico que pode variar de indivíduo para indivíduo, segundo Maingueneau (1997:39).

⁵³ Cit.in Kleiber et al., (1991a:21).

⁵⁴ Charolles, (1990).

⁵⁵ Reichler-Béguelin, (1989).

Estas são, segundo Kleiber (1991a, 20-24), algumas configurações que, na literatura, se apresentam como podendo ocupar o lugar de “antecedente”.

Como pode ser observado, nas alíneas c), d) e e), os componentes são ontologicamente heterogêneos.

Relativamente a conteúdos proposicionais do género “O João foi assassinado”, o mesmo pode constituir a origem de entidades nominais como a *arma*, o *assassino*, etc. ou de entidades relacionadas com o evento como, por exemplo, a *investigação*. As relações causais, actanciais ou outras podem ser extremamente diversificadas.

Estas configurações associativas, de base não nominal, impõem certas restrições ao antecedente proposicional⁵⁶, nomeadamente o facto denotado induzir ou não certos ingredientes (indução). É o que se pode ver através do contraste entre (7) e (8):

(7) «*Jean est mort dans des circonstances mystérieuses. ? Le meurtrier a été retrouvé par Max.*»

(8) «*Jean a été assassiné. Le meurtrier a été retrouvé par Max.*»

Como se pode observar pelos exemplos, uma morte, em circunstâncias misteriosas, não tem necessariamente um assassino, levando a considerar inaceitável a segunda frase do exemplo (7) como constituindo uma sequência da primeira.

Nesta medida, é preciso que entre os constituintes haja uma relação de natureza semântica ou, pelo menos, convencional como indicam os exemplos:

(9) «*Jean a été assassiné. Le revolver...*»

(9)' «*Jean a été assassiné. ?le clou.../?la bûche...*»

Uma outra restrição tem que ver com a capacidade do predicado alienar, autonomizar uma parte de um todo, isolando ou tornando saliente uma parte de um indivíduo humano ou animal.

⁵⁶ Kleiber, (1992) cit. in Kleiber et al., (1991a:24).

Em (10), o predicado *estrangular* isola e torna saliente a parte *pescoço* de um indivíduo humano ou animal:

(10) «*Jean a été étranglé. Le cou est en effet tout couvert de bleus.*»

São restrições deste tipo, como as apresentadas, que permitem balizar e definir configurações associativas com antecedente proposicional.

2.8.2 - Localização da expressão “antecedente”

Relativamente ao problema da localização da expressão “origem” ou termo “antecedente”, pode ser usada uma construção de base, tal que: N_0 - ter - N_1 .

Esta é a forma predicativa canónica para enunciar a existência de uma relação parte/todo entre o referente do objecto N_1 e o do sujeito N_0 .

Não é, porém, suficiente essa predicação para que a anáfora associativa se estabeleça nem é válida para todos os tipos da mesma.

Com efeito, à sugestão de Charolles de que as configurações associativas se inscrevem num quadro interproposicional em que o elemento “origem” é instanciado numa oração, p_1 , e o anafórico numa p_2 , que segue geralmente a p_1 , podendo ser dissociado e isolado da “origem” sobre o plano predicativo, Kleiber (1991:27), acrescenta uma restrição suplementar de natureza semântica que vai incidir na natureza do predicado, como mais adiante se verá.

Na verdade, a nível da mereologia há restrições quanto aos elementos do encadeamento discursivo, tendo os mesmos de obedecer ao princípio de congruência ontológica.

Este princípio permite compreender por que é que exemplos não aceitáveis se tornam aceitáveis quando o predicado é modificado no sentido dessa congruência levando a que, por exemplo, com entidades animadas se possa exprimir uma atitude do referente.

Compare-se, em construções absolutas, a inaceitabilidade de (11) relativamente a (12):

(11) *«O Paulo dorme, os braços peludos...»

(12) «O Paulo dorme, os braços dobrados...»

Quanto à questão da localização do termo anafórico ser intra ou interfrástica do SN origem, parece que a configuração associativa mais comum é aquela que é composta por dois predicados, um para o antecedente, outro para o termo anafórico como se tem visto em exemplos anteriores.

2.8.3 - Factores de acesso ao “antecedente”

A proximidade ou a distância entre os dois elementos que estabelecem uma relação associativa pode ser fortuita ou necessária. Com efeito, a distância entre o termo anafórico e o termo que lhe serve de “origem” ou “antecedente” não se pode conceber apenas em termos topográficos, distância ou proximidade, mas também em termos cognitivos.

Na verdade, o SN “origem” está submetido a uma restrição de “saliência” e o seu alcance pode ser atrasado por limites espaciais e temporais ou ser enfraquecido pela distância.

Quando dois segmentos são “candidatos” a serem a “origem”, vários factores podem intervir para a sua interpretação como, por exemplo, a ordem e a proximidade das menções bem como a acessibilidade dos contextos, ou seja, a percepção e a reconstrução de uma situação. A resolução do anafórico apoia-se em instruções semânticas veiculadas pelo determinante definido em recrutar, numa situação, a entidade única, aquilo que é considerado para Kleiber um “*bon referent*” e que justifica a sua ocorrência.

A selecção da situação mais coerente pode, também, ser apoiada por propostas e soluções da Pragmática.

Relativamente à posição, quando é a “origem” a preceder o anafórico justifica-se a denominação de “antecedente”. Pode, porém, figurar depois e, nesse caso, dir-se-á catáfora associativa.

2.9 - Anáfora Associativa como fenómeno inferencial

Quer a relação seja *a priori* e esteja preestabelecida no léxico (posição léxico-estereotípica), quer seja *a posteriori*, construída pelo discurso (posição discursivo-cognitiva), existe unanimidade por parte dos respectivos defensores de que a mesma tem o estatuto de relação inferencial: “*pontage inférentiel*” para Kleiber e “*calcul inférentiel*” para Berrendonner e Charolles.

Segundo Kleiber (1991a:32), «(...) toute anaphore nécessite, pour sa résolution, un processus d'inférence, même si d'habitude on ne parle d'inférence que pour les anaphores non coréférentielles. Ceci pour la bonne et simple raison que les expressions anaphoriques sont des expressions incomplètes, qui nécessitent le recours à de l'information présente antérieurement dans le discours, complémentation du sens qui nécessite un pontage inférentiel.».

Mesmo nas anáforas fiéis e infiéis, existe um laço inferencial que foi esquematizado por Webber (1988) e difere do processo inferencial na anáfora associativa. Assim, em exemplos como (13) e (14), as duas expressões reenviam a uma mesma entidade, a primeira instalando-a, evocando-a no discurso, a segunda referindo-a, especificando-a. O procedimento inferencial permite fazer a ligação entre as duas:

(13) «Paul a adopté **un chien**. **Le chien** lui sert aujourd'hui de partenaire à la belote.»⁵⁷

(14) «**Une vache**.....**Ce / Le bovidé**.....**Cet / L'animal**.....»⁵⁸

Na Anáfora Associativa, as duas expressões introduzem duas entidades distintas e ambas evocam e especificam. A condição para que se estabeleça a anáfora é que a entidade evocada e especificada pela expressão anafórica seja inferida a partir da entidade evocada e especificada pelo “antecedente”. A selecção do segundo referente faz-se no interior da zona activada pelo primeiro. (Choi-Jonin, 1991).

⁵⁷ Kleiber, (1991:177-178).

⁵⁸ Reichler-Béguelin, (1989:305).

Relativamente à tese discursiva, e numa perspectiva pragmática, cabe ao enunciador, de forma implícita, instaurar o cálculo inferencial responsável pelo estabelecimento da relação dos dois termos da anáfora.

2.9.1 - Como se faz a inferência?

Segundo Kleiber et al. (1991a:33), há dois tipos de inferência a considerar: “descendente” e “ascendente”. É considerada descendente quando o termo antecedente desencadeia imediatamente uma entidade disponível para ocupar o lugar de termo anafórico.

No exemplo clássico de *uma aldeia.../...a igreja*, a hipótese de inferência descendente é pouco plausível pois, no momento da enunciação, é difícil pensar em todas as entidades que possam ser inferidas a partir do SN “origem” na medida em que a entidade denotada pelo SN *igreja* não é a única que pode ocupar o lugar de termo anafórico. Com efeito, uma anáfora associativa nominal do tipo léxico-estereotípica estabelecer-se-ia da mesma forma se outros SNs, *escola*, *cemitério*, etc, se candidatassem ao mesmo lugar.

Parece mais aceitável considerar que o processo inferencial se faça no sentido da expressão anafórica para o antecedente e seja, por isso, ascendente.

Na verdade, só a introdução do termo anafórico, devido à sua definitude, permite, no caso em questão, a interrogação: «Que igreja?» e consequente resposta: «A igreja da aldeia».

2.9.2 – Alguns tipos de inferências

A inferência tem sido descrita como uma dedução (Kleiber, 1992) ou como um processo abduativo (Berrendonner, 1990; Charolles, 1992; Fredj, 1993)⁵⁹.

⁵⁹ Cit. in Kleiber et al., (1991a:34).

Assim, interessa dizer que a dedução é uma operação que permite, a partir de hipóteses, tirar conclusões aplicando regras (Jayez, 1994) e que é uma consequência lógica, resultante de um raciocínio em que o percurso inferencial se faz no sentido do antecedente para o consequente.

Quanto à abdução, é uma operação lógica que consiste em chegar às hipóteses a partir de regras e de conclusões e em que é privilegiada uma hipótese entre outras. Esses termos são muitas vezes utilizados no domínio da causalidade, em que a abdução leva dos efeitos às causas (regras causais sendo supostas conhecidas e estáveis). (Jayez, 1994).

Mas pode, ainda, ser considerada uma terceira operação, a indução, raciocínio que, de factos particulares, retira uma conclusão genérica. O intérprete não dispõe de nenhum estereótipo estabelecido mas é forçado a construí-lo pelo próprio discurso que pode tornar acessível e válida uma relação com cariz genérico. Como a relação não é estabelecida *a priori*, a inferência assenta em conhecimentos disponibilizados pelo discurso.

Segundo Berrendonner (1991:213), a abdução comporta riscos de erros e é um comportamento menos cooperativo para o descodificador do que a dedução que é mais fiável e pouco custosa. Por isso, sendo a passagem tipo->-classe dedutiva enquanto a transição classe->-tipo é abdutiva, esta diferença explica que as anáforas percorrendo a relação no sentido tipo->-domínio sejam mais frequentes que as anáforas em sentido inverso.

Kerbrat-Orecchioni (1986:24) considera, por seu turno, «Nous appellerons “inférence” toute proposition implicite que l’on peut extraire d’un énoncé, et déduire de son contenu littéral en combinant des informations de statut variable (internes ou externes).».

A inferência, assim concebida, é o resultado de um cálculo mais ou menos complexo e denota toda a espécie de conteúdo implícito. Neste sentido podemos dizer que corresponde às implicaturas de Grice e às implicações de Récanati (1997)⁶⁰, um contextualista para quem o sentido descritivo é engendrado pela interacção da palavra com o contexto, cotexto, situação e conhecimentos de todas as espécies.

⁶⁰ Veja-se Kleiber, (1999b:42).

Neste caso, a extracção de um conteúdo implícito exige do descodificador um trabalho interpretativo simétrico do trabalho produtivo que exige a codificação de um tal conteúdo, devendo o receptor de um enunciado percorrer um itinerário do seu conteúdo explícito ao seu ou seus conteúdos implícitos eventuais.

Pode assim entender-se que, de acordo com Kerbrat-Orecchioni, as inferências podem ser independentes da situação do discurso, equivalentes a pressuposições, ou depender do contexto enunciativo, equivalentes a subentendidos.

Isto significa que encontrar uma pressuposição depende exclusivamente da competência linguística do receptor enquanto a de um subentendido, apela também ao conhecimento enciclopédico e exige certas informações contextuais respeitantes aos interlocutores.

2.9.3 – Tipos de suporte responsáveis pela inferência

O tipo de suporte responsável pela existência de uma inferência, independente da situação do discurso, pode ser de natureza lexical, sintáctica ou semântico-pragmática.

(i) Natureza lexical:

a) verbos aspectuais;

b) verbos factivos (*saber...*) e contrafactivos (*pretender, imaginar*) que pressupõem a verdade ou falsidade do conteúdo da completiva que introduzem assim como o conjunto de verbos “subjectivos” que comportam um pressuposto modalizador ou axiológico;

c) morfemas como: *mas, também, mesmo, de novo, já, ainda*;

- d) relações inscritas na estrutura do léxico: contraste, hiper/hiponímia, restrição selectiva;

(ii) Natureza sintáctica:

- a) orações subordinadas (comparativas, condicionais, causais, etc.);
- b) estruturas clivadas;
- c) frases interrogativas;

(iii) Natureza semântico-pragmática:

- a) expressões definidas pressupondo a existência do objecto que denotam;
- b) termos pressupondo a sua adequação referencial, isto é, que o denotado possua as propriedades correspondendo aos semas da expressão correspondente;
- c) tipos particulares de unidades de conteúdo cuja existência Ducrot pôs em evidência e que determinam a orientação argumentativa de um enunciado.

Qualquer que seja a natureza do suporte e do conteúdo pressuposto, estas unidades têm a particularidade de permitir, a partir de conteúdos “postos”, a construção de inferências particulares na medida em que elas ocupam, num eixo gradual de implicitação, uma zona próxima do pólo do explícito e onde se actualizam necessariamente ao mesmo tempo que o próprio enunciado.

Em oposição às pressuposições, a extracção de um subentendido depende de certas particularidades do contexto enunciativo, implicando um cálculo interpretativo sempre sujeito a caução e nem sempre fácil de determinar.

2.9.4 - Inferência na comunicação verbal

Segundo Jayez (1994), uma das teses mais fortes de Sperber & Wilson (1986) é a necessidade de fazer apelo à inferência para compreender como a comunicação verbal tem a eficácia que lhe reconhecemos: «La communication verbale est une forme complexe de communication. Le codage et le décodage linguistique y jouent évidemment un rôle, mais la signification linguistique d'une phrase énoncée n'encode pas complètement le vouloir-dire du locuteur: le sens aide simplement le destinataire à inférer ce vouloir-dire». (Sperber & Wilson 1989:48)⁶¹.

Esta posição implica um certo contraste entre as estruturas linguísticas e o conhecimento do mundo, indo ao encontro da concepção corrente que tem motivado certas investigações em Inteligência Artificial para quem a interpretação do discurso supõe quase sempre o domínio de conhecimentos extralinguísticos, não só sobre propriedades dos objectos materiais, situações físicas qualitativas ou imprecisamente quantificadas, comportamentos humanos e animais, mas também rituais sociais, ideologias e outros registos da representação do mundo. O código linguístico por mais subtil que seja necessitará sempre da passagem por outras regularidades para ter um efeito qualquer na comunicação.

Neste sentido aponta também Fonseca (1992:48) que considera que «O comunicado num dado produto verbal é, assim, a **resultante global do explícito e do implícito**, ou, noutros termos, o *lugar de encontro da interacção do significado, do denotado e conotado, das forças ilocutórias, e ainda das consequências que de todas essas dimensões extraem os falantes na base do conhecimento da organização da língua e do «contexto sócio-cultural e histórico» dessa língua, da situação de comunicação, do co-texto, do «saber» em geral sobre o mundo* (onde cabem variáveis atinentes aos universos simbólicos, às tábuas de valores, às «formações ideológicas/discursivas» e outras, meramente ocasionais) e do domínio dos princípios gerais que pautam o exercício do pensamento e da comunicação.».

⁶¹ Cit. in Jayez, (1994:229).

A multiplicidade de factores e componentes envolvidos na comunicação verbal e nos processos de inferência que nela ocorrem levam também Vilela (1997:881), a considerar que nos conceitos de protótipo e estereótipo entram os mesmos ingredientes: «(...) a percepção do mundo, os conhecimentos adquiridos pela experiência, o contexto social e comunicativo, a dialéctica interaccional, a intencionalidade» de modo que «a existência no léxico de associações estereotípicas é um reflexo das nossas próprias representações. E as associações criadas pelo discurso são ainda derivações de relações preexistentes também no léxico.».

...

Conclusão

Da exposição feita, é relevante considerar o tipo de Anáfora Associativa como uma relação de disjunção referencial entre os termos bem como o vínculo inferencial indispensável à sua interpretação. Esta última condição tem merecido o consenso das teses abordadas neste Capítulo, a léxico-estereotípica e a discursivo-cognitiva.

Outros pontos de interesse são o acesso ao termo “antecedente” e a configuração linguística que o mesmo pode apresentar no enunciado.

É uma questão particularmente importante porque essa configuração traz como consequência o tipo de inferência que o mesmo desencadeia e torna possível a integração da Anáfora Associativa num dos subtipos tratados na literatura e que vão ser apresentados no Capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – ALGUNS TIPOS DE ANÁFORA ASSOCIATIVA

Introdução

Apesar de o fenómeno da Anáfora Associativa ser muito vasto, tornando-se difícil delimitá-lo em categorias essencialmente formais, pelas características já abordadas e, sobretudo, porque a sua interpretação envolve aspectos não linguísticos, estudos recentes tornaram possível encontrar alguns subtipos permitindo, assim, alguma formalização e a sua distribuição.

São alguns desses subtipos que se apresentam neste Capítulo.

3.1 – Anáforas Associativas Meronímicas

Como já vimos, Kleiber analisa a anáfora associativa como um fenómeno referencial e inferencial.

Em termos gerais, o mecanismo referencial da Anáfora Associativa pode resumir-se da seguinte forma:

- (i) O referente de N2, que não está presente no contexto da enunciação, é introduzido por intermédio do N1 que está presente na situação da enunciação.
- (ii) N1 (*source*) e N2 (*cible*) não são correferenciais.
- (iii) N1 está ligado a N2 por funções gerais como a de “parte/todo” que são supostamente partilhadas por uma mesma comunidade linguística.

A relação anafórica que une as duas entidades é do tipo meronímico definível por uma relação estereotípica ou prototípica.

Estereótipo e protótipo, directamente ligados à categorização e ao sentido lexical das palavras, podem ser definidos em termos de intensão e extensão⁶².

Resta verificar que partes de um “todo” como, por exemplo, *homem*, *carro*, *árvore* são candidatas, e sob que condições, ao estatuto de referente de uma anáfora associativa.

3.1.1 – Tipo de relação

Na concepção léxico-estereotípica, a relação meronímica é uma relação *a priori* contida no léxico e condicionada pelas representações semânticas ligadas aos referentes que ela põe em cena. Trata-se de um saber convencional necessário ou simplesmente estereotípico em virtude de os seus termos se encontrarem preinscritos no léxico e presumidamente partilhados tanto num plano genérico como contingente.

Também para Charolles (1991:80), «La notion de stéréotype, surtout si on veut l'exploiter dans la description lexicale, ne va en effet pas sans l'idée d'une certaine généralité (à défaut d'universalité). Lorsqu'elle met en jeu des relations méronomiques, elle implique que les parties supposées associés le soient de façon relativement stable et donc indépendamment du contexte.».

Uma das maneiras de caracterizar as anáforas do tipo “parte/todo” é precisar o estatuto da relação que une os dois referentes implicados. Se o referente novo da expressão anafórica é introduzido por intermédio de um outro referente já evocado, é porque existe uma relação entre os dois referentes para que tal ligação se faça. Essa relação não deve ter apenas uma validade contextual mas de certa maneira genérica.

A relação semântica entre um item denotando uma parte e o que denota o todo correspondente tem o nome de Meronímia. As relações meronímicas podem

⁶² Veja-se Lyons, (1971:171) e Kleiber, (1990:60).

ser testadas em frases de estrutura genérica do tipo “*um N1 tem geralmente um N2*”, em que *N1* corresponde ao *todo* e *N2* à *parte*.

Este tipo de relação meronímica ou de “ingrediência” é uma relação não transitiva. A não transitividade é uma consequência do facto de a relação implícita na interpretação dos *Ns* definidos associativos poder ser estereotípica e corresponder à seguinte forma de base:

“Se *p1* é uma parte estereotípica de *T* e *p2* uma parte estereotípica de *p1*, *p2* não é uma parte estereotípica de *T*”.

Esta restrição encontra-se directamente associada à hierarquia, assimetria e organização de pares lexicais como: *porta/garagem* e *puxador/porta* vs **puxador/garagem* ou *mão/braço* e *dedo/mão* vs **dedo/braço*.

Contudo, o mesmo não se poderá dizer com certos pares de peças de vestuário do tipo *manga/camisa* e *punhol/manga* vs *punhol/camisa* na medida em que se pode considerar aceitável este último par, violando o princípio da não transitividade.

Segundo Lyons (1977:252), uma das hipóteses para tentar responder a este problema é considerar a relação *parte/todo* entre *punhol/camisa* como o produto da relação entre *punhol/manga* e *manga/camisa*. Outra hipótese seria a constituição, no vocabulário, do que Bierwisch (1965) chama de “cadeias de *parte/todo*” sem ter de especificar para cada lexema o lugar ocupado nessa cadeia.

De qualquer forma, a relação meronímica é considerada uma relação hierárquica preestabelecida e predefinida no léxico das línguas naturais. É um tipo de relação lexical que está em estreita ligação com uma subclasse particular de construções possessivas, ilustradas por sintagmas e frases como: *O braço direito do João* e *O João tem um braço amputado*. No primeiro caso, trata-se de posse inalienável, no segundo, de posse alienável.

Porém, diferenças ontológicas dos nomes levam a considerar que não são do mesmo tipo as relações de “*parte/todo*”, por exemplo, entre os lexemas *igreja/aldeia*, *roda/bicicleta* e *braço/corpo*. Os lexemas *igreja*, *roda* e *braço* diferem, entre si, relativamente à relação que estabelecem com o “*todo*”, *aldeia*, *bicicleta* e *corpo*. Tal deve-se ao tipo de referente naquilo que se pode chamar de ser ou não uma parte alienável do todo a que pertencem.

Este tipo de relação que assenta na ontologia dos referentes implicados, impõe restrições a nível categorial privilegiando a configuração “Um N...o N”.

A concepção mais alargada deste tipo de relação “parte/todo” e que foi defendida por M. J. Reichler-Béguelin e Berrendonner não impõe restrições a nível categorial resultando, daí, que sejam consideradas como “associativas” configurações muito diversificadas que se afastam muito da relação parte/todo do exemplo original. (Kleiber et al., 1991a:36).

3.1.2 – Noção de parte

Segundo Kleiber et al. (1991b), para que uma “parte” possa ocupar o lugar anafórico é preciso que apareça como sendo uma parte necessária ou estereotípica inferível ou contida no estereótipo do “todo” antecedente. Quanto ao “todo” define-se pelos “ingredientes” necessários ou estereotípicos que o compõem.

A maior parte das entidades encontram-se definidas ou representadas em relação aos seus constituintes, isto é, são apreendidas como um “todo” e não são encaradas definitivamente ou estereotipicamente como sendo “parte de” mesmo se se puderem localizar em conjuntos maiores e ser ingredientes de “todos” maiores. No exemplo clássico de *aldeia/igreja*, a entidade denotada por *aldeia* faz-se prioritariamente pelas partes que constituem uma aldeia e que pode englobar a entidade *igreja*, como “ingrediente”; pelo contrário, a de *igreja* não se estabelece como “ingrediente” da *aldeia* mas como uma entidade com os seus próprios ingredientes.

O reconhecimento de uma igreja como tal não repousa no reconhecimento de ser parte de uma aldeia mas como um todo com os seus próprios ingredientes: santos, altar, etc., tal como um dos exemplos originais tratado na literatura:

(1) «(...) Et comme le voyageur passait alors devant **l'église**, **les saints personnages** qui étaient peints sur **les vitraux** parurent avoir de l'effroi. **Le prêtre** agenouillé devant **l'autel** oublia sa prière.» (G. Guillaume, 1919 :163)⁶³.

Sabe-se que foi neste encadeamento que G. Guillaume “baptizou” de “associativas”⁶⁴ as expressões definidas anafóricas *les vitraux*, *le prêtre* e *l'autel*.

Na verdade, a definitude das mesmas só se podia justificar se os seus referentes fossem apresentados como entidades já conhecidas.

Para se aceder à sua interpretação referencial, era necessário um outro referente, previamente introduzido no discurso por um termo antecedente, desencadeador dessas novas entidades e que, com elas, estabelecesse uma qualquer relação. Esse termo, *l'église*, era considerado a “origem” dessa relação associativa e a associação resultava de uma inferência imediata fundamentada no estereótipo de uma igreja, lugar de culto do catolicismo que venera santos - daí a alusão aos vitrais – fazendo parte da mesma um altar-mor e um padre como ministro.

Para usar a concepção de Kleiber et al. (1991a:5), *les vitraux*, *le prêtre* e *l'autel* são considerados “ingredientes”⁶⁵ de *l'église* que introduzem referentes “novos” estabelecendo uma relação de interdependência referencial com esse referente “conhecido”.

Quanto à definitude do termo “antecedente”, *l'église*, essa não pode ser justificada do mesmo modo que a dos termos anafóricos. O referente do antecedente definido é apresentado pelo locutor como uma entidade particular e individualizada e isso implica, a nível da interpretação, ou um saber compartilhado e prévio entre os interlocutores ou condições para que possam aceder ao mesmo.

Há a pressuposição de existência de uma entidade única naquele universo de referência uma vez que o artigo definido assere existência e unicidade.

⁶³ Cit. in Kleiber et al., (1991a:5).

⁶⁴ Cf. Oliveira, (1988), o termo “associativa” também surge em Hawkins (78, p. 123-130).

⁶⁵ Veja-se em Kleiber et al. (1991a:36) “(...) le foncteur “ingrédient” de la méréologie de S. Lesniewski est fondé sur la notion de “partie”, que A. Berrendonner va l'utiliser pour tenter de formaliser les configurations associatives relevées.».

Um caso particular de relação meronímica é a divisão do corpo humano em “partes” na medida em que não serve de protótipo para todas as hierarquias parte/todo.

Com efeito, são difíceis ocorrências de expressões do género: *uma parte da mulher* (...) contrariamente a *uma parte do braço da mulher* (...). Tal explica-se pelo tipo de referentes envolvidos nessas expressões, *mulher* e *braço*. Enquanto as partes do corpo possuem apenas forma e matéria, a entidade animada possui uma componente de intencionalidade que condiciona a alienação, isto é, esta só pode operar sobre “partes” do corpo e não sobre o “todo” cujo referente é animado.

Na verdade, não é fácil, quando se trata de referentes denotando pessoas, determinar o que, realmente, pode ser considerado como “parte” e se a mesma pode ou não estabelecer uma relação associativa com o “todo”.

Esta dificuldade é notada por vários autores, entre os quais Choi-Jonin (1991:257) que, a propósito da incoerência dos exemplos (2) e (3), diz o seguinte:

«Les parties constitutives d'un être animé ne sont donc pas, pour G. Kleiber, les véritables parties d'un référent animé mais celles de ses deux constituants principaux (partie corporelle et partie intentionnelles); les yeux sont des parties du corps et l'esprit, une partie du composant intentionnel. La différence ontologique entre une entité animée et les parties de son corps (ou composants intentionnels) ne permet pas une aliénation directe de ces dernières».

(2) «*Une femme rêvait. ?Les yeux étaient fermés.*»

(3) «*Paul pouvait enfin se reposer. ?L'esprit était libre de souci.*»

Atente-se que Kleiber (1999a:84) distingue os nomes em diferentes classes apoiando-se em traços referenciais. Nessa medida, atribui aos nomes animados uma componente “intencional” para além da forma e matéria físicas, traços básicos de que são dotadas as diferentes classes dos nomes que servem para as distinguir e que estão na origem das diferentes propriedades que se podem atribuir a um referente. Neste sentido, só um elemento do mesmo tipo ontológico que o objecto é considerado como uma verdadeira parte do objecto.

3.1.3 - Parte vs ingrediente

Apesar do functor “ingrediente” da mereologia de S. Lesniewski (1989)⁶⁶, ter sido fundado na noção de “parte”, afastou-se bastante da relação “parte/todo” original que unia *aldeia/igreja*.

Para tentar formalizar certas configurações de anáforas discursivas indirectas, Berrendonner definiu-o da seguinte maneira:

- (i) «P est un ingrédient de Q si P est le même objet que Q ou une partie de Q;
- (ii) Si P est une partie de Q, alors Q n'est pas une partie de P;
- (iii) Si P est une partie de Q, et Q une partie de R, alors P est une partie de R».

Uma formalização deste tipo permite um conjunto largo de relações não só englobando as nominais do tipo *casa/porta* mas também processos/actantes bem como relações de localização (*estar em*) e de matéria (*ser de*).

Uma tal extensão do functor “ingrediente” permite considerar toda a anáfora indirecta ou inferencial como associativa, incluindo anáforas correferenciais com pronomes e adjectivos em lugares associativos.

Porém, numa relação estrita “parte/todo”, as ocorrências com demonstrativos ou pronomes pessoais, como determinantes do termo anafórico, estão excluídas.

O emprego do demonstrativo é reconhecido sob o nome de “*mémoriel*” ou “*expérienciel*” enquanto o emprego dos pessoais de terceira pessoa pode estabelecer com o “antecedente” uma relação de “*collectif*” ou “*grégaire*” ou ainda de “*textuel générique indirect*”⁶⁷. (Kleiber, 1999a:70).

⁶⁶ Cit. in Kleiber et al., (1991a:36).

⁶⁷ Veja-se o ponto 1.2.4 do Cap. 1 deste trabalho.

3.1.4 - Parte vs peça

Segundo Cruse (1986:157), são necessárias algumas considerações acerca das diferenças entre a noção de “peça de” e “parte de”. Com efeito, diferenças ontológicas permitem caracterizar as “partes” e as “peças” e as suas relações com os “todos” correspondentes.

Assim, uma “parte” típica distingue-se de uma “peça” por três características principais: autonomia, limites não arbitrários e funções determinadas relativamente ao “todo”. Uma parte é normalmente delimitada em relação às suas partes “irmãs” por uma (relativa) descontinuidade de alguma espécie.

É verdade que as partes de alguns objectos inanimados podem ser destacadas e constituírem “peças de” como as das viaturas, no entanto, o seu lugar normal e canónico está situado no objecto.

Segundo Kleiber (1999a:86), a designação de “*méronyme canonique*”, rodas/carro, ficou a dever-se a Cruse (1986) para se diferenciar de “*méronyme facultatif*”, frigorífico/cozinha, demonstrando o laço que se pode estabelecer com a distinção entre sentido genérico e sentido específico.

3.1.5 - Parte intrínseca vs não intrínseca

O estatuto não factual, não contingente ou *a priori* que corresponde a um saber prévio e comumente partilhado sobre as coisas e sobre o qual se apoia a relação associativa, entre as duas entidades de uma anáfora associativa, permite distinguir entre uma “parte intrínseca” e uma “parte extrínseca”.

Azoulay (1978)⁶⁸ denominou “*lien intrinsèque*” esse laço “genérico” que corresponde à etiqueta de “estereotípico”, em Kleiber, e que impõe a exclusão de propriedades em lugares associativos visto não constituírem qualidades intrínsecas das entidades que as possuem, na medida em que, se forem

⁶⁸ Cit. in Kleiber, (1999a:78).

consideradas como extrínsecas, não podem ser reconhecidas como as clássicas “partes” de um “todo”.

Contudo, na literatura inglesa, é divergente a posição de Hawkins (1984) e de Erkü e Gundel (1987)⁶⁹ que consideram bem formadas sequências que ligam “car” a “colour”. Para Hawkins, a relação estrita parte/todo é fraca para dar conta de certas relações pertinentes como as que associam atributos a entidades.

Quanto a Erkü e Gundel renunciam mesmo ao nome de associativa preferindo chamar a este tipo de anáforas indirectas, anáforas inclusivas.

3.2 - Condição de alienação

Sendo um dos postulados da Anáfora Associativa que o referente deve ser apresentado ou dado como alienado em relação ao referente do antecedente, segundo Kleiber (1999a), dois casos se podem apresentar: as entidades serem intrinsecamente autónomas ou, pelo contrário, serem dependentes.

Do primeiro caso fazem parte os nomes *categoremáticos*, ou seja, nomes de entidades que têm uma existência autónoma, independente de outras entidades e que, por isso, satisfazem *a priori* a condição de alienação. A sua independência ontológica não tem necessidade de ser assegurada como, por exemplo, em *aldeia/igreja*.

Quanto às entidades dependentes, ontologicamente, de outras, nomes *sincategoremáticos*, podem ser de três tipos:

- (i) Nomes derivados, nominalizações deverbais ou adjectivais que, devido à relação com as formas de base, implicam outra entidade. Ex.: *brancura, explosão*;
- (ii) Nomes relacionais como *autor, marido, pai, habitantes*, etc. que implicam também outras entidades. Ex.: *aldeia/habitantes*;
- (iii) Nomes cujas ocorrências não existem sem ser como componentes ou “parte” de um outro indivíduo, ou seja, na

⁶⁹ Cit. in Kleiber, (1999a:80).

representação semântica da “parte”, o “todo” está efectivamente presente. Ex.: *volante/viatura*, *telhado/casa*, *tronco/árvore* e *braço/homem*.

A sincategorematicidade ou dependência ontológica das entidades faz delas candidatas, *a priori*, a lugares associativos visto terem como “antecedente” a entidade à qual estão subordinadas. No entanto, não é da mesma ordem essa dependência ontológica dos três tipos de entidades sincategoremáticas.

Com efeito, as entidades caracterizam-se por traços referenciais básicos (matéria, forma, intencionalidade, etc) subjacentes à sua classificação em nomes concretos, abstractos, animados, etc. que estão na origem das diferentes propriedades que podem apresentar as entidades que os possuem e as situações nas quais podem figurar.

Ora, o nosso sistema visual permite isolar ou destacar um elemento sobre uma situação ou um objecto sem que o elemento assim alienado deixe de fazer parte da situação ou do objecto.

Este modelo perceptual apenas pode alienar elementos do mesmo tipo ontológico do conjunto sobre o qual são isolados. Ex. *volante/carro*, *braço/corpo*.

Tratando-se de peças de vestuário, este movimento inalienação-alienação é inverso. Na verdade, as partes do corpo são, à partida, inalienáveis mas podem ser alienadas enquanto as peças do vestuário, apesar de materialmente disjuntas, podem tornar-se inalienáveis quando fazem “corpo” com o indivíduo.

A condição de alienação pode, ainda, ser satisfeita através de certos predicados como, por exemplo, *descrever* que, pelo seu próprio sentido discriminante, induz uma alienação de diferentes atributos possíveis ou como *elogiar* que activa a zona das qualidades.

3.3 – Princípio da congruência ontológica

O tipo de alienação visual só é possível para “partes” e não para propriedades e eventos exactamente porque estes não são considerados

verdadeiras partes de uma entidade visto não serem do mesmo tipo ontológico do todo. A alienação *vis-a-vis* do tipo ontológico do antecedente é difícil de operar.

Para este tipo de “partes” existe, segundo proposta de Kleiber (1999a), um princípio de congruência ontológica estipulando que a alienação exigida pela anáfora associativa só possa ter lugar se o elemento subordinado for do mesmo tipo ontológico que o referente do “antecedente”. Mas, o tipo ontológico de um referente varia segundo o seu modo de apresentação, tendo o contexto a capacidade de tornar “saliente” um aspecto particular de um referente apresentando-o sob um certo ângulo. Veja-se o seguinte exemplo de Kleiber (2001:267):

(4) *«Paul aime sa voiture, parce que les sièges sont confortables, le tableau de bord comporte tous les accessoires possibles, le capot est aérodynamique et les roues sont en alu.»*

Neste caso, o tipo de entidades, *sièges*, *tableau de bord*, *capot*, *roues*, da expressão anafórica aparece como sendo ontologicamente subordinado ao tipo de entidades da expressão “antecedente”, *voiture*, isto é, as suas ocorrências existem como componentes ou partes das ocorrências da entidade antecedente.

Deste modo, se as “partes” ou as entidades dependentes desse referente retomarem o traço ontológico do “antecedente”, a continuidade ontológica pode ser mantida e os encadeamentos associativos são possíveis.

Pelo contrário, encadeamentos em que não for respeitado o princípio da congruência ontológica e em que haja uma ruptura ontológica aparecem mal formados e exigem um indicador explícito de dependência, ou seja, um determinativo de posse:

(5) **«Pierre aime sa voiture. La vitesse est rapide.»*

(6) *«Pierre aime sa voiture. Sa vitesse est rapide.»*⁷⁰

Segundo Kleiber (2001:233), *«Même si une voiture a effectivement une certaine taille, un certain poids, une certaine couleur, une certaine vitesse (...)*

⁷⁰ Kleiber, (2001:234).

comme elle a un volant, un capot, des roues, des sièges, un toit, etc., je ne peut pour autant introduire associativement ces «ingrédients»-attributs aussi facilement que je puis introduire associativement le volant, le capot, les roues, les sièges, etc.».

Porém, sob o efeito do contexto, mesmo as partes inalienáveis de antecedentes com o traço [+anim] podem ser “alienadas”, como se pode ver em (7):

(7) «*Le malade est livide. Les yeux sont hors de leurs orbites.*»⁷¹

Assim, a natureza dos predicados das frases que contêm o antecedente pode funcionar como alienante da matéria na medida em que implicam um contacto com a mesma permitindo que a anáfora associativa se estabeleça sem restrições.

Predicados como *tocar*, *tactear*, *rasgar*, *riscar*, etc. permitem esse tipo de alienação.

3.4 – Anáforas Associativas Locativas

3.4.1 – Tipo de relação

Segundo Kleiber (2001:263), os tipos de relação que servem de suporte ao estabelecimento de uma Anáfora Associativa não têm sido definidos com rigor, o que tem originado que as noções de “parte/todo”, de “frame”, de “papel semântico” ou ainda de “cenário” permitam deslizos, extensões, assimilações e equívocos.

Para além da relação “parte/todo” (estrita ou não) existem outros tipos de relações que põem em jogo referentes que não se podem justificar por uma dependência ontológica como a que une *árvore/tronco*.

⁷¹ Julien, (1983) cit. in Kleiber et al., (1991a:40).

A necessidade de balizar os diferentes tipos de relações levou Kleiber (2001:277) a considerar subclasses de anáforas associativas e distinguir entre as Locativas, Actanciais e Funcionais.

O seu objectivo é mostrar a importância da Semântica Lexical no funcionamento das anáforas associativas e contribuir para uma tipologia mais completa e precisa desse tipo de anáfora.

Partindo de sequências como:

(8) «Entrámos numa *aldeia*. A *igreja* estava situada num monte.»

(9) «Entrámos na *cozinha*. O *frigorífico* estava aberto.»

o ponto importante é que as entidades X, *igreja* e *frigorífico*, têm um papel ou uma função no interior das entidades Y, *aldeia* e *cozinha*. Contudo, existe uma autonomia das entidades X relativamente às entidades Y, o que impede que sejam consideradas verdadeiras “partes” ou “merónimos” de Y. Assim, não podem ser definidas por uma dependência e subordinação ontológica porque as suas ocorrências não necessitam das ocorrências das entidades Y.

Sendo referencialmente autónomos ou categoremáticos, o reconhecimento da relação entre *aldeia/igreja* e *cozinha/frigorífico* não repousa sobre a existência de uma frase genérica mas apoia-se numa frase específica.

Para precisar qual é, então, a relação que une *igreja* a *aldeia* e *frigorífico* a *cozinha*, Kleiber (2001:289) apoia-se em duas propriedades: a separabilidade e a funcionalidade. A separabilidade em entidades como *igreja* e *frigorífico*, nas relações locativas, não se revela pertinente uma vez que elas já são independentes porque semanticamente são entidades intrinsecamente autónomas. Relativamente à funcionalidade, a situação é idêntica porque tanto *igreja* como *frigorífico* têm uma funcionalidade própria não dirigida necessariamente para *aldeia* e *cozinha* podendo “funcionar” isoladas.

Há, contudo, um laço semântico que dá lugar ao estabelecimento de uma anáfora associativa entre a funcionalidade intrínseca das entidades X, *igreja* e *frigorífico* e as entidades Y, *aldeia* e *cozinha*, e que é, segundo Kleiber (2001:292), um factor de “*localisation stéréotypique fonctionnelle*”. Significa isto que as entidades Y, *aldeia* e *cozinha*, são lugares protótipos para a funcionalidade

inerente às entidades X, ou seja, lugares que, *a priori*, estão destinados a acolher essas entidades.

A ideia é a de que um frigorífico, por exemplo, dada a sua funcionalidade inerente (conservar alimentos e bebidas frescas) determina adiantadamente “espaços” privilegiados onde exercerá a sua funcionalidade. Nem todos os lugares têm a mesma pertinência funcional, *a priori*, para determinados tipos de entidades mesmo que seja possível encontrar ou “fazer funcionar” uma entidade num lugar não predestinado para esse fim.

Uma cozinha possui mais facilmente um frigorífico do que uma casa de banho. Do ponto de vista dos conhecimentos gerais, uma casa de banho não é um local estereotípico para a funcionalidade de um frigorífico, daí a opção de definir este tipo de relações como uma relação de localização estereotípica funcional. É um tipo de relação semântica, pois a informação estereotípica de lugar funcional é uma informação preestabelecida, de nível genérico, associada aos lexemas que denotem as entidades em questão. (Kleiber, 2001:293).

O termo de Anáforas Associativas Locativas não é, segundo Kleiber (2001:296), totalmente adequado mas, por um lado, corresponde a um certo uso na literatura como em Fradin (1984, 353) que fala em “*suite locative*” e em Bartning (1996) que utiliza “*nom locatif*” e, por outro, tem a vantagem de acentuar o carácter de lugar ou espaço da entidade antecedente.

Conforme acentua Kleiber, a noção de lugar não deve ser tomada no seu sentido básico de espaço tridimensional mas cobrir todo o espaço, quer seja material ou abstracto, no qual uma entidade autónoma se encontre localizada.

Comparando este tipo de relação locativa com a meronímica, podemos dizer que, enquanto as meronímicas podem ser definidas a partir da “parte”, entidade X da relação, pois o denominador comum é a frase *Um X é uma parte de Y*, nas relações locativas o movimento é inverso, isto é, parte-se do elemento Y para aceder ao elemento X, *Em Y, há X*.

Na ausência de uma relação semântica ou *a priori* entre os elementos das entidades implicadas que impeça o carácter canónico da relação, supõe-se que o discurso possa justificar esse lugar instaurado. A interpretação não será, pois, prototípica mas discursiva, mostrando-se esta distinção preciosa para distinguir “locativas canónicas” de “locativas facultativas”.

3.5 – Anáforas Associativas Actanciais

3.5.1 – Tipo de relação

Segundo Kleiber (2001:318), para se verificar se determinadas sequências correspondem a anáforas associativas, é necessário que se lhes aplique a definição em quatro pontos elaborada pela tese léxico-estereotípica, a recordar:

- (i) introdução de um referente novo
- (ii) através de uma expressão definida
- (iii) por intermédio de uma outra entidade mencionada no texto
- (iv) a relação entre a entidade “antecedente” e a entidade “nova” não ser unicamente discursiva ou contextual mas resultar de um saber *a priori* ou convencional associado aos lexemas em questão.

Em sequências como:

- (10) «Paulo cortou o pão e guardou *a faca*.»
- (11) «Uma velha senhora foi assassinada. O *assassino* não foi encontrado.»
- (12) «O carro foi roubado e o *ladrão* foi preso.»
- (13) «Depois de pesar o objecto, guardou *a balança*.»

constata-se que os referentes “novos”, *a faca*, *o assassino*, *o ladrão* e *a balança*, são introduzidos graças a um outro referente citado no texto, respectivamente, os eventos de cortar o pão, de assassinar uma velha senhora, de roubar um carro e de pesar um objecto. As relações estabelecidas entre a entidade antecedente e a entidade anafórica não são inéditas pois encontram-se inscritas previamente a nível do léxico estereotípico.

O que separa este tipo de anáforas das meronímicas e locativas é o tipo de “antecedente” que não é um SN mas um SV ou um SN comportando um nome

eventivo, como em (14), sendo a expressão anafórica um dos seus argumentos ou actantes, daí, a denominação de Actanciais:

(14) «O assassinato do Papa consternou o mundo. O assassino não foi encontrado.»

Segundo Kleiber (2001:325), o N anafórico está sujeito a uma restrição semântica que é a necessidade de ser marcado como actante do predicado antecedente. A *actance*⁷² semântica do N anafórico tanto pode ser dada por nomes não autónomos do tipo *assassino* como por nomes não actanciais mas de representação semântica do tipo *balança* que serve para pesar.

3.5.2. – Propriedades da relação actancial

Neste tipo de relação, um mesmo antecedente pode dar lugar a diferentes tipos de anáfora associativa.

Pode haver SNs do mesmo tipo actancial com dois predicados antecedentes diferentes, sendo o segundo introduzido implicitamente pelo cenário activado pelo primeiro, como no exemplo (15) de Kleiber (2001:335-336), em que *le meurtrier* e *les enquêteurs*, desempenham papéis semânticos de um mesmo cenário, o segundo introduzido implicitamente pelo cenário activado pelo primeiro:

(15) «Il y a eu un assassinat. Le meurtrier a été très vite arrêté, parce que les enquêteurs ont été informés par le fils de la victime.»

Como foi dito atrás, as anáforas associativas actanciais repousam numa relação em que o antecedente é um predicado e a expressão anafórica um argumento. Assim, o referente antecedente e o referente anafórico são de categoria ontológica diferente, não se tratando de uma relação entre indivíduos mas entre eventos e o(s) indivíduo(s) implicado(s) por esse evento.

⁷² Termo utilizado por Kleiber, (2001:326), para o qual não encontrei tradução.

Sendo uma entidade verbal, a entidade Y das anáforas associativas actanciais é sempre uma entidade sincategoremática e a existência de uma das suas ocorrências depende da de outras ocorrências. Não se pode, por isso, ter uma ocorrência de *assassinar* se não houver uma pessoa que assassine e outra que seja assassinada.

Segundo Kleiber (2001:337), os outros tipos de anáforas associativas (meronímicas, locativas e funcionais) não conhecem esta orientação de dependência pois, nas locativas, as entidades são categoremáticas, não havendo, por isso, dependência e nas meronímicas e funcionais, a dependência vai no sentido inverso, ou seja, não é o antecedente Y que é ontologicamente dependente do referente X da expressão anafórica mas é o referente X que é sincategoremático e, daí, dependente de Y.

Assim, nos exemplos seguintes, em que o primeiro ilustra uma anáfora associativa meronímica e o segundo uma funcional, *o tronco* e *o condutor* implicam as entidades *uma árvore* e *a viatura* e não o inverso:

(16) «Ele abrigou-se debaixo de *uma árvore*. *O tronco* era largo.»

(17) «*A viatura* derrapou e *o condutor* bateu fortemente no muro.»

Mesmo se os SN em anáforas associativas actanciais retirarem a sua definitude do processo do qual são o argumento, do ponto de vista ontológico, é o processo que se revela subordinado aos seus referentes.

3.6 – Anáforas Associativas Funcionais

3.6.1 – Tipo de relação

De acordo com Kleiber (2001:344), as Anáforas Funcionais aproximam-se mais das meronímicas e das locativas do que das actanciais.

Na verdade, meronímicas e funcionais têm um denominador comum que as opõe às locativas e que é a semântica do nome anafórico. Nos dois casos, o N anafórico é semanticamente relacional e, por isso, sincategoremático, não autónomo referencialmente, como já observei noutro ponto.

Contudo, um N relacional meronímico ou um N relacional funcional diferem entre si. Enquanto os meronímicos denotam “partes” de entidades estáveis, por ex., *cavalo*, os funcionais denotam classes de entidades diferentes, *condutor*, *autor*, *proprietária*, etc..

3.6.2 – Propriedades da relação funcional

Algumas propriedades dos nomes funcionais permitem fundamentar por que é que em lugares anafóricos não podem ocorrer N como *automobilista* vs *condutor* ou *escritor* vs *autor*.

Conforme Kleiber (2001:360), a primeira propriedade dos N funcionais é permitir o estabelecimento de um SN binominal de forma “o N1 do N2” que responde a duas condições:

- (i) N1 é o N funcional e N2 o N com o qual estabelece uma relação funcional, ou seja, N2 constitui o seu antecedente em anáfora associativa.
- (ii) A interpretação de um tal SN pode fazer-se de forma *prototípica*, isto é, a um nível micro-estrutural.

Se se considerarem SNs tais como, *o condutor da viatura* e *o autor do livro*, existe já uma interpretação disponível fornecida pela semântica dos elementos constitutivos, sem recurso a elementos contextuais. A interpretação disponível é a que estabelece que o referente é, respectivamente, o que conduz a viatura e o que fez o livro.

Essa interpretação sobre o modelo interpretativo dos N funcionais é recusada aos N, *automobilista* e *escritor*, em SNs do tipo ?*o automobilista da*

viatura) e *?o escritor do livro* porque não basta a semântica dos elementos constitutivos sendo necessário informações contextuais suplementares para justificar a sua formação. Com efeito, *o automobilista* e *o escritor* podem não ser, respectivamente, *o que conduz a viatura* e *o que escreveu o livro* mas entidades distintas de ser um *condutor* e um *autor*.

Esta conclusão encontra-se confirmada numa segunda propriedade que é a impossibilidade da ocorrência de um SN binominal cujo segundo SN é indefinido, contrariamente aos N funcionais que podem funcionar em estruturas do tipo: *o N1 de um N2*, como, por exemplo, *o condutor de uma viatura* e *o autor de um livro* que marcam, respectivamente, alguém que conduziu uma viatura e alguém que escreveu um livro o que, segundo Kleiber, parece não ser a interpretação de *?o automobilista de uma viatura* e *?o escritor de um livro*.

Uma terceira propriedade que Kleiber (2001:361) considera a mais espectacular deriva das duas primeiras e consiste no facto de os N funcionais poderem ocorrer com o determinante possessivo num SN do tipo *seu N1*, interpretando-se como *o N1 do N2* ou *o N1 de um N2*, como seja o caso de *o seu condutor* (relativamente ao condutor da ou de uma viatura) em (18) ou de *o seu autor* (relativamente ao autor do ou de um livro) em (19):

(18) «Os polícias aproximaram-se da viatura. *O seu condutor* tinha desaparecido.»

(19) «O livro teve muito sucesso. *O seu autor* tem um estilo muito próprio.»

No entanto, nas mesmas sequências, *?o seu automobilista* e *?o seu escritor*, não podem ser utilizados, como se pode ver pelos exemplos (20) e (21), respectivamente:

(20) «Os polícias aproximaram-se da viatura. *?O seu automobilista* tinha desaparecido.»

(21) «O livro teve muito sucesso. *?O seu escritor* tem um estilo muito próprio.»

Uma quarta propriedade atribuída aos N funcionais e não a nomes como *automobilista* e *escritor* é a possibilidade de ocorrerem em estruturas genéricas com o verbo *ter* do tipo *Um/o N2 tem um N1*:

(22) *Uma/a viatura tem um condutor*

(22) *Um/o livro tem um autor*

(23) *?Uma viatura tem um automobilista*

(24) *?Um livro tem um escritor*

Segundo Kleiber (2001:366-367), «L'impossibilité pour les N comme *automobilistes* d'apparaître en anaphore associative est, comme l'a souligné C. Schwarze (communication personnelle), un bon exemple de la nécessité de maintenir, à côté d'une sémantique cognitive ou conceptuelle, un niveau où une sémantique linguistique continue de faire valoir ses légitimes droits. C'était déjà la leçon que l'on pouvait retenir de notre analyse du blocage des noms de parenté en anaphore associative et de notre analyse des anaphores associatives actanciellles et fonctionnelles. La dimension cognitive n'est pas seule en cause dans le fonctionnement des anaphores: le poids lexical exerce une plus grande influence qu'il n'y paraît et explique bon nombre de donnés auxquelles on ne peut rendre justice autrement. Inversement, on voit également quel profit le lexicologue peut tirer des données anaphoriques. Pour la sémantique des noms tout particulièrement, on a tout intérêt à saisir les «cornes du taureau de l'anaphore» ...et à ne pas les lâcher.».

...

Conclusão

Esta abordagem dos vários subtipos da Anáfora Associativa, que aqui foi apresentada, constitui particular importância para a Análise do *Corpus* que vai ser objecto de estudo deste trabalho, no Capítulo seguinte.

Na verdade, na perspectiva léxico-estereotípica, o tipo de relação Meronímica ou Parte/todo foi, durante muito tempo, considerado o único tipo de Anáfora Associativa tal como a condição de alienação e o princípio da congruência ontológica, dois factores impostos ao estabelecimento da mesma.

A extensão do fenómeno às Locativas, Actanciais e Funcionais e as suas propriedades vieram dar algumas respostas, em especial, nos casos em que a relação envolve um determinado tipo de nomes cuja natureza semântico-ontológica os torna dependentes referencialmente de outras entidades.

CAPÍTULO 4 – ANÁFORA ASSOCIATIVA EM TEXTOS

Introdução

Em numerosos estudos, a Anáfora Associativa tem sido tratada como um fenómeno interfrásico deixando de parte a sua análise em textos, embora seja considerada por muitos como um factor de coesão textual.

Assim, partindo do princípio de que um texto é uma unidade de significação e que a anáfora é um elemento estruturador de coesão, parece-me interessante abordar o fenómeno em unidades que ultrapassem a frase complexa.

É certo que, em unidades maiores, aumenta a complexidade porque a anáfora não é o único elemento de coesão e coerência e muitos outros processos e construções como elipse, correferência, pronominalização, conectores ou tempos verbais contribuem também para a construção do texto.

Quanto aos textos seleccionados, tentei que houvesse uma certa homogeneidade porque isso poderia permitir encontrar regularidades.

Assim, constituí um *Corpus* com oito textos seleccionados de uma Secção intitulada *Olho Vivo* da revista mensal *Tempo livre*.

Como leitora dessa revista, a referida secção, numa primeira fase, começou a despertar a minha atenção e curiosidade pelos títulos escolhidos. Citando Ullmann (1964:103), «Um título de uma única palavra (...) pode estar poderosamente carregado de significado, e até títulos tão elípticos (...) evocarão uma certa ideia.».

No *corpus* seleccionado, os títulos dos textos têm configurações diversas, tendo em comum o facto da não determinação dos nomes e nominais. Ora, aos nomes sem determinação, enquanto elementos da língua, Guillaume chamou “nom en puissance”⁷³, isto é, em potência de uma qualquer das extensões que o discurso poderá atribuir-lhe.

⁷³ Cit. in Valin (org.), (1973:39).

Por outro lado, os títulos parecem, por vezes, absurdos em virtude de, numa primeira leitura, serem incoerentes pelas combinações que propõem como, por exemplo, *Larvas bombeiras?*, *Moscas anti-stress* ou *Bananas para os ouvidos*.

Convém notar que, segundo Fonseca (1988:8-9), uma violação a qualquer dos princípios a que deve obedecer a configuração textual de *não contradição*, *não tautologia* e *relevância* pode ser usada intencionalmente pelo locutor, na busca de efeitos expressivo-apelativos ou em ordem à manifestação do «absurdo», o que parece ser o caso.

Para além da curiosidade suscitada pelos títulos, a minha escolha teve em conta os aspectos que defini, *a priori*, para atingir os objectivos que me propus e que eram o funcionamento da Anáfora Associativa envolvendo nomes e nominais abstractos e nomes com modificadores:

- Em primeiro lugar, selecionei nomes e nominais de entidades com o traço [+abs], a maior parte nominalizações deverbais e deadjectivais;
- Em segundo lugar, centrei a minha atenção em SNs com modificadores adjectivais e/ou preposicionais.
- Por último, procurei nomes de entidades com o traço [+anim] porque são entidades que, para além da parte corporal de que são constituídas, forma e matéria, e facilmente observáveis, têm atitudes e comportamentos que podem suscitar a introdução, no universo textual, de outros tipos de nomes.

Vou considerar como categorias semânticas gerais os nomes envolvendo os traços: $\pm$ abstracto, $\pm$ animado e $\pm$ humano.

Dado que a minha análise vai incidir, fundamentalmente, no estabelecimento de Anáfora Associativa quando os termos são nominais derivados e nomes com modificadores, embora tenha necessidade de abordar

outros tipos de nomes em relações associativas, é o comportamento linguístico daqueles que me interessa destacar e questionar:

Como justificar a definitude de nomes e nominais abstractos em lugares associativos?

Assim, não vou considerar, como primordial, o tratamento linguístico de Anáforas correferenciais, Anáforas associativas meronímicas e nomes categoremáticos.

Vou tentar observar que tipos de nomes se podem encontrar em lugares associativos (termos anafóricos) quando o “antecedente” é, na designação de Kleiber (1999a:86 e 2001:282), um dos tipos de nomes sincategoremáticos, nomes derivados deverbais e deadjectivais, relacionais, funcionais ou outros.

Para o estabelecimento de uma Anáfora Associativa é preciso que sejam satisfeitas algumas condições, como foi sendo mencionado ao longo deste trabalho. A definitude de um termo que não tenha sido previamente introduzido no texto ou discurso é talvez o mais importante porque a sua saturação não se faz por retoma mas por associação com um termo já mencionado.

Assim, a introdução, por meio de uma expressão definida, de um termo insaturado ou incompleto conduz à procura de um “antecedente” ou um termo “origem” que o complete.

Por uma questão metodológica, vou numerar os textos de (1) a (8), número que utilizarei sempre que for necessário fazer referência a cada um dos textos em detrimento do título.

Em cada texto vou seleccionar alguns tipos de nominais e nomes com modificadores que apresentarei sublinhados para melhor ilustrar os tipos ou subtipos de Anáfora Associativa que me interessa destacar.

Vou tentar orientar a minha análise apoiando-me na tese desenvolvida por Kleiber em todos os trabalhos que fui mencionando, tese em que predomina o valor semântico das expressões em detrimento de factores cognitivos.

4.1 – Análise do Corpus

(1)

JUVENTUDE: ELIXIR À VISTA?

Na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, realizou-se, há meses, uma experiência revolucionária. Os investigadores injectaram, em apenas uma pata de alguns ratos, um vírus que, indirectamente, activa a produção de uma hormona de crescimento que os corpos adultos já não produzem. O resultado foi que os ratos desenvolveram nessa perna músculos que se mantiveram jovens até à sua morte, enquanto o resto do corpo envelheceu naturalmente. O cientista responsável por este projecto parece optimista em relação à utilização desta descoberta em seres humanos. Será que, finalmente, o Homem encontrou a tão ambicionada fonte da juventude? (Tempo livre, Set., 1999:48).

Como parte integrante do texto, o título funciona como uma primeira instrução ao interlocutor acerca do assunto a tratar. Optando por uma interrogação, a intenção do locutor é introduzir no universo textual uma entidade denotada pelo N, elixir⁷⁴, cujo significado desencadeia, de imediato, o outro N que lhe está associado e que no título, embora de uma forma não canónica, lhe serve de complemento, juventude, ou seja, *o elixir da juventude*.

Veremos a importância e pertinência que terão estes nomes na progressão textual e no estabelecimento das anáforas associativas.

Constituindo-se as anáforas associativas a partir de um ou mais elementos introduzidos no universo textual, por meio de expressões definidas ou indefinidas, dependendo, sobretudo, do tipo de nome ou nominal e de um conhecimento prévio que o interlocutor tenha, ou reúna condições para ter, acerca das entidades denotadas, esses nomes ou nominais constituem os chamados “antecedentes”.

⁷⁴ Veja-se, a este propósito, a entrada no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, (2001:1349), I Vol., «(...) substância procurada pelos alquimistas, e que, segundo a crença, tinha propriedades de rejuvenescimento e de longevidade.».

Assim, logo no primeiro período do texto, são introduzidas duas expressões, a Universidade da Pensilvânia e uma experiência revolucionária, denotando entidades de tipo ontológico diferente e elementos fundamentais no discurso porque vão desencadear anáforas associativas, também de tipo diferente, com a expressão definida anafórica, os investigadores da qual vão ser “antecedentes”.

Com efeito, não são do mesmo tipo as relações semânticas entre os pares constituídos pelas expressões, na Universidade da Pensilvânia/os investigadores e uma experiência revolucionária/os investigadores.

No par Universidade da Pensilvânia/investigadores, existe uma autonomia da entidade universidade relativamente à entidade investigadores o que impede uma relação de tipo meronímico em que investigadores seja uma “parte de” a Universidade. O laço semântico que permite o estabelecimento da anáfora associativa é o de “localização estereotípica funcional”, ou seja, uma universidade é considerado o lugar prototípico para os investigadores exercerem a sua função, um lugar que, *a priori*, está destinado a acolher essas entidades.

Relativamente à denotação dos nominais experiência/investigadores, a anáfora associativa é de tipo actancial porque assenta numa relação entre o nome eventivo e um dos seus argumentos ou actantes, ou seja, uma entidade directamente envolvida e implicada por esse evento. Sendo uma entidade sincategoremática, a existência da ocorrência do nominal experiência depende da existência da ocorrência do nominal investigadores pois, do ponto de vista ontológico, é o evento que se revela subordinado aos referentes dos termos anafóricos. Com efeito, pode haver investigadores e não haver uma experiência mas não pode haver uma experiência sem uma entidade qualquer que a tenha realizado.

Com a introdução do nominal, experiência, dadas as suas características eventivas e o próprio significado do predicado verbal que lhe serve de base (exige um argumento externo “agente”), o interlocutor é conduzido a seleccionar para sujeito uma entidade com o traço [+hum] que corresponde, exactamente, à

ocorrência da expressão definida, os investigadores, expressão essa que acumula a função sintáctica de sujeito e a função temática de agente.

Uma das propriedades dos nominais eventivos, para além do evento que lhes é inerente, é o seu término que pode dar origem a um estado consequente.

Ora, esse vínculo entre o evento e a sua culminação permite o estabelecimento de uma anáfora associativa, *a priori*, de tipo léxico-estereotípica tendo como “antecedente” o nominal eventivo, uma experiência revolucionária, e, como termo anafórico, um “novo” nominal introduzido sob o modo do conhecido, o resultado.

Na verdade, o SN, o resultado, introduzido pelo artigo definido, leva a supor que se trata de algo conhecido, mas, como é feita a sua menção pela primeira vez, é uma expressão incompleta ou insaturada que necessita de outro SN para justificar a sua definitude e esse SN já se encontra introduzido no universo textual, uma experiência revolucionária. À pergunta «Que resultado?», obteremos a seguinte resposta «O resultado da experiência», o que confirma que o eventivo, experiência, tenha inerente um término, um resultado, que, curiosamente, se encontra realizado pelo próprio lexema, resultado.

É um tipo de anáfora associativa meronímica *a priori* porque o mecanismo inferencial que permite o seu estabelecimento tem como base o estereótipo de uma experiência e os nominais envolvidos encontram-se previamente inscritos no léxico. O resultado é um “ingrediente” de uma experiência porque corresponde à frase de carácter genérico “N1 tem geralmente N2”.

A nível da linearidade, o discurso progride com a introdução de novas entidades, sob a forma do “conhecido”, o cientista, este projecto, esta descoberta, porque remetem para elementos textuais presentes no universo textual, como se constata, principalmente pelos determinantes demonstrativos.

Em virtude de uma mudança dos tempos verbais, do passado para o presente e, na sequência final, do presente para o futuro, o discurso vai

apontando numa direcção que irá ao encontro do seu título, justificando, finalmente, a razão da interrogação com outra interrogação.

De facto, o cientista, é um nominal que denota uma nova entidade que é introduzida pelo modo do definido pela relação associativa actancial estabelecida com o SN, este projecto. A função do determinante demonstrativo, este, para além de definitizar o N, remete explicitamente para o contexto linguístico e para o termo anafórico, o cientista, que é seu actante.

A anáfora associativa estabelecida entre os dois termos é também de tipo actancial porque o nome, projecto, neste contexto, depende referencialmente de uma entidade. O nome que reúne as condições para ser seu argumento é o nominal, o cientista, cujo determinante denota existência e unicidade. Neste texto, projecto traduz uma acção individual que o próprio discurso, por meio do adjectivo, responsável, associa a o cientista.

Pelo conhecimento que temos do mundo, para haver um projecto é necessário que alguém projecte e projectar é anterior a experimental.

A ocorrência do termo projecto, neste texto, parece crucial. Com efeito, não só se relaciona com a primeira parte do texto em que estabelece anáfora associativa com experiência e resultado como também com à utilização desta descoberta em seres humanos. Deste modo, faz-nos pensar que o demonstrativo este associado a projecto não só funciona anaforicamente como cataforicamente.

Relativamente a desta descoberta, trata-se de um sintagma preposicional que inclui um verbal que, pela sua natureza aspectual e pelo contexto linguístico em que ocorre, tem uma leitura resultativa, estabelecendo anáfora associativa com o “antecedente”, o resultado.

Na verdade, o resultado da experiência teve como consequência uma descoberta, o que faz com que a relação estabelecida entre esta descoberta e o resultado seja uma relação de causa/consequência.

Trata-se de um tipo de relação associativa, *a posteriori*, construída pelo discurso porque nem todos os resultados são descobertas.

Esta relação de causa/consequência vai desencadear a sequência seguinte que, em forma de interrogação, tal como o título, retoma, através de meios linguísticos diferentes, o significado dos elementos constituintes do mesmo, justificando a sua interrogação.

Na verdade, a expressão definida, a tão ambicionada fonte da juventude, estabelece uma relação anafórica com a expressão, Juventude: Elixir à vista com a retoma do mesmo lexema, juventude, e, por inferência desencadeada pelo conhecimento de uma crença acerca do “elixir da juventude”, entre a tão ambicionada fonte e elixir.

(2)

LARVAS BOMBEIRAS?

As exigentes crias da larva Melanophila acuminata⁷⁵ só se desenvolvem no interior de troncos recentemente ardidos. Isto obriga os pais a um constante trabalho de detecção dos fogos existentes num raio de 50 km. Para isso possuem dois poderosos órgãos torácicos que funcionam como detectores de infra-vermelhos, e antenas capazes de sentir os compostos libertados pela madeira depois de arder. Como estes compostos são específicos de cada espécie, isto pode mesmo significar que as larvas percebem que tipo de árvore acabou de arder. Como se vê, até os estudos que parecem mais incompreensíveis podem ter aplicações práticas e muito úteis. Neste caso, as larvas podem vir a ajudar, no mínimo, o desenvolvimento de mecanismos de detecção de incêndios. (Tempo livre, Jul/Agosto, 1999:51).

Começando pelo título, o mesmo é constituído por um N que denota uma entidade [+anim] de espécie animal, *larvas*, e um modificador, adjectivo agentivo, com o traço [+hum], *bombeiras*, o que parece violar a compatibilidade sémica entre eles, daí a interrogação.

Na verdade, a representação que temos dos respectivos nomes não nos permite relacioná-los, *a priori*, sendo necessário encontrar no discurso informações, para além das veiculadas pelo N e adjectivo, que permitam torná-lo coerente.

Assim, logo no primeiro período, a introdução no universo textual de um SN, *as exigentes crias da larva Melanophila acuminata*, e de um SPREP, *no interior de troncos recentemente ardidos*, surgem como dois elementos fundamentais para o estabelecimento de sequências anafóricas associativas *a posteriori*.

⁷⁵ Penso, pela forma apresentada, que se trata do feminino do participio latino, “acuminatus, a, um”, que significa “aguçada”.

Na verdade é construída, pelo discurso, uma anáfora associativa de tipo locativa entre o SN, as exigentes crias da larva *Melanophila acuminata*, e o SPREP, no interior de troncos recentemente ardidos.

Esta informação, que constitui uma referência locativa, ao situar as entidades dentro de um espaço, vai servir de instrução ao interlocutor e vai permitir a introdução de termos anafóricos de tipo ontológico diferente ao mesmo tempo que o discurso se vai estruturando no sentido de uma coerência global.

Efectivamente, a interpretação de qualquer anáfora associativa está sempre sujeita a um saber convencional ou contingente ligado às entidades em questão sem o qual a mesma não será bem sucedida e fracassará. Compete ao locutor fornecer a informação necessária quando o saber não é enciclopédico ou partilhado pelos interlocutores.

Na sequência seguinte, um SN, denotando uma entidade [+anim], os pais, é introduzido sob o modo do definido, pela relação anafórica associativa que estabelece com o antecedente, as exigentes crias. Este é um tipo de anáfora associativa entre nomes sincategoremáticos e relacionais porque existe uma dependência ontológica entre os mesmos. Neste tipo de anáfora associativa, a existência de uma entidade implica a da outra, sendo por isso uma relação *a priori*, preinscrita no léxico.

Na mesma sequência, é construída pelo discurso uma anáfora actancial tendo como “antecedente” um deverbais com complemento, deteccção dos fogos, e como actante desse deverbais, a entidade denotada pelo SN, os pais.

Com efeito, o nominal, deteccção, é um nome sincategoremático cuja forma de base é um V que selecciona para argumento externo um agente. No discurso, essa entidade capaz de preencher esse argumento encontra-se realizada no SN definido com o traço [+anim], os pais.

Por outro lado, o nominal, deteccção, e o seu complemento, dos fogos, são complementos de um outro SN, um constante trabalho. Dado o princípio da

composicionalidade, a leitura do deverbal depende dos elementos que ocorrem no contexto linguístico, sendo estes que lhe atribuem o valor eventivo.

Na verdade, o mesmo nominal, detecção, vai ser retomado como complemento de um N, mecanismos, que denota objectos [-abs]. A mudança de tipo de N, associado a detecção obriga a que, na estrutura argumental, o que era “agente” seja substituído por um N com o papel temático de “instrumento”⁷⁶, passando a estar associado a uma estrutura nominal. Com efeito, o actante do nome do modificador preposicional, de detecção, que era uma entidade [+anim], os pais ou as larvas, é transferido para um N [-anim], mecanismos, em mecanismos de detecção.

Com entidades [-abs] como mecanismos, o modificador preposicional, de detecção, pode ser substituído pelo modificador, detectores, mecanismos detectores, o que evidencia que adquire o traço [-abs].

Por outro lado, os últimos elementos do texto, detecção de incêndios, constituem uma expressão anafórica que retoma o complemento, detecção dos fogos, com substituição lexical do N, fogos, para o N, incêndios.

O último elemento do texto, incêndios, e o N denotando a entidade [+anim], as larvas, que retoma o primeiro elemento constituinte do título, vão atribuir um sentido ao mesmo, justificando a aparente incompatibilidade entre ser larva e ser bombeira, incompatibilidade que a própria interrogação indiciava no título.

⁷⁶ Segundo Villalva & Correia (2000:609), e relativamente à polissemia dos nomes em -dor, a proposta de Jakobson (1936, 1962) é a de que «cada processo de formação de palavras está associado a um significado muito geral e vago, e que a interpretação específica de cada palavra complexa gerada por esse processo é determinada pelo contexto, situação e / ou conhecimento do mundo. No caso de -dor, essa interpretação geral e vaga pode ser representada pela paráfrase ‘o que faz’. A esta hipótese pode associar-se uma proposta de Dressler (1986), segundo a qual a categoria conceptual Agente permite uma extensão do seguinte tipo:

agente>instrumento>locativo ou fonte

A proposta de Dressler (1986) baseia-se na teoria geral de Risch (1977) sobre categorias conceptuais, segundo a qual as categorias conceptuais são instanciadas de forma mais ou menos prototípica, sendo a fronteira entre o que é mais e o que é menos prototípico uma fronteira fluida. Segundo Dressler, os agentes humanos são os agentes mais prototípicos.

Assim, nos casos em que o sufixo -dor se associa a bases de verbos cujo sujeito é Agente, prevê-se que a sua interpretação típica seja a de agente humano, mas também se prevê que sejam possíveis outras interpretações agentivas, como a de instrumento.».

Entre os lexemas incêndios e bombeiras é estabelecida uma relação de tipo léxico-estereotípica com base num saber convencional entre a entidade denotada pelo N, incêndios, e uma actividade implicada por esse N, bombeiras.

Conclui-se que a associação do N, larvas, ao adjetivo, bombeiras, tem um sentido metafórico e é uma relação construída, *a posteriori*, na medida em que a actividade de ser bombeiro/a pressupõe o traço [+int]⁷⁷, exclusivo de entidades humanas, daí a interrogação do título, cujo sinal gráfico⁷⁸ é um recurso do locutor com o fim de surpreender e deixar na expectativa o interlocutor.

O título que, à primeira vista, parecia anómalo adquire sentido à medida que o discurso vai sendo descodificado pelo interlocutor e são introduzidas novas informações. A anáfora associativa de tipo locativa, introduzida no início, permite estabelecer coerência nas sequências seguintes e o discurso vai progredindo no sentido da transferência de uma propriedade de uma entidade [+anim], “aquele que detecta” para uma entidade [+conc], “aquilo com que se detecta”, como a própria conclusão explicitamente comprova.

O nominal, deteção, está assim dependente de factores discursivos e contextuais, podendo ter propriedades predicativas ou referenciais, resultando daí uma leitura dinâmica ou estática.

⁷⁷ Com efeito, quando o antecedente de uma anáfora associativa é um nome com o traço [+anim], temos de considerar que a entidade não é formada apenas de um corpo e das suas partes, enquanto forma e matéria, mas de um todo não material, traço intencional, que é composto por propriedades exclusivas do “ser-se animado” ou mesmo do “ser-se humano” e que, apesar de não intrínsecas, podem ser apresentadas como inerentes. Este traço de intencionalidade permite também a evocação de atitudes comportamentais intrínsecas a essas entidades. Veja-se o que foi dito, no cap. 3.1.3 deste trabalho, a propósito do traço intencional com que Kleiber distingue as partes constitutivas de um ser [+anim] na pág. 72.

⁷⁸ Veja-se, a este propósito, os vários valores do ponto de interrogação em Cunha & Cintra, (1984:652).

(3)

ABELHASDETECTORAS

Depois das “larvas bombeiras”, as abelhas detectoras de minas. Estudiosos de abelhas têm chegado à conclusão que, durante os milhares de voos que fazem por dia, elas captam diversos tipos de informações que poderão ser importantes para a vida humana. Os cientistas já conseguem perceber que tipo de gases as abelhas inalaram durante o dia, se encontraram água e, especialmente, que partículas trazem agarradas aos corpos. Através destes dados, podem descobrir que tipo de estímulos atraem os insectos e associá-los a determinados elementos que desejam que as abelhas procurem...É um pouco complicado, mas o resultado pode vir a ser muito proveitoso, se os investigadores alcançarem o seu objectivo: treinar as abelhas para procurar minas enterradas, químicos tóxicos, metais preciosos ou plantas medicinais. (Tempo livre, Set., 1999:49).

Tal como no título do texto (2), Larvas bombeiras, o título deste texto tem em comum atribuir a um nome de uma entidade [+anim], abelhas, um modificador que, por ser agentivo, detectoras é, prototipicamente, associado a entidades com o traço [+hum].

Aliás, houve uma clara intenção do locutor em estabelecer um paralelismo intertextual manifesto não só na configuração dos títulos, dois nomes com algumas características comuns, larvas e abelhas, como na escolha dos modificadores que, de certa forma, também têm traços semânticos comuns, bombeiras e detectoras. Essa intenção encontra-se ainda explícita no primeiro período que serve de introdução ao assunto e onde é introduzido o SN, as abelhas detectoras de minas.

Relativamente à formação dos modificadores, bombeiras e detectoras⁷⁹, ambos são produtos derivacionais que, embora de formas de base diferentes, N e V, remetem para actividades de, prototipicamente, sujeitos [+hum], designados

⁷⁹ Veja-se, neste trabalho, a nota 76, p.98.

nomes-sujeito por Villalva e Correia (2000:609), e parafraseáveis por “aquele que V^{80} ”.

Tal como o modificador bombeiras, a posição do modificador detectoras é pós-nominal e não pode ser omitido. Da sua exclusão, resultaria um discurso incongruente, pois as relações anafóricas associativas ou outras não se estabelecem apenas entre as entidades denotadas pelos Ns, mas, por extensão, às actividades ou propriedades apresentadas como inerentes às mesmas que permitem e justificam as sequências seguintes.

Contudo, enquanto o modificador, bombeiras, apesar de ser um termo derivado, adquiriu um valor convencional e autonomizou-se relativamente à forma de base, bomba, o modificador, detectoras, devido à sua formação morfológica, um deverbal, e à relação estabelecida com a forma de base, V detectar, necessita de um argumento para se completar. Ocorre imediatamente a pergunta: detectoras de quê?

Esse argumento é introduzido no discurso através de um complemento preposicional, de minas.

Na sequência seguinte, a introdução de novas entidades desencadeia relações anafóricas de tipo diferente.

Um SN com leitura existencial, estudiosos de abelhas, é constituído por um nominal que denota uma entidade, estudiosos, e um complemento, de abelhas, que, ao retomar o N, abelhas, restringe uma classe, a dos estudiosos em geral, a uma subclasse, os que estudam as abelhas.

Na mesma sequência, um termo anafórico definido, os milhares de voos, é desencadeado tendo como “antecedente” o elemento, abelhas. A relação estabelecida é do tipo léxico-estereotípica, *a priori*, porque o N, voos, denota uma característica típica da entidade denotada pelo N, abelhas. Contudo essa relação

⁸⁰Num estudo sobre nomes de ocupação das mesmas autoras, os sufixos *-or* e *-eiro* são apresentados como os mais “produtivos” e “concorrentes” entre si. Essas sufixações derivacionais ocorrem mais frequentemente com categoria morfológica de substantivo e não de adjectivo. Isso depende da estrutura do sintagma nominal e do que se considera ser o núcleo.

só é possível graças a um elemento catafórico correferencial de abelhas, o pronome elas, presente no contexto linguístico.

Com efeito, o pronome elas, pelas marcas morfológicas de número e pessoa, ao estabelecer uma relação de correferência pronominal com o “antecedente”, abelhas, impede que o SN, milhares de voos, possa ter como “antecedente” o nominal, estudiosos, criando, assim, as condições para o estabelecimento da anáfora associativa, *a priori*, de tipo léxico-estereotípica entre os nomes voos e abelhas. A relação estabelecida entre uma entidade [+anim], abelhas, e uma propriedade típica e intrínseca à mesma, voo, é uma relação predefinida porque se encontra inscrita no léxico.

Por outro lado, a entidade denotada pelo nominal, estudiosos, vai desencadear um tipo de anáfora correferente lexical com os termos anafóricos, os cientistas, e os investigadores, expressões definidas que denotam entidades com o traço [+hum] e que são introduzidas sob o modo do conhecido pela relação lexical estabelecida com esse “antecedente” previamente introduzido no universo textual, com leitura apenas existencial, estudiosos de abelhas.

Um mecanismo inferencial baseado num conhecimento enciclopédico acerca do tipo ontológico das entidades permite também ao interlocutor estabelecer a relação.

À medida que o discurso vai progredindo, novos elementos vão sendo introduzidos que, de forma explícita, vão associando não só os estudiosos às abelhas como as abelhas à actividade de detectar, elas captam, que é o objectivo dos investigadores.

Esse objectivo é explicitamente introduzido no discurso por meio de uma oração condicional que tem como antecedente se os investigadores alcançarem o seu objectivo: treinar as abelhas para procurar minas enterradas, químicos tóxicos, metais preciosos ou plantas medicinais, e como consequente, o resultado pode vir a ser proveitoso.

Assim, na condição enunciada no antecedente, é estabelecida uma anáfora correferencial fiel entre o SN, as abelhas e o primeiro elemento constituinte do título, abelhas, e é introduzido um complemento de fim, para procurar minas enterradas, químicos tóxicos, metais preciosos ou plantas medicinais, que, através da ocorrência do predicado, procurar e do objecto directo, minas enterradas, químicos tóxicos, metais preciosos ou plantas medicinais, permite a associação com a forma de base do segundo elemento do título, detectoras.

Trata-se de uma inferência indirecta porque é desencadeada pela relação lexical de sinonímia estabelecida entre dois predicados, procurar e detectar, e entre a forma de base, V detectar, e o produto final, adjectivo, detectoras.

É o antecedente da condicional que permite atribuir sentido e saturar a expressão que configura o título, estabelecendo uma coerência global entre o N e o modificador e entre estes e o texto.

(4)

MORCEGOS INSPIRADORES

Uma nova invenção poderá, dentro de pouco tempo, melhorar a qualidade de vida dos *cegos*. *Trata-se* do *Spatial Imager*, *um invento* que aproveita as características dos morcegos para ajudar os humanos: tal como fazem estes mamíferos voadores, *o objecto* emite ultra sons (pequenas vibrações) para os dedos, avisando o seu detentor da presença de obstáculos no caminho. Além de ser mais fiável do que *as tradicionais bengalas*, *o Spatial Imager* tem a vantagem adicional de poder ser incorporado, por exemplo, numa luva, evitando assim a exposição desnecessária dos invisuais. Os ultra sons já eram usados em diversas actividades humanas, mas ainda ninguém se tinha lembrado de os colocar ao serviço dos invisuais. *A ideia* surgiu a *uma equipa de investigadores ingleses*, que pôs imediatamente mãos à obra, realçando o facto de *este tipo de objecto* poder também ser usado, por exemplo, por bombeiros e mergulhadores, em locais de fraca visibilidade. *Os cientistas* esperam comercializar *o invento* dentro de dois anos. (Tempo livre, Março, 2000:51).

O título é constituído por um N denotando uma entidade [+anim], *morcegos*, e uma adjectivação deverbal, *inspiradores*, parafraseável por “aquele que V”. Dada a natureza aspectual da forma de base do modificador, V *inspirar*, o papel temático da entidade [+anim] parece ser “causa” e a estrutura argumental do deverbal não se encontra preenchida na medida em que o actante, ou seja, a entidade afectada pelo V, não se encontra realizado lexicalmente.

Assim, pode considerar-se que o título goza de uma incompletude que o discurso vai saturar.

O primeiro período do texto serve de introdução ao assunto a tratar. São introduzidos no universo textual dois SN, de tipo de formação diferente, denotando duas entidades também de tipo ontológico diferente, *invenção*, nominalização deverbal, e *cegos*, nome não derivado. Ambos vão permitir o estabelecimento de relações anafóricas ulteriores.

Ao primeiro elemento textual, *uma nova invenção*, SN introduzido por um quantificador existencial, dado o seu processo de formação, pode ser dada uma

leitura eventiva ou uma leitura resultativa, dependendo da sua interpretação se centrar no evento ou no seu resultado.

Contudo, a orientação do discurso, através dos tempos verbais, poderá, e, na sequência seguinte, trata-se, passando, respectivamente, de uma possibilidade para uma realidade, e com a introdução de uma nova entidade, um invento, tendo como “antecedente” o nominal, invenção, permite ao interlocutor interpretar o “antecedente”, como um resultativo e o “anafórico” como um N individual, perdendo todas as propriedades predicativas em favor de propriedades referenciais.

As diferentes leituras resultam não tanto do contexto, mas de factores morfológicos porque convém notar que a mesma forma de base V, inventar, deu origem a dois processos de formação diferentes, derivação por sufixação e derivação regressiva e, conseqüentemente, a produtos finais diferentes, invenção e invento, decorrendo daí comportamentos linguísticos diferentes.

Na verdade, enquanto o nominal invenção pode ter propriedades predicativas ou referenciais, dependendo do contexto, o nominal invento comporta-se como um nome não derivado, qualquer que seja o contexto.

Outros indicadores introduzidos no discurso reforçam estas leituras dos nominais. Com efeito, a atribuição de um nome próprio ao nominal, invento, Spatial Imager, nome que vai designar rigidamente o seu referente, vai ser importante como elemento de coesão na medida em que vai ser retomado numa das sequências, o Spatial Imager, por substituição do nominal, invento.

Outras ocorrências de SNs anafóricos que estabelecem anáforas correferenciais e associativas, tendo como antecedentes os nominais em questão, permitem concluir que estamos, realmente, perante nominalizações diferentes, apesar da forma de base comum.

A confirmar está o facto de, ao longo do discurso, o SN, um invento, ser anaforizado, por retoma, por expressões definidas e referenciais como, o objecto,

o Spatial Imager, este tipo de objecto e o invento. Este comportamento linguístico permite a sua inclusão na classe de entidades concretas e discretas.

Um outro indicador é a comparação explícita, mais fiável do que (...), com a atribuição das mesmas funções, construída *a posteriori*, entre as entidades denotadas pelo N, o objecto e as bengalas, N igualmente concreto que denota um utensílio e que é introduzido no discurso porque estabelece com o N, cegos, uma anáfora associativa *a priori* com base num conhecimento prévio e convencional de que a um cego se associa uma bengala, interpretação reforçada pela ocorrência do adjectivo, tradicionais. Pode ser considerado um tipo de anáfora associativa léxico-estereotípica porque tem como base uma frase genérica: “Um cego usa geralmente uma bengala”.

Relativamente ao nominal, uma invenção, é um nome sincategoremático dependente de outra entidade (uma invenção pressupõe alguém que tenha inventado), sendo necessário procurar no texto um actante com o traço [+hum] que possa preencher esse argumento. O SN capaz de desempenhar essa função é uma equipa de investigadores ingleses, estabelecendo-se dessa forma uma anáfora associativa actancial entre o verbal, invenção, e o SN, uma equipa de investigadores ingleses, ou seja, entre o resultado de um evento e a entidade implicada nesse evento. Elementos cotextuais como, pôs imediatamente mãos à obra, contribuem para acrescentar informação e estruturar o discurso de maneira a que haja coerência entre as informações à medida que o texto vai progredindo.

A inferência que permite atribuir o actante, uma equipa de investigadores, ao nominal, invenção, não se faz de forma directa mas por intermédio de elementos contextuais como, a ideia, uma nova entidade introduzida na sequência seguinte e explicitamente associada ao SN, uma equipa de investigadores ingleses, que desempenha a função sintáctica de complemento indirecto, e pela natureza aspectual do predicado, surgir.

Por outro lado, o conhecimento que os falantes têm da sua língua permite associar o nome abstracto não derivado, ideia, ao nominal, inspiração, produto derivado tendo como forma de base a mesma do adjectivo, inspiradores.

Assim, é pelo viés da introdução do SN, a ideia, que vai ser atribuído ao SN, uma equipa de investigadores ingleses, o papel temático de afectado exigido pelo modificador, inspiradores, nome sincategoremático que precisa de um argumento para se saturar, estabelecendo-se entre o SN e o modificador de verbal uma anáfora de tipo actancial *a posteriori*.

Outros elementos contextuais, como as características dos morcegos em que é retomado o primeiro elemento do título, morcegos, revelam uma congruência não só entre os elementos do título como entre estes e o texto, donde a conclusão de que os morcegos foram “causa” de inspiração a uma equipa de investigadores ingleses.

(5)

MOSCASANTI-STRESS

Testes realizados com diversos tipos de moscas têm demonstrado que uma das espécies, imune ao stress, vive mais um terço do tempo que as moscas normais. Isto deve-se a um gene, encontrado nesta espécie, chamado Matusalém. Se for encontrado nos humanos, este gene poderá constituir uma revolução científica durante o próximo século. (Tempo livre, Março, 1999:58).

Este é um título que, pelo modificador, anti-stress, restringe o nome de uma classe de entidades com o traço [+anim] denotada pelo N, moscas, a uma subclasse, moscas anti-stress.

Veremos a pertinência de tal modificador.

No primeiro período do texto, são introduzidos os mesmos elementos do título por meios linguísticos diferentes, uma expressão partitiva, uma das espécies, tendo, como modificador, um adjectivo predicador, imune a, em substituição do prefixo, anti⁸¹.

No mesmo período é introduzido, por comparação, outro SN, as moscas normais, N que denota a mesma espécie com modificador diferente, normais.

São assim introduzidos no universo textual dois tipos diferentes de uma mesma classe de entidades.

O discurso progride com a introdução de um SN, um gene, que, embora denotando uma parte inalienável das entidades [+anim], estabelece uma anáfora de tipo locativa com a expressão, nesta espécie. É uma anáfora associativa locativa *a posteriori* porque elementos cotextuais, encontrado nesta espécie, e o

⁸¹ *Imune* e *anti*-são elementos heterocategoriais, um adjectivo e um prefixo que exprimem, respectivamente, *resistência a* e *oposição* estabelecendo-se, por isso, uma relação de equivalência entre as expressões *anti-stress* e *imune ao stress*.

nome próprio, Matusalém, designando rigidamente o seu referente, impede que a relação esteja predefinida no léxico.

O texto termina com uma condicional em cujo antecedente é enunciada uma condição envolvendo uma anáfora associativa locativa entre os termos, este gene, e nos humanos. Por outro lado, estes termos são anafóricos de “antecedentes” já introduzidos. O SN, este gene, é um termo anafórico que retoma fielmente, com mudança de determinante, a entidade introduzida que lhe serve de antecedente, um gene. O próprio determinante demonstrativo, devido às suas propriedades dêiticas, remete explicitamente para um elemento presente no contexto textual. No termo locativo, o SN, os humanos, é introduzido no discurso pelo modo do conhecido porque, no universo textual, existe um nome com o qual estabelece uma anáfora, por inferência indirecta, com um “antecedente” [-hum], presente no universo textual, moscas, enquanto seres não humanos. A relação estabelecida tem como suporte inferencial uma antonímia de forma implícita interpretável pelos traços sémicos de [$\pm$ hum] e, claro, pelo conhecimento acerca das entidades em questão.

Como consequente da condição expressa no antecedente da condicional, é introduzida uma nova entidade, uma revolução científica, um nominal com um elevado grau de abstracção, com o modificador, científica, que o restringe. Dado que revolução é um nome sincategoremático, não é autónomo e depende de um actante. Não pode haver uma revolução se não houver quem a faça e, neste caso, essa entidade, que é seu argumento, é este gene, o mesmo sujeito sintáctico da antecedente, estabelecendo-se entre os termos uma anáfora actancial.

Uma vez que a interpretação do nominal, revolução, não é unívoca, é o modificador, científica, produto derivado tendo como sua forma de base, ciência, que permite inferir a relação entre este modificador e o modificador, anti-stress, do primeiro elemento do título.

(6)

VENENO CONTRAENFARTE

Cientistas americanos estudam a possibilidade de usar o veneno de uma víbora da Malásia para ajudar a recuperação de quem sofreu um ataque de coração. O sangue das vítimas de mordidas destas cobras apresenta dificuldade em coagular, o que pode ser bom, no caso de enfartes, uma vez que o sangue corre mais fluido pelas veias. Com base nesta associação, os cientistas estão a desenvolver um medicamento com base no veneno da cobra asiática, criada numa quinta na Alemanha, que possa ser usado para combater os problemas cardíacos. (Tempo livre, Março, 1999:59).

Mais um título que só adquire sentido com as informações contidas no texto. A preposição, contra, pode ter o valor de oposição, hostilidade, o que permite fornecer uma certa instrução ao interlocutor.

Tal como em textos analisados anteriormente, o primeiro período do texto serve de introdução ao assunto e fornece a informação necessária à coerência não só do título como das sequências ulteriores. Vão ser introduzidos no discurso vários elementos que permitem a sua interpretação.

A primeira entidade com leitura existencial, cientistas americanos, é constituída por um nominal derivado, cientistas, e um modificador adjectival, americanos, que lhe atribui nacionalidade.

Um outro SN, o veneno de uma víbora da Malásia, retoma o primeiro constituinte do título, veneno, actualizando-o não só pelo determinante definido como pelos complementos, dois modificadores preposicionais, de uma víbora e da Malásia, um deles nome próprio que designa rigidamente o referente.

Ainda no primeiro período, um outro SN, um ataque do coração, estabelece uma relação de natureza lexical com o outro constituinte do título, enfarte⁸².

Com efeito, estes são os elementos principais à volta dos quais o discurso vai sendo construído, recorrendo a fenómenos anafóricos correferenciais que não interessa aqui desenvolver.

Aliás, dada a natureza da informação, que é nova para o interlocutor, as associações entre os nomes são apresentadas de forma explícita e construídas linguisticamente com pouco recurso a inferências.

O último período do texto, onde são retomadas, através de elementos explícitos, Com base nesta associação e com base no veneno, as mesmas entidades, os cientistas, e a cobra asiática, termina com uma expressão de fim, para combater os problemas cardíacos.

A definitude do SN, os problemas cardíacos, é justificada pela anáfora associativa lexical estabelecida *a priori* entre o complemento preposicional do SN, um ataque do coração, e o modificador adjectival, cardíacos,⁸³ que restringe o N, problemas, um nome abstracto não derivado mas não unívoco.

Neste tipo de anáfora os elementos fundamentais são os modificadores dos nomes e as inferências estabelecidas envolvem um saber linguístico lexical e conhecimentos básicos do foro médico até porque o SN, os problemas cardíacos, remete também para um dos constituintes do título, enfarte.

O sentido da preposição contra que liga os dois elementos do título, veneno e enfarte, e os próprios elementos entre si adquirem sentido e coerência com a ligação que é estabelecida no complemento exprimindo finalidade, (...) para combater os problemas cardíacos, sobretudo pela estrutura argumental do

⁸² Veja-se, a este propósito, a entrada no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, (2001:1410), Vol. I, (...) «necrose de uma porção de tecido cardíaco em consequência da obstrução de uma das artérias».

⁸³ Cf. entrada no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, (2001:696), Vol. I, o adjectivo *cardíacos* significa «relativo ao cárdia, orifício superior do estômago, que comunica com o esófago e está situado a pouca distância do coração.».

predicado de dois lugares, combater, que o discurso orienta para os elementos do título.

(7)

CONVIVÊNCIAE ADAPTAÇÃO

A lei da selecção natural parece confirmar-se a cada dia. Os seres que se conseguem adaptar às alterações ambientais têm maiores probabilidades de sobreviver. Agindo em consonância com esta lei natural, muitos animais que vivem perto de cidades têm vindo a alterar os seus hábitos alimentares, de forma a adaptar-se ao que têm disponível. Assim, estudos têm demonstrado que os ratos ingleses já não se satisfazem com o tradicional queijo, preferindo frango, atum e manteiga de amendoim. Nos Estados Unidos, por outro lado, as associações ecológicas conseguiram que a multinacional Yoplait alterasse o formato dos potes de iogurtes. É que os furões são particularmente adeptos deste alimento, mas a forma antiga não lhes permitia, muitas vezes, retirar a cabeça de dentro do pote, quando acabavam de lamber os restos... (Tempo livre, Março, 1999:58).

Tanto é verdade que o texto vai atribuir um sentido aos nominais abstractos constituintes do título, convivência e adaptação, como também é verdade que é o título que vai desencadear as cadeias anafóricas de tipos diferentes que o compõem e que o estruturam de forma coerente.

Na verdade, este título, coordenação de duas nominalizações deverbais, é uma condensação do que vem a seguir.

Tendo como formas de base os verbos, conviver e adaptar, a interpretação dos nominais, convivência e adaptação, é a de “modo de V” porque consiste na referência a um modo particular de acção, processo ou estado. Na sua estrutura argumental seleccionam, prototipicamente, sujeitos [+anim] porque exprimem atitudes comportamentais. Como são nomes sincategoremáticos, não têm autonomia referencial e a sua interpretação depende de outras entidades, havendo, por isso, a necessidade de preencher os seus argumentos. As suas

estruturas argumentais diferem porque difere a subcategorização do predicado de base.

Logo no primeiro período, a descrição definida, a lei da selecção natural, vai servir de antecedente a vários termos anafóricos e permite atribuir um primeiro sentido aos nominais do título e situar o interlocutor no assunto a desenvolver.

O locutor introduz o antecedente através de uma descrição definida não só porque é uma expressão cujo comportamento é semelhante ao dos nomes próprios, na medida em que designa um referente único, como também pressupõe que o interlocutor tenha competência para aceder a esse referente.

Se o interlocutor não dispuser de conhecimentos acerca da teoria de Darwin,⁸⁴ à qual se liga o conteúdo da lei da selecção natural, não acederá à interpretação dos fenómenos anafóricos que se vão encadeando ao longo da progressão textual e aos nominais constituintes do título.

É pressuposto que haja um saber universal partilhado entre os interlocutores. Esse saber conduz à interpretação da primeira anáfora associativa de tipo discursivo-cognitiva estabelecida entre o antecedente, a lei da selecção natural, e o SN, os seres, denotando uma entidade [+anim]. Este termo anafórico é complementado por uma relativa que, de forma directa, ao retomar a forma de base, adaptar, do deverbal, adaptação, juntamente com o seu argumento, às alterações ambientais, permite preencher uma estrutura argumental possível do constituinte do título, adaptação.

No período seguinte, com a retoma por anáfora correferencial fiel do mesmo “antecedente”, esta lei natural, é evocado outro SN, muitos animais, denotando igualmente entidades [+anim], estabelecendo-se uma anáfora

⁸⁴ Darwin, em 1859, publicou a sua célebre obra «*On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle of life*» onde teorizou sobre a evolução dos organismos e considerou haver três tipos de selecção: artificial, natural e sexual. De entre os factores selectivos que agem sobre a selecção natural encontra-se o meio físico onde se inclui a adaptação e procura do alimento. Cristo & Galhardo, (1988:116-135).

associativa do mesmo tipo discursivo-cognitiva com o termo “antecedente” mencionado, esta lei natural.

Com uma estrutura semelhante a outra já introduzida no contexto linguístico, o SN, muitos animais, é complementado por uma relativa que vai restringindo a informação.

Efectivamente, o discurso vai progredindo com o recurso a vários elementos de coesão e um adverbial anafórico, assim, marca a passagem de uma informação mais geral para uma informação mais particular relativamente às entidades [+anim] e aos seus comportamentos.

Um novo referente, os ratos ingleses, é introduzido sob a forma do definido porque é um termo anafórico do “antecedente”, muitos animais. O modificador, ingleses, localiza e restringe a classe denotada pelo nome [+anim].

Para além da informação já introduzida, um outro marcador de domínio espacial, nos Estados Unidos vai estabelecer uma anáfora associativa locativa contingente com a expressão, as associações ecológicas, constituída pelo nominal, associações, e um modificador, ecológicas⁸⁵, pertinente para o seu enquadramento no discurso.

No último período do texto é introduzido outro termo, os furões, tendo como “antecedente” muitos animais, o mesmo de os ratos ingleses, com o qual estabelecem uma relação de hiponímia sendo, por sua vez, termos anafóricos em relação a os seres que se relaciona com a lei da selecção natural.

A informação foi sendo introduzida do mais genérico para o mais específico não só relativamente às entidades [+anim], seres, animais, ratos, e furões, como do meio ambiente: alterações ambientais, hábitos alimentares, queijo, atum, frango, maneiga de amendoim e iogurte. São factores de coesão que contribuem para a coerência global.

⁸⁵ Cf. entrada no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, (2001:1326), Vol. I Ecologia é a «Ciência que se dedica ao estudo das interacções dos seres vivos com o meio que os cerca.».

Compete ao interlocutor, pelos meios linguísticos à sua disposição e por inferências várias, especialmente o conhecimento da Teoria de Darwin, a interpretação das nominalizações, convivência e adaptação, dado que foram sendo fornecidos elementos que implicitamente podem preencher a estrutura exigida pela incompletude dos nominais, atendendo a que, sendo deverbais, implicam a ocorrência de outras entidades.

O sinal gráfico de três pontos⁸⁶ com que o texto termina, e que não se deve confundir com reticências, indica que foram suprimidas palavras no fim, facilmente recuperáveis. Pode interpretar-se como uma instrução que conduz o interlocutor à interpretação e ao porquê dos nominais derivados do título, convivência e adaptação, bem como à primeira entidade introduzida no discurso, a lei da selecção natural e a predicação, parece confirmar-se a cada dia.

Neste caso, é o texto que justifica o título.

⁸⁶ Cf. Cunha & Cintra (1994:657), «Não se devem confundir as RETICÊNCIAS, que têm valor estilístico apreciável, com os três pontos que se empregam, como simples sinal tipográfico, para indicar que foram suprimidas palavras no início, no meio, ou no fim de uma citação.».

(8)

Bananas para os ouvidos

Os japoneses acabaram de inventar uma nova e insuspeita utilização para a casca das bananas – membranas de altifalantes. É verdade: aparentemente, as cascas de banana, quando transformadas em papel, podem ser usadas como membrana nos altifalantes, com consideráveis ganhos em relação às membranas clássicas. As qualidades de uma “boa membrana” são a elasticidade, a leveza e o facto de não permitir a passagem de alguns ruídos em detrimento de outros, o que provoca a distorção do som. O papel de casca de banana apresenta todas estas características, e especialmente a última, graças à textura inconstante da pasta. (Tempo livre, Março, 1999:59).

Com um título absolutamente absurdo, não se compreendendo como é que as bananas possam servir para os ouvidos, a verdade é que o primeiro período do texto, com a introdução do assunto e das entidades envolvidas, vai permitir desencadear relações anafóricas paralelas e de tipo diferente, umas ligadas ao nome, bananas, outras ao nome, ouvidos, tornando congruente o que, à primeira vista, parece anómalo.

Assim, no primeiro período, é introduzida por um quantificador existencial uma nominalização deverbal, utilização, aparentemente interpretável com leitura individual e uma expressão de fim, para a casca das bananas, tendo como elemento um SN, cascas, e um complemento preposicional, das bananas, que retoma o primeiro constituinte do título.

Ligado por travessão,⁸⁷ um SN, membranas de altifalantes, completa o sentido da sequência e, por inferência e conhecimento enciclopédico, evoca o outro constituinte do título, ouvidos.

Relativamente ao que interessa aqui destacar e que é a interpretação do deverbal, utilização, são os elementos contextuais como o tempo e modo verbal,

⁸⁷ Cf. Cunha & Cintra (1984:663), um dos empregos do travessão é destacar, enfaticamente, a parte final de um enunciado.

acabaram de inventar, os atributos, nova e insuspeita, e a finalidade ao qual está associado, para a casca das bananas, que fazem com que se comporte como um nome não derivado e [-abs].

Com efeito, a acepção de *emprego* ou *uso*, é confirmada na sequência seguinte com a retoma do SN, as cascas de banana, e novas predicções que lhe são atribuídas, nomeadamente, recorrendo a participios, transformadas em papel e usadas como membrana nos altifalantes.

Por outro lado, a expressão definida, as cascas de banana, quando transformadas em papel, é um termo “antecedente” de uma anáfora tendo como segundo termo a expressão, o papel de casca de banana, em que há retoma das entidades denotadas pelo N, papel, tendo, como complemento, a mesma entidade denotada pelo SN, as cascas de banana.

No mesmo período, é estabelecida uma anáfora associativa entre, o papel de casca de banana e outro elemento textual definido, a textura inconstante da pasta. A relação estabelecida entre os elementos papel e pasta é uma relação preinscrite e predefinida *a priori* que resulta de um processo evolutivo do referente. A sua interpretação só é possível mobilizando conhecimentos de ordem enciclopédica.

Relativamente ao título, a expressão de fim, para os ouvidos, liga-se ao N, bananas, por inferência indirecta, com as características de membranas de altifalantes, tendo como matéria-prima o resultado da transformação de uma parte do N, casca.

Um conhecimento do mundo acerca das entidades implicadas permite estabelecer qual a relação entre altifalantes e ouvidos. Com efeito, é-lhes atribuída a funcionalidade de aumentar o som o que pode ter repercussões para os ouvidos.

4.2 – Síntese dos Resultados

Em virtude de o *corpus* ser reduzido, não me permite uma quantificação de resultados que mereça a fiabilidade desejada num trabalho deste teor.

Reconheço que é necessário um estudo mais aprofundado com manipulação dos dados para uma maior fundamentação e conclusões mais precisas do fenómeno da Anáfora Associativa envolvendo tipos de nomes que, por serem derivados, permitem desencadear outros a eles associados.

Quando me decidi por este fenómeno, não previa que o mesmo me encaminhasse para aspectos morfológicos e sintácticos imprescindíveis para a sua interpretação.

Contudo, parece-me possível, pela observação e reflexão alcançadas, chegar a algumas conclusões e abrir perspectivas para trabalhos ulteriores.

Em primeiro lugar, penso que, transpostos os limites da frase complexa para unidades maiores como um texto, será difícil enquadrar o fenómeno da Anáfora Associativa numa das duas teses apresentadas, a léxico-estereotípica ou a discursiva, uma vez que existem relações previamente inscritas no léxico e relações construídas pelo discurso.

Parece evidente, pelos exemplos apresentados, que o fenómeno da Anáfora Associativa com nomes derivados ou nomes com modificadores, por factores vários, não se comporta da mesma maneira como com nomes não derivados. Dificilmente são estabelecidas relações *a priori* na medida em que só os nomes não derivados têm significados mais ou menos permanentes e estáveis, denotando efectivamente certos referentes, sejam entidades concretas como *livro*, *roda* ou *casa* ou abstractas como *ideia*, nomes *categoremáticos*, e se distinguem de nomes sem autonomia referencial, nomes *sincategoremáticos*.

Na realidade, é fundamental uma distinção entre uma entidade abstracta denotada por um N simples e as entidades abstractas denotadas por N derivados, na medida em que um N derivado é um produto do qual faz parte uma forma de base que pode ser V, Adj ou N e um elemento de formação responsável pelo novo significado.

No entanto, a estrutura morfológica introduz uma significação previsível para o produto final embora factores contextuais possam reorientar esse sentido matricial e composicional.

No estabelecimento da anáfora associativa, é necessário ter em conta os componentes do produto final porque, quando entramos no domínio da derivação, a maior parte das palavras só por si não denota um referente único mas cria um potencial de referências que outros elementos ou o próprio discurso constrói e satura.

Como afirmou Rio-Torto (1997:816), relativamente a produtos nominais, «a interacção entre o produto nominal e o contexto complexifica-se, pois a interpretação daquele é duplamente condicionada pela sua estrutura interna e pela estrutura (micro- e macro-) textual circundante».

Assim, importa ponderar o peso que as bases adjectivais e verbais têm na representação nominal de propriedades, de estados e de eventos.

Pela análise individual dos textos foi possível observar a ocorrência de alguns deverbais tanto no lugar de “antecedente” como no do termo anafórico. O facto de não denotarem entidades concretas com referentes no mundo dos objectos não invalida que haja sequências anafóricas que façam referência a eventos e/ou propriedades e entidades com elas implicadas.

Na verdade, para que se possa estabelecer uma Anáfora Associativa, é preciso a introdução de uma entidade que possa ser o “antecedente” e a de outra, o termo anafórico, que seja introduzida pelo modo do “conhecido” por um qualquer vínculo associativo estabelecido com o “antecedente”. Um processo inferencial permite aceder à sua interpretação, sendo os nomes as categorias linguísticas caracterizadas semanticamente por terem um alto potencial de referência.

Pela análise efectuada, o traço [$\pm$ abs] com que, tradicionalmente, os nomes podem ser classificados não se mostra um critério nem suficiente nem fundamental para que os mesmos possam ocupar o lugar de “antecedente” nos vários subtipos de anáfora, dado que existem diferentes graus de abstracção em virtude de os nomes referirem entidades de tipos diferentes.

Com efeito, as ocorrências das nominalizações não podem ser consideradas como tendo o mesmo grau de abstracção porque isso depende de factores externos à formação do nominal como a natureza dos predicados

verbais, o tempo, a determinação, o número e a natureza dos advérbios e adjectivos.

A modalidade parece também exercer forte influência nos termos envolvidos no fenómeno e na atribuição de traço [$\pm$ abs] aos nominais.

Dado tratar-se de textos retirados de vários números da mesma revista, e sempre da mesma secção, foi possível encontrar uma certa intertextualidade que terá sido propositada, pressupondo da parte do locutor/escritor uma desejável interacção comunicativa com o interlocutor/leitor.

A ocorrência de certos marcadores como *Depois de...* e um manifesto paralelismo entre o texto (3) e o texto (2) apoiam-se mesmo no saber que se julga partilhado. Propositadamente, incluí os dois para demonstrar isso mesmo: o material linguístico não é suficiente e o locutor, neste caso, pressupõe da parte do interlocutor conhecimentos adquiridos pelas leituras anteriores. Não se trata, pois, de um conhecimento enciclopédico mas de um conhecimento contingente, na medida em que se supõe apreendido recentemente.

Na verdade, a interpretação de qualquer texto mobiliza a competência linguística, a competência enciclopédica, correspondente à memória a longo prazo e da qual fazem parte os conhecimentos acerca do “mundo”, e a memória a curto prazo que vai sendo fornecida pelo dinamismo do discurso.

Estes factores conjuntos revelam-se muito importantes para a interpretação dos fenómenos anafóricos em geral mas, particularmente, os que envolvem termos associativos porque, dada a não correferência entre os termos e a necessidade do recurso a inferências, torna-se fundamental localizar a expressão “antecedente”.

A proximidade ou afastamento dos termos não é um factor determinante para o estabelecimento da relação. A questão é um maior ou menor esforço do interlocutor na “procura” do “antecedente” o que, respeitando as máximas

conversacionais de Grice, deve ser levado em conta pelo locutor: quantidade, qualidade, relação e modo⁸⁸.

Essa “procura” mobiliza aspectos morfológicos, sintácticos, semânticos, pragmáticos, lexicais e cognitivos.

A tentativa de encontrar subtipos de Anáfora Associativa, que envolvessem nominais abstractos e nomes com modificadores, fazendo prevalecer o *léxico* ao *discurso* foi um dos meus objectivos embora estereótipos e relações lexicais previamente inscritas no *léxico* não se mostrem suficientes para resolver todas as ocorrências.

Por vezes, é difícil delimitar o fenómeno e estabelecer fronteiras entre a retoma por correferência e a associação bem como entre o explícito e o implícito.

O tipo de texto aqui apresentado, dadas as suas características, recorre menos a Anáforas Associativas de tipo *léxico-estereotípico a priori* porque muita da informação é dada de forma explícita, implicando pouco recurso a inferências nesse aspecto.

Porém, certas conexões repousam numa etapa inferencial intermediária⁸⁹, o que faz com que se trate de descrições anafóricas aparentadas com as correferenciais, em particular, as indirectas.

O alargamento de tipos de Anáfora Associativa veio permitir o enquadramento de algumas nominalizações para as quais o tipo das relações meronímicas não dava resposta. Nos casos em que o próprio nome é polissémico, independentemente do contexto em que ocorre, como *experiência*⁹⁰, são necessárias, para que o argumento seja preenchido, outras informações presentes no contexto. De facto, embora a relação estabelecida entre um nominal eventivo e a sua grelha argumental esteja preinscrita e predefinida no *léxico*, só o discurso pode actualizar, atribuindo-lhe uma interpretação unívoca.

⁸⁸ Veja-se Gouveia, (1996:403).

⁸⁹ Veja-se Kleiber, (1999:90), a propósito de «étape inférentielle intermédiaire».

⁹⁰ Veja-se, neste Cap., o Texto (1).

O estabelecimento de anáforas locativas pode ser fundamental para a atribuição do papel temático, como no texto (1):

- *Na Universidade da Pensilvânia/os investigadores* - locativa
- *Uma experiência revolucionária/os investigadores* - actancial

A especificidade de um deverbal é poder comportar-se como um predador, ser dotado de “*actance*”, nas palavras de Kleiber.

É muito importante para o estabelecimento da anáfora associativa a interpretação eventiva/resultativa do nominal porque, de uma maneira geral, os eventivos estabelecem anáfora associativa com argumentos do predicado verbal de base e os resultativos com nomes concretos.

A modalidade parece também exercer forte influência nos termos envolvidos no fenómeno e na atribuição de traço [$\pm$ abs] aos nominais.

Segundo Lopes, (1971:245-246), o modo é, em geral, concebido como expressão da atitude de quem fala relativamente àquilo que diz e ao interlocutor. Reconhece-se facilmente um modo principal, não marcado, de simples asserção afirmativa ou negativa: o Indicativo; o Futuro do Indicativo liga-se muitas vezes ao modo potencial, exprimindo probabilidade, possibilidade ou irrealidade. O Indicativo liga-se à concretude e o potencial e futuro à abstracção. Por isso, há necessidade de considerar graus de abstractização e/ou concretude⁹¹.

Assim, a mesma unidade morfológica pode ser [$\pm$ abs], contribuindo para isso elementos contextuais entre os quais a modalidade, o locativo, a finalidade e o tipo de complemento. É o que se pode ver nos textos (1) e (8) com o nominal utilização, nos textos (1) e (3) com o nominal resultado e no texto (2) com o nominal detecção.

O contributo da modalidade dada por alguns verbos, tempos gramaticais e modo, como em (1), (3) e (8), respectivamente, foi que, parece, pode vir a ser, alcançarem e acabaram de inventar, sustenta os diferentes tipos de leituras dos nomes deverbais como se pode ver nos seguintes exemplos:

⁹¹ Termo usado em Rio-Torto, (1997:820).

- Resultado (1) com valor resultativo [-abs], apoiado pelo modo Indicativo:
O resultado foi que os ratos desenvolveram nessa perna músculos que se mantiveram jovens até à sua morte, enquanto o resto do corpo envelheceu naturalmente.

- Utilização (1) com valor eventivo [+abs], apoiado pelo verbo modal:
O cientista responsável por este projecto parece optimista em relação à utilização desta descoberta em seres humanos.

- Resultado (3) com valor eventivo [+abs], apoiado por frase condicional, pelo modo Conjuntivo e verbo modal no Futuro:
É um pouco complicado mas o resultado pode vir a ser muito proveitoso, se os investigadores alcançarem o seu objectivo: treinar as abelhas para procurar minas enterradas, químicos tóxicos, metais preciosos ou plantas medicinais.

- Utilização (8) com valor individual [-abs], apoiado pelo modo Indicativo:
Os japoneses acabaram de inventar uma nova e insuspeita utilização para a casca das bananas – membranas de altifalantes.

Para além da modalidade que vimos no ponto anterior, as funções semânticas, inerentes aos nominais, de locativo (1), em seres humanos, e de finalidade (8), para a casca das bananas, são factores que contribuem também para a interpretação eventiva/resultativa ou mesmo individual do deverbal.

- Utilização (1) com valor eventivo [+abs]:
O cientista responsável por este projecto parece optimista em relação à utilização desta descoberta em seres humanos.

- Utilização (8) com valor resultativo [-abs]:

Os japoneses acabaram de inventar uma nova e insuspeita utilização para a casca das bananas – membranas de altifalantes

O tipo de nome de que deteccção é complemento, trabalho e mecanismos, contribui, igualmente, para atribuir o tipo de leitura eventiva/resultativa ou individual ao deverbais, conforme foi dito atrás.

- Deteccção (2) com valor eventivo [+abs]:

Isto obriga os pais a um constante trabalho de deteccção dos fogos existentes num raio de 50 km.

- Deteccção (2) com valor resultativo/individual [-abs]:

Neste caso, as larvas podem vir a ajudar, no mínimo, o desenvolvimento de mecanismos de deteccção de incêndios.

Relativamente ao processo de formação, quando da mesma forma de base resultam dois produtos derivados diferentes, invenção e invento, a leitura eventiva/resultativa ou individual parece depender da interpretação do produto final remeter para o evento ou para o resultado desse evento, acrescida da atribuição de um nome próprio, tal como se pode observar no texto (4):

- Invenção (4) com valor eventivo [+abs]:

Uma nova invenção poderá, dentro de pouco tempo, melhorar a qualidade de vida dos cegos.

- Invento (4) com valor resultativo/individual [-abs]:

Trata-se do Spatial Imager, um invento que aproveita as características dos morcegos para ajudar os humanos (...).

- Invento (4) com valor resultativo/individual [-abs]:

Os cientistas esperam comercializar o invento dentro de dois anos.

O invento denota, assim, o objecto que resulta de V, um objecto físico, localizável e com propriedades directamente observáveis. Como vimos no texto (4), o deverbal invento é anaforizado pelo próprio lexema objecto, o que comprova que não é dotado de estrutura argumental e o seu comportamento linguístico é o de uma entidade [-abs].

Com efeito, os resultativos, quando são anaforizados por retoma, são-no por lexemas que denotam entidades [-abs], o que evidencia que perderam as propriedades predicativas em favor de propriedades referenciais. Têm uma leitura individual e são reconhecidos como nomes não derivados.

Nesta linha, deverbais como projecto permitem as três leituras possíveis como no texto (1). É um deverbal que pode remeter para o evento, o resultado desse evento ou ter uma leitura individual.

▪ Projecto (1):

O cientista responsável por este projecto parece optimista em relação à utilização desta descoberta em seres humanos.

...

Em relação a nomes com modificadores adjectivais, os mesmos foram encontrados nos títulos, no termo “antecedente” e no termo anafórico.

Na verdade, uma vez a ocorrência de um modificador justifica relações estabelecidas no interior do discurso, outras vezes a sua ocorrência é justificada por ele como, por exemplo, revolucionária, científica, cardíacos, ecológicas, entre outros.

Começando pelos títulos dos textos (2), (3) e (4), a introdução e atribuição de actividades e propriedades, *a priori*, atípicas das entidades suas portadores, bombeiras, detectoras e inspiradores, respectivamente, larvas, abelhas e morcegos, permitiram o estabelecimento de sequências anafóricas associadas ao significado lexical tanto de bombeiras como da forma de base dos adjectivos

deverbais, detectar e inspirar, tendo os mesmos elementos sido retomados directa ou indirectamente no fim do texto.

- (2) *Larvas bombeiras*
- (3) *Abelhas detectoras*
- (4) *Morcegos inspiradores*

Outras informações foram atribuídas aos nomes modificados pelos adjectivais que se mostraram fundamentais no estabelecimento da anáfora associativa, em virtude de parte das inferências recaírem no complemento do termo modificado, como se pode constatar pelos exemplos seguintes:

- Seres humanos (1)
- Moscas normais (5)
- Revolução Científica (5)
- Problemas Cardíacos (6)
- Associações Ecológicas (7)

Quando os modificadores são preposicionais, é o(s) complemento(s) que, juntamente com o N, desencadeia(m) a inferência que conduz ao estabelecimento da anáfora associativa.

De facto, o significado das palavras não derivadas pode não ser estático na medida em que os complementos o modificam. É o que se pode observar nos exemplos que se seguem:

- Trabalho de detecção dos fogos (3)
- Mecanismos de detecção dos fogos (3)
- Estudiosos de abelhas (4)
- Veneno de uma víbora da Malásia (6)
- Ataque de coração – Texto (6)
- Membranas de altifalantes (8)
- Casca das bananas (8)
- Papel de casca de banana (8)
- Textura da pasta (8)

Convém, ainda, fazer uma breve menção a outros elementos que, como os fenómenos anafóricos, contribuem, nestes textos, para a coesão e coerência globais.

São exemplo disso, o valor anafórico de alguns advérbios, os valores das preposições e a definitude do termo anafórico que é uma das condições para o estabelecimento da Anáfora Associativa e que, para além do artigo definido e de demonstrativos dêiticos, pode também ser construída linguisticamente por expressões com propriedades de definitizar e/ou quantificar como, por exemplo: este tipo de (4) e uma equipa de (4).

Foram encontrados advérbios anafóricos responsáveis pela conexão entre duas partes distintas como, assim, no texto (7).

Quanto às preposições, o valor de algumas revelou-se de grande pertinência como, contra e para, em (6) e (8).

- Contra veneno – hostilidade – texto (6)
- Para os ouvidos – finalidade - texto (8)

Para além destes factores mais estritamente linguísticos, contribuem também para o estabelecimento da Anáfora Associativa conhecimentos de ordem enciclopédica quer culturais quer científicos ou até crenças.

Não há dúvida de que, sobretudo neste tipo de anáfora não correferencial, são necessários conhecimentos extralinguísticos, sem os quais não estariam reunidas as condições de felicidade. São exemplos disso, entre outras, referências a:

- Elixir da juventude (1)
- Stresse (5)
- Enfarte (6)
- Lei da selecção natural (7)

Quanto à estrutura global dos textos, pode afirmar-se que o título é parte integrante do mesmo na medida em que não só desencadeia a curiosidade do

interlocutor/leitor como é retomado frequentemente na parte final do texto, constituindo este uma espécie de justificação do próprio título. Isto permite-nos compreender por que é que um título incongruente passa a congruente após a leitura do texto.

Numa observação mais atenta, considero que, em alguns textos, o primeiro período constitui uma introdução ao assunto a tratar, estabelecendo a ligação entre o título e as informações contidas no texto propriamente dito, semelhante a um subtítulo, título secundário que se coloca por baixo do título principal e que ajuda a classificar o assunto de que se trata. É este que vai desencadear o estabelecimento de relações anafóricas subsequentes. São exemplo disso:

- *Moscas anti-stress* (5)
- *Convivência e adaptação* (7)
- *Bananas para os ouvidos* (8)

Por último, um pequeno comentário à importância da pontuação, sinais gráficos que dão instruções e podem dar uma certa orientação ao discurso e que foi sendo destacada no decurso da análise dos textos.

Segundo Lopes (1971), a interrogação não figura nos modos, mas é evidente o seu valor modal como se pode observar no título e texto (1) e no título do texto (2):

- *Juventude: Elixir à vista?*
- *Será que o homem encontrou a tão ambicionada fonte de juventude?*
- *Larvas bombeiras?*

Convém salientar o que foi dito por Cornish⁹² (1990) para quem um texto, na sua forma escrita, compreende não só o conteúdo verbal, mas também um conjunto de sinais de pontuação e de fenómenos tipográficos como, por exemplo, tamanho, tipo de letra e emprego de itálicos. Todos esses índices são instruções

⁹² Veja-se, neste trabalho, o ponto 1.1.1 do Cap 1.

que vão permitir ao interlocutor aceder e reconstruir o discurso que o locutor terá construído.

4.3 – Algumas Questões

Abordar o fenómeno em textos torna-se mais complexo na medida em que o texto é uma unidade de significação mais vasta que a frase.

O estabelecimento da Anáfora Associativa envolvendo determinado tipo de nomes e nomes com modificadores tem a sua especificidade própria que a distingue de outros tipos de Anáfora.

Com efeito, os nominais abstractos, nomes sincategoremáticos, deverbiais e deadjectivais, dificilmente podem estabelecer relações lexicais *a priori*. Se por um lado são entidades dependentes ontologicamente de outras, por outro dependem também do contexto em que ocorrem.

Há, assim, uma dupla dependência que impõe certas restrições pois, como afirmou Oliveira (1996:376), «as regras morfológicas restringem, mas não determinam completamente a interpretação de palavras complexas em relação às suas unidades básicas.».

Assim, o que é estabelecido *a priori* – e isso envolve aspectos morfossintácticos e léxico-semânticos – é que neste tipo de nominais há grelhas argumentais por preencher, dependendo as mesmas de vários factores como, por exemplo:

- (i) Tipo de forma de base, V ou Adj;
- (ii) Tipo de V (eventivo, estativo ou psicológico);
- (iii) Leitura eventiva do nominal;
- (iv) Leitura resultativa do nominal;
- (v) Leitura individual do nominal;
- (vi) Questões aspectuais que se projectam na morfologia⁹³.

Em casos de polissemia, o tipo de formação da palavra e o produto encontrado não é suficiente para estabelecer a relação com os seus argumentos

⁹³ Veja-se Oliveira, (1996:376).

na medida em que, por exemplo, a grelha de um verbo eventivo não é a mesma de um verbo psicológico. Ex.: *experiência*⁹⁴.

Na verdade, existem três tipos de variações de sentido reconhecidos tradicionalmente por lexicólogos e lexicógrafos e que são: homonímia, polissemia e a simples variação contextual. (Kleiber, 1999b:87).

No entanto, tendo em conta a análise dos textos, parece-me que, para além dos factores inscritos na própria língua, a variação contextual é de grande relevância.

Nessa medida, concordo com Rio-Torto quando diz que o contexto é capaz de orientar a interpretação de produtos não saturados activando os sentidos discursivamente adequados. (1997:824).

Parece-me também pertinente o que a mesma autora afirma quanto à importância do contexto na interpretação de um produto genolexical «(...) o tipo semântico e argumental do predicado verbal, o valor aspectual deste, a classe semântica dos SNs que funcionam como argumentos externos e internos do SV, a natureza da determinação que afecta os nominais, a natureza dos complementos verbais e nominais, os tempos verbais usados, a natureza dos adverbiais e dos adjectivos. Para além destes factores, para a interpretação dum enunciado concorrem ainda os conhecimentos prévios do mundo e os conhecimentos entretanto activados pela apreensão do texto.». (1997:815-816).

No mesmo sentido, pode ler-se em Brito (1996b:78) «(...) a interpretação resultativa e a interpretação eventiva só são verdadeiramente actualizadas em função do contexto, não só ao nível da forma do SN (em especial a natureza do DET e do número que afectam este tipo de Ns) como ao nível de outros factores frásicos.».

Assim, conforme propõem Brito & Oliveira (1995), as três leituras possíveis dos nominais - eventiva, resultativa e individual - dependem fundamentalmente do tipo de formação do nominal, do contexto linguístico e mesmo de informações extralinguísticas.

Esta parece ser uma hierarquia a considerar porque me parece que a dependência de um contexto linguístico está directamente associada à falta de autonomia do lexema, isto é, quanto mais autónomo referencialmente for o nome,

⁹⁴ Veja-se, neste trabalho, o ponto 4.2 deste Cap.

descrições definidas, por exemplo, menor ou nula, no caso de N próprios, é a sua dependência do contexto.

...

Em relação a SNs complexos, com modificadores quer adjectivais quer preposicionais, a representação que temos de determinados tipos de nomes não nos permite, *a priori*, estabelecer determinadas associações e essas, o discurso constrói mas tal não significa que, intensionalmente, o N deixe de ter as propriedades que tinha.

São associações meramente contingentes, válidas para uma determinada situação e, nesses casos, vem a propósito citar a seguinte observação: «(...) ao analisar as diferentes maneiras de descrever uma situação, é mais importante ter em consideração a sua descrição tal como é apresentada linguisticamente do que a situação tal como ela é na realidade, embora, por vezes, esse conhecimento interfira na interpretação dada às frases.». (Oliveira, 1997:87).

Com efeito, as entidades denotadas pelos Ns, sobretudo com o traço [+anim], têm propriedades ou características *a priori* que permitem a sua associação a outras entidades e, nesses casos, o encadeamento é feito a partir de uma associação *a posteriori*. No entanto, o discurso não é onipotente porque assenta no léxico.

Por outro lado, o comportamento linguístico dos nomes que ocorrem com modificadores, quer adjectivais quer preposicionais, está sujeito a algumas imposições. Na verdade, o modificador, ao mesmo tempo que restringe o N, também lhe acrescenta informação e isso acarreta consequências na medida em que passa a haver uma dependência do N à natureza ontológica do modificador.

Essa dependência pode ser absolutamente necessária para o estabelecimento e a interpretação do fenómeno da Anáfora Associativa ou meramente informativa.

Kleiber (2001:12) distingue entre conceitos activos, semi-activos e inactivos. SNs indefinidos e definidos com modificador correspondem a conceitos inactivos, isto é, pertencem à memória a longo prazo porque não são activados por nenhum elemento verbalizado no texto.

Os nomes com modificadores constituem extensões desses nomes e são, muitas vezes, os modificadores e não os nomes que desencadeiam a anáfora.

A nível semântico, o modificador adjectival é um elemento que pode exercer determinadas funções tais como, entre outras:

- (i) Localizar o N;
- (ii) Atribuir uma profissão ou ocupação;
- (iii) Atribuir uma propriedade;
- (iv) Marcar uma espécie;
- (v) Acrescentar informação pertinente ao N.

Quanto à função de os modificadores preposicionais, ela não difere muito da dos adjectivais na medida em que ambos complementam e restringem o N. Os modificadores preposicionais dependem do(s) tipo(s) de nome(s) que ocorre no complemento e do tipo de N modificado. Os complementos regidos da preposição de que, tipicamente, explicitam a posse, podem exprimir propriedades inerentes ou específicas da entidade a que se refere o nome, casca de banana (8), mas também podem localizar ou atribuir proveniência como, por exemplo, víbora da Malásia (6).

...

Conclusão

Concluindo, uma grande questão que se coloca é a possibilidade ou não de enquadrar o fenómeno da Anáfora Associativa, envolvendo nomes abstractos⁹⁵ e nomes com modificadores, em relações *a priori* ou *a posteriori*, isto é, relações predefinidas e preinscritas no léxico que permitam que a associação entre os termos tenha um matiz de “genericidade” ou, pelo contrário, o discurso possa construir relações particulares e válidas apenas em determinadas situações.

⁹⁵ Na designação tradicional, como oposição a nomes concretos.

Como afirma Oliveira (1997:85), «O significado das palavras, das expressões e até das frases é sempre tendencial e a criatividade semântica que qualquer língua possui permite aos falantes descrever, organizar e pensar a realidade de modos diversos.».

Essa questão de considerar relações *a priori* e/ou *a posteriori* tem sido associada às duas teses que desenvolvi neste trabalho, a léxico-estereotípica e a discursivo-cognitiva. Pela composição das próprias palavras, a divisão entre léxico e discurso, como dois aspectos diferentes, parece uma comparação entre o estatismo do significado de uma palavra e o dinamismo do mesmo no discurso.

Foi possível, pela análise efectuada, observar que o tipo de Anáfora Associativa, envolvendo nominais com o traço [+abs], dificilmente tem uma construção de base de tipo genérico como a das relações meronímicas (X ter Y) ou mesmo as de carácter estereotípico (X ter *geralmente* Y) e, sendo assim, as relações lexicais previamente inscritas no léxico não dão resposta a todo o tipo de Anáforas Associativas.

Começando pela própria oposição de abstracto/concreto com que, tradicionalmente, se distingue os nomes, parece-me que essa é também uma designação *a priori* que deve ser abandonada, pois revela-se insuficiente ou mesmo inadequada quando se analisa os nominais no discurso.

Na verdade, quando é atribuído o traço [+abs] a nomes denotando eventos ou propriedades, produtos de derivações, a sua interpretação envolve aspectos que impedem essa classificação à qual os eventos e propriedades andam associados.

Esta é uma questão que reforça que as duas teses não devam ser consideradas como balizas no tratamento de fenómenos anafóricos no interior do discurso.

Com efeito, as diferentes leituras (eventiva, resultativa/individual) dos deverbais, sendo atribuídas no discurso, são-no não só apoiando-se em elementos lexicais de significação estática, como sejam as formas de base e os segmentos afixais do produto final, mas também em factores contextuais. Por

outro lado, como os termos anafóricos estão dependentes do tipo de leitura que possa ter o termo “antecedente”, a relação estabelecida é uma relação *a posteriori*.

Assim, o facto de a selecção de uma das leituras, em detrimento das outras, ser, em grande medida, determinada no quadro do discurso, constitui um argumento fundamental para considerar que a Anáfora Associativa se realiza também no interior de um texto e que a sua especificidade é ligar informações novas a informações já conhecidas, assegurando a continuidade com a novidade o que faz do fenómeno um processo económico e original e um poderoso elemento de coesão e coerência.

...

Em relação a nomes com modificadores, se o modificador for um adjectivo derivado, o mesmo, tal como os nominais, não é autónomo da forma de base de que deriva, a maior parte de Ns e Vs, advindo daí uma dependência ontológica ao tipo de N e ao valor aspectual do V da base. No entanto, é preciso considerar o grau de dependência de um produto derivado relativamente à sua forma de base pois faz parte do um produto final adquirir um valor próprio e convencional, como se pode ver, por exemplo, com o lexema, *bombeiro*⁹⁶, que adquiriu características próprias.

Nessa medida, os modificadores adjectivais, tal como os modificadores preposicionais, ao complementarem o N, quer do “antecedente” quer do termo anafórico, permitem dar um novo sentido às entidades denotadas criando, no discurso, relações novas que o próprio discurso, nas sequências seguintes, apresenta como já adquiridas, generalizando situações que foram introduzidas como particulares.

Pode, pois, concluir-se que os complementos atribuídos aos Ns e a criação de novas relações vão contribuindo não só para um enriquecimento do léxico e dos nossos esquemas cognitivos como até para a criação de novos estereótipos.

⁹⁶ Veja-se, neste Cap., o Texto (2).

Cabe, aqui, referir Vilela (1997)⁹⁷ quando afirma que «(...) a existência no léxico de associações estereotípicas é um reflexo das nossas próprias representações. E as associações criadas pelo discurso são ainda derivações de relações preexistentes também no léxico.».

Relativamente ao processo inferencial indispensável à interpretação do fenómeno, embora o conhecimento enciclopédico contribua para a interpretação de certos tipos de Anáfora Associativa, as inferências podem, também, ser derivadas directa ou indirectamente do próprio significado lexical dos constituintes dos nomes envolvidos no interior do discurso, como foi sendo observado.

Assim, pelos factos apontados, verificando-se uma estreita relação entre léxico e discurso no estabelecimento de fenómenos anafóricos uma vez que o léxico se projecta no discurso e o discurso se apoia no léxico, contribuindo os mesmos para uma coesão e coerência globais, defendo que se deve considerar uma proposta *léxico-discursiva*, um cruzamento das duas teses.

Na verdade, a nível de um texto, a tese léxico-estereotípica não dá resposta a todas as relações construídas pelo discurso, fundamentalmente, relações dependentes de associações e condições construídas por ele bem como outros factores de conexão entre os termos como os de causalidade e finalidade impostos pela congruência do mesmo, enquanto uma unidade de significação.

É de considerar a não onnipotência do discurso porque o seu suporte é o léxico, permitindo que, como disse Oliveira (1997:83), «os significados lexicais, que são finitos, se possam combinar de forma a obtermos um número infinito de significados de expressões, frases ou textos.».

Concluo que as teses léxico-estereotípica e discursivo-cognitiva não devem ser consideradas como opostas mas como complementares e que o tipo de Anáfora Associativa, em textos, tenha uma abordagem léxico-discursiva.

⁹⁷ Veja-se, neste trabalho, o ponto 2.9.4 do Cap. 2.

CONCLUSÃO

Quando propus a mim própria uma reflexão acerca do fenómeno *Anáfora Associativa*, que sabia ser um fenómeno complexo, orientei o meu trabalho traçando alguns objectivos.

O percurso que tive de fazer para atingir esses objectivos foi um desafio permanente porque me vi confrontada com problemas e dúvidas para os quais tinha de procurar respostas.

Em primeiro lugar, optei por uma abordagem do fenómeno que fosse fundamentalmente semântica. O meu contacto anterior com a Linguística fora o suficiente para conduzir o trabalho nessa área, daí a escolha do tema.

Ao mesmo tempo que ia tomando contacto com a literatura científica, técnica e específica ia lendo textos de outros tipos, o que me ajudou a definir uma linha própria.

Assim, os meus objectivos principais recaíram no tratamento do fenómeno em textos que envolvessem um determinado tipo de nomes.

De entre esses nomes, procurei destacar, e elegi como objecto de estudo, nominais com o traço [+abs], nomes com modificadores e nomes de entidades com o traço [+anim].

O facto de optar por textos construídos por outrem levou-me a concluir que, dentro da mesma comunidade linguística, existe um conhecimento mais ou menos profundo do léxico que leva a uma escolha de termos adequados às situações e, consequentemente, a enunciados coerentes e coesos.

O meu interesse pelo léxico surgiu em consequência das teses desenvolvidas por Kleiber & Tyvaert (1990), Kleiber et al. (1991a e 1991b) e Kleiber (1990, 1999a, 1999b e 2001) em numerosos trabalhos sobre a semântica dos nomes e as relações lexicais estabelecidas *a priori*, a semântica do Protótipo e problemas de Polissemia.

Após os primeiros contactos com os exemplos canónicos que ilustram o fenómeno da Anáfora Associativa, exemplos como *aldeia/igreja*, *tronco/tília* e *caneta/aparo*, em enunciados de duas proposições, tracei logo, como primeiro objectivo, estudar o fenómeno em unidades maiores como o texto.

A recolha de vários *corpora*, antes da minha decisão final, desde termos metafóricos a publicidade, foi sempre no sentido de não usar “metatextos” para descrever o fenómeno mas, fazer o percurso inverso, isto é, observá-lo “de fora para dentro”.

Isso levou-me a procurar algumas definições tanto de *Anáfora* como de *Texto* e *Discurso*, elementos fundamentais para iniciar o meu trabalho e que apresento na Introdução. Paralelamente, como não queria limitar o estudo ao tipo de nomes apresentados na literatura, comecei a orientar a minha reflexão para tipos de nomes que, na classificação tradicional e clássica, são designados por *abstractos*.

Verifiquei a insuficiência da distinção entre nomes *concretos* e nomes *abstractos* mas também constatei que trabalhos mais recentes de Morfologia, Sintaxe e Semântica, como Rio-Torto (1997), Brito (1996a e 1996b), Brito & Oliveira (1995), Oliveira (1996) e Kleiber (1999a), têm abandonado essa terminologia em favor de outras como, por exemplo, *nominalizações deverbais* e *deadjectivais*, *nomes derivados*, *nomes deverbais* e *deadjectivais* ou, simplesmente, *nominais*.

Relativamente a nomes com modificadores, também fui levada pela curiosidade de observar o seu comportamento linguístico no funcionamento do fenómeno porque, na linha que eu pretendia seguir, os exemplos na literatura não contemplavam essa situação.

Sendo dado como certo que, qualquer que seja a distinção ou a terminologia dos nomes, eles servem para “nomear” ou “referir”⁹⁸, e estarão sempre associados a questões ligadas à *Referência*, dediquei o Capítulo 1 a essa problemática.

Em virtude de ser muito vasta a literatura, tentei ir ao encontro dos aspectos que me pareceram fulcrais para o enquadramento e interpretação do fenómeno, no acto comunicativo, apoiando-me na perspectiva de Cornish (1990) que me pareceu uma boa síntese do mesmo porque me conduziu a um outro fenómeno, a *Deixis*, directamente associado à *Anáfora*.

Na verdade, a literatura, em questões de *Referência*, tem apresentado os dois fenómenos como tendo aspectos comuns e aspectos divergentes.

⁹⁸ Utilizo aqui estes termos num sentido bastante lato.

Presentemente, e de acordo com várias propostas, Danon-Boileau (1990), Cornish (1990) e Kleiber (1991 e 1994), a tendência é no sentido de uma maior aproximação entre eles. Se a Anáfora for definida como fenómeno “memorial”, Wiederspiel (1989), e não “textual”, o critério não é o da “localização” do referente, mas o da “saliência” e a oposição Anáfora/Deixis não se mostra relevante.

Os estudos sobre *Referência* conduziram-me a uma outra questão pertinente para a Semântica e que é o *Sentido* de uma expressão. Foi de tal maneira importante essa distinção que, desde 1891, data em que Frege a introduziu, a Linguística construiu as suas designações na mesma linha. (Vilela, 1995).

Esta questão, bem como as condições a que deve obedecer um acto de linguagem para ser coroado de êxito e que Reboul (1994) designou de “felicidade”, na sequência, pelo menos, de Searle, apresento-as, com algum desenvolvimento, apoiando-me em trabalhos de Oliveira (1987) e Fonseca (1992), ainda no Capítulo 1. Retomei o mesmo assunto na abordagem das inferências na comunicação verbal, no Capítulo 3.

A terminar o Capítulo 1, expus as noções de “incompletude” e “saturação” referencial das expressões anafóricas em trabalhos de vários autores como Corblin (1985b e 1987), Kleiber et al. (1991a e 1991b) e Reboul (1994).

Em virtude de o fenómeno anafórico não se circunscrever apenas a um tipo, tive necessidade de estabelecer algumas fronteiras para proceder à sua descrição com disciplina, rigor e coerência possíveis.

Nesse sentido, destinei o Capítulo 2 ao tratamento da Anáfora correferencial e aos subtipos mais comuns, nominal e pronominal.

Começando pelas noções de referência actual e virtual de que Milner (1982) se serviu para fundamentar o fenómeno da anáfora e distinguir os elementos de uma língua natural, abordei outras perspectivas e terminologias como as de Oliveira (1986) e Corblin (1987), “fiel” e “infel”, que assentaram, fundamentalmente, em operações de determinação e domínio de interpretação para resolver casos de Anáfora nominal por retoma com determinante ou lexema diferente.

Para uma melhor compreensão das operações de actualização, consulte Coseriu (1967), Valin (1973) e Lyons (1977) porque a determinação e a quantificação têm um papel fundamental na estrutura gramatical do Português.

Relativamente à Anáfora pronominal, a sua interpretação coloca alguns problemas, em especial, quando não há correferência directa entre os termos, mas referência indirecta. Se a ocorrência do pronome, em lugar anafórico, actualizar a referência do termo antecedente, existe correferência e o material linguístico conduz, segundo Milner (1982), directamente à sua interpretação; em casos de referência indirecta, o segundo termo realizado pelo pronome pode ter uma interpretação de genérico ou colectivo, Kleiber (1994 e 1999b), relativamente ao termo antecedente.

Estes casos de referência indirecta colocam uma questão não consensual que tem sido abordada na literatura na medida em que, para alguns autores, Berrendonner (1991) e Charolles (1991), este tipo de Anáfora indirecta é considerado como um tipo de *Anáfora Associativa*.

Optei por terminar o Capítulo 2 servindo-me exactamente do tipo de Anáfora com referência indirecta como ponte para a Anáfora com disjunção referencial e, a partir daí, passei para o fenómeno da Anáfora Associativa, cujos aspectos fui abordando ao longo do Capítulo 3.

Assim, a disjunção referencial impõe-se como primeiro critério para o estabelecimento da Anáfora Associativa porque permite distinguir os fenómenos tendo como base o tipo de dependência referencial entre as expressões.

Apesar de o fenómeno, na sua essência, ter dado origem a tratamentos linguísticos diferentes, um ponto comum parece uni-los. Trata-se da necessidade de um processo inferencial para a sua interpretação, assunto que fui expondo ao longo do Capítulo 3.

Em relação às duas grandes teses que têm oposto Kleiber e Charolles, respectivamente, *léxico-estereotípica* e *discursivo-cognitiva*, no cerne da dissensão está a concepção de um modelo diferente da *Referência*, um modelo pragmático-cognitivo que se centra no *discurso* e não no *mundo*.

É evidente que, se não forem tomadas em conta restrições a nível lexical e semântico, e for dada ao discurso uma onipotência e autonomia praticamente

total relativamente aos seus referentes, o estabelecimento da Anáfora Associativa abrange uma maior possibilidade de relações.

Para contrariar essa tendência que, em parte, desaloja a Semântica lexical do lugar que lhe compete na Linguística ou, pelo menos, relativiza bastante a sua influência, Kleiber muito recentemente (2001) dedicou o que ele chamou de “*Première monographie consacrée à l'anaphore associative*” a uma tipologia alargada do fenómeno, introduzindo subtipos como Locativas, Actanciais e Funcionais.

Com o intuito de uma descrição clara dos aspectos já conhecidos nos trabalhos anteriores de Kleiber, acerca dos tipos de Anáfora Associativa baseados em relações *a priori* e de carácter convencional ou estereotípico, e dos aspectos contemplados mais recentemente, dediquei-lhes o Capítulo 4.

Este alargamento de tipos de Anáfora Associativa veio permitir o enquadramento de algumas nominalizações para as quais o tipo das relações anteriores não dava resposta.

Neste capítulo 4, procedi à Análise sistemática de formas de Anáfora Associativa de tipos diferentes em oito textos publicados numa revista mensal.

O objectivo fundamental foi analisar nominais derivados e nomes com modificadores no sentido de tentar determinar se poderiam ser “fonte” de Anáfora Associativa e em que medida o poderiam ser.

Assim, cheguei a algumas conclusões que passo a destacar.

Foi possível constatar que, em unidades maiores que a frase, não é possível enquadrar o fenómeno das relações anafóricas associativas utilizando apenas uma das duas teses apresentadas neste trabalho, pelo que proponho uma terceira via, síntese das anteriores, que designo de **léxico-discursiva**.

De facto, a tese léxico-estereotípica, para a interpretação deste fenómeno, considera que as relações estabelecidas entre o termo “antecedente” e o termo anafórico devam estar previamente inscritas ou definidas no léxico ou tenham, pelo menos, um carácter genérico. Embora essa perspectiva forneça respostas válidas quando a análise se reduz à frase, ela mostra-se insuficiente quando se passa para unidades maiores, como o texto, e com determinados tipos de nomes.

Verifiquei que o comportamento linguístico de nomes ou nominais com o traço [+abs] e nomes com modificadores, na medida em que os seus significados não são estáveis, manifestam uma dependência referencial não só da sua formação básica e afixal como também do texto.

Por outro lado, verifiquei que as relações preinscritas no léxico, relações *a priori*, são insuficientes na medida em que o discurso vai construindo relações *a posteriori* válidas em situações particulares.

Relativamente à tese discursivo-cognitiva, considero que as relações, *a posteriori*, sem terem em conta determinadas restrições impostas pelo léxico, dificultam uma definição interna da génese do fenómeno, impedindo o estabelecimento de balizas na interpretação da Anáfora Associativa.

Perante estas insuficiências, optei pelo cruzamento das duas teses, considerando-as não opostas mas complementares. Há, de facto, uma estreita relação entre o léxico e o discurso, uma vez que o léxico se projecta no discurso e o discurso se apoia (também) no léxico para construir relações que não estão predefinidas.

A análise que me propus fazer partiu de textos e debruçou-se sobre nominais com o traço [+abs], considerados nominais dependentes de outras entidades, e nomes com modificadores, ou seja, nomes que, para além da sua própria representação, são acrescidos da informação atribuída pelo modificador.

Tanto nominais derivados como nomes com modificadores dificilmente permitem o estabelecimento de associações *a priori* na medida em que são dependentes de outros elementos do léxico e de factores contextuais.

A análise efectuada, no capítulo anterior, levou-me às seguintes conclusões.

Tendo em conta os três tipos de leituras dos nominais deverbais propostos por Brito & Oliveira (1995), considero (e a análise dos textos mostra-o) que os mesmos implicam o estabelecimento de relações anafóricas de carácter diverso.

Essas diferentes leituras (eventiva, resultativa/individual) dos deverbais, sendo atribuídas no discurso, são-no apoiando-se em elementos lexicais de significação estática, como sejam as formas de base e os segmentos afixais do produto final, e em factores contextuais. Por outro lado, como os termos

anafóricos estão dependentes do tipo de leitura que possa ter o termo “antecedente”, a relação estabelecida é uma relação *a posteriori*.

Assim, a leitura eventiva está, fundamentalmente, associada ao próprio evento, implicando entidades nele envolvidas, podendo a relação entre o nominal eventivo e o termo anafórico ser de tipo locativo ou actancial.

A leitura resultativa e/ou individual centra-se, não no evento em si, mas no seu resultado, o que pode dar origem à sua associação com entidades concretas.

...

De igual modo, nomes com modificadores, quer adjectivais quer preposicionais, dificilmente aceitam relações estabelecidas *a priori*, na medida em que apenas o nome poderá ter uma maior estabilidade referencial pois o complemento, ao modificar o nome, restringe o significado do próprio nome e é essa informação contida no modificador que, muitas vezes, desencadeia, *a posteriori*, o estabelecimento de uma relação anafórica associativa.

Relativamente, ainda, aos modificadores adjectivais, há que ter em conta que estes, se forem derivados, não são autónomos da forma de base (Ns ou Vs) de onde provêm, advindo daí uma dependência ontológica maior ou menor, na medida em que os produtos finais adquirem, também, valores próprios e/ou convencionais.

No que diz respeito aos nomes com o traço [+abs], verifiquei que a oposição tradicional entre esses nomes e os concretos revela-se insuficiente ou mesmo inadequada quando os nomes são produtos de derivações, envolvidos no estabelecimento de uma Anáfora Associativa no texto. De facto, a interpretação de nomes que denotam eventos ou propriedades depende de determinados factores, encontrados no interior do próprio discurso, levando a que os mesmos possam adquirir o traço [-abs]. Esses factores passam pela modalidade (o Indicativo liga-se, normalmente, à concretude e o Conjuntivo à abstracção) e por complementos (locativos, finais e outros) aos quais os nomes possam estar associados.

Concluindo, a especificidade do fenómeno anafórico associativo num texto é a introdução de informações novas a partir de informações provenientes do

léxico e/ou introduzidas pelo próprio discurso, assegurando a continuidade mas também a novidade, contribuindo para a coesão e coerência globais do texto, produto final do discurso que foi sendo construído.

Espero que o *Corpus* que fui analisando, a Síntese dos Resultados e as Questões que apresento possam servir para um aprofundamento do fenómeno, tendo como termos unidades de significação complexas, no interior de um texto/discurso.

Parece-me que essa análise pode fundamentar a proposta de que as duas concepções, lexical e discursiva, ao serem encaradas como complementares, permitem que se considere uma outra alternativa, a *léxico-discursiva*.

...

É claro que muitas questões ficaram por abordar dados os objectivos predefinidos para este trabalho.

Por exemplo, reconheço a necessidade de um estudo sobre o comportamento das nominalizações em Anáfora Associativa e do alargamento das construções de base do tipo “X serve para Y”, para dar conta da possibilidade de novos tipos de Anáfora Associativa.

Há, também, que fazer um aprofundamento do estudo dos nominais no sentido de verificar se haverá algum tipo de formação do deverbal, tendo em conta a forma de base e o produto final, que fará dele um candidato *a priori* para ocupar o lugar de “antecedente” ou o do termo anafórico. O estudo da Anáfora Associativa poderá levar, ainda, a uma subcategorização dos nomes eventivos, tendo em conta o valor aspectual do predicado da forma de base.

Há, ainda, outras matérias de estudo que considero aliciantes, como o estudo diacrónico e aprofundado sobre a oposição concreto/abstracto e o estudo comparativo com outras línguas românicas desta dicotomia e das nominalizações deverbais e adjectivais.

Considero de extrema importância a articulação entre a Morfologia e a Semântica uma vez que a formação de palavras, e até o étimo, devem ser levados em conta no estabelecimento da Anáfora Associativa.

Por tudo isto, termino como comecei:

«Si le lexique peut aider à mieux comprendre l'anaphore associative, l'anaphore associative peut en retour aider à mieux décrire le lexique.».(Kleiber, 2001:5).

BIBLIOGRAFIA

- BENVENISTE, E., 1974, *Problèmes de linguistique générale*, II, Éditions Gallimard.
- BERRENDONNER, A., 1991, "Anaphores confuses et objects indiscrets" in *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 209-230.
- BORBA, F., 1992, "Proposta de descrição de nomes abstratos (Na)" in *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas, II Lexicoloxía e Metalexicografía*, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, La Coruña, Galicia Editorial, S.A., pp. 245-256.
- BOSQUE, I. & V. DEMONTE, 1999, *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, 1 - *Sintaxis básica de las clases de palabras*, Madrid, Editorial Espasa Calpe, S.A..
- BOSQUE, I., 1999, "El nombre común" in *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, 1 - *Sintaxis básica de las clases de palabras*, Madrid, Editorial Espasa Calpe, S.A., pp. 3-75.
- BOUYER, E. & D. COULON, 1991, "Détection des Entités et des Procès mis en relation dans les anaphores Associatives" in *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 321-343.
- BRITO, A. M. & F. OLIVEIRA, 1995, "Nominalization, Aspect and Argument Structure", in *Interfaces in Linguistic Theory*, Associação Portuguesa de Linguística, Colibri, pp. 57-80.
- BRITO, A. M., 1996a, "A ordem de palavras no SN em português numa perspectiva de Sintaxe comparada – Um caso particular: os Ns deverbais eventivos", in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri, A. P. L., pp. 81-106.
- BRITO, A. M., 1996b, "Algumas reflexões sobre a interface léxico-sintaxe. A propósito dos nomes e das nominalizações", in *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*, Salvador da Baía, ABRALIN-FINEP-UFBA, pp. 73-83.

- CAMPOS, M. H. & M. F. XAVIER, 1991, *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 359-379.
- CARVALHO, J. G. H., 1970, *Teoria da Linguagem*, Tomo I [reedição], Coimbra, Atlântida Editora, S.A.R.L. pp.141-150.
- CASTELEIRO, J. M., 1981, *Sintaxe transformacional do adjetivo-regência das construções completivas*, Lisboa, INIC.
- CHAROLLES, M., 1991, "Anaphore associative, stéréotype et discours" in *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 67-92.
- CHAROLLES, M., 1999, "Associative anaphora and its interpretation", in *Journal of Pragmatics*, vol 31, nº 3, March 1999, Amsterdam, Elsevier, pp. 311-326.
- CHOI-JONIN, I., 1991, "L'Anaphore Associative et le trait sémantique animé", *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 251-267.
- CORBLIN, F., 1987, *Indéfini, défini et démonstratif, constructions linguistiques de la référence*, Paris, Droz.
- CORNISH, F., 1990, "Anaphore pragmatic, référence et modèles du discours" in *L'Anaphore et ses Domaines*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 81-96.
- COSERIU, E., 1967, *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*, 2ª ed., Segunda Edición, Madrid, Editorial Gredos, S. A..
- CRISTO, J. C. A. & M. L. GALHARDO, 1988, *O Mundo Biológico*, Biologia – 12º ano, Vol. I, Lisboa, Editora Replicação.
- CRUSE, D. A., 1986, *Lexical Semantics*, caps. 4, 5, 6, 7, New York, Cambridge University Press.
- CUNHA, C. & L. CINTRA, 1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 10ª ed., 1994, Lisboa, Sá da Costa.
- DALADIER, A., 1999, "Le groupe nominal: contraintes distributionnelles et hypothèses de descriptions" in *Langue Française*, nº 122, Maio 1999.
- DANON-BOILEAU, L., 1990, "Il y a deixis et deixis: considérations cursives sur les limites du fonctionnement déictique de «le» et du fonctionnement anaphorique de «ce»" in *L'Anaphore et ses Domaines*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 97-109.

- DAVID, J. & G. KLEIBER, (orgs), 1984, *Déterminants: Syntaxe et Sémantique*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines.
- DAVID, S., 1990, "Quelques remarques a propos du traitement automatique des relations anaphoriques" in *L'Anaphore et ses Domaines*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 111-141.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2001, Vol I e II, Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo.
- DUBOIS, D. & F. LAVIGNE-TOMPS, 1991, "Anaphore Associative et Traitements Cognitifs" in *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines.
- DUCROT, O., 1972, *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann.
- Enciclopédia EINAUDI*, 2 - *Linguagem - Enunciação*, 1984, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ERNOUT, A., 1974, *Morphologie historique du Latin*, Troisième Édition, Paris, Klincksieck.
- FARIA, I. H., E. PEDRO, I. DUARTE & C. GOUVEIA, (orgs.), 1996, *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho SA.
- FONSECA, J., 1988, "Coerência do Texto" in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas*, II série, Vol. V – Tomo 1, 1988, pp.7-18.
- FONSECA, J., 1992, *Linguística e Texto/Discurso, Teoria*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- FONSECA, J., 1994, *Pragmática Linguística Introdução*, Porto, Porto Editora, Lda.
- FREGE, G., 1962, *Vandenhoeck und Ruprecht*, trad. cast. 1973, 2ª ed., *Estudios sobre Semantica*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A..
- GOMES, A. A., 1921, *Elementos de Gramática Portuguesa*, 4ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- GOUVEIA, C. A. M., 1996, "Pragmática" in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, SA.
- HERRMANN, M-P, 1990, "Le role du determinant dans l'accomplissement de la reprise lexicalisée: le cas du possessif" in *L'Anaphore et ses Domaines*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 183-197.
- HOLENSTEIN, E., 1975, *Jakobson – Le Structuralisme Phénoménologique*, trad. Port. *Jakobson - O Estruturalismo Fenomenológico*, Lisboa, Editorial Vega.

- JAYEZ, J., 1994, "Pertinence lexicale et Métaphore. Le cas du choix synonymique" in *Langage et Pertinence Référence Temporelle, Anaphore, Connecteurs et Métaphore*, chapitre 4, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, pp. 229-301.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C., 1986, *L'Implicite*, Paris, Armand Colin Éditeur.
- KLEIBER, G., (ed.), s/d, *Rencontre(s) avec la Généricité*, Recherches Linguistiques, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines.
- KLEIBER, G. & J.-E. TYVAERT, 1990, *L'Anaphore et ses Domaines*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines.
- KLEIBER, G., 1990, *La Sémantique du prototype*, Paris, Presses Universitaires de France.
- KLEIBER, G., 1991, "Anaphore - Deixis" in *L'information grammaticale* 51, Paris, pp. 3-18.
- KLEIBER, G., C. SCHNEDECKER & L. UJMA, 1991a, "L'anaphore associative, d'une conception l'autre" in *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 5-64.
- KLEIBER, G., R. PATRY & N. MÉNARD., 1991b, "Anaphore Associative: Dans quel sens "roule"-t-elle?" in *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 129-150.
- KLEIBER, G., 1994, *Anaphores et Pronoms*, Louvain-la-Neuve, Duculot.
- KLEIBER, G., 1999a, "Anaphore Associative et relation partie-tout: Condition d'Aliénation et Principe de Congruence Ontologique" in Anne Daladier *Le groupe nominal: contraintes distributionnelles et hypothèses de descriptions Langue Française*, n° 122, Maio 1999, pp. 70-100.
- KLEIBER, G., 1999b, *Problèmes de Sémantique: la polysémie en questions*, Paris, Presses Universitaires du Septentrion.
- KLEIBER, G., 2001, *L'anaphore associative*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LOPES, O., 1971, *Gramática Simbólica do Português (um esboço)*, Lisboa, Gulbenkian.
- LYONS, J., 1977, *Semantics*, trad. port. *Semântica - I*, Lisboa, Editorial Presença, Lda.
- MAINGUENEAU, D., 1996, *Les termes clés de l'analyse du discours*, trad. port. 1997, 1ª ed., *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*, Lisboa, Gradiva.

- MATEUS, M. H. M., A. M. BRITO, I. DUARTE & I. H. FARIA, 1989, *Gramática da Língua Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Caminho.
- MILNER, J. C., 1982, "Réflexions sur la référence et la coréférence" in *Ordres et Raisons de Langue*, Paris, Editions du Seuil, pp. 9-42.
- MOESCHLER, J., A. REBOUL, J.-M. LUCHER & J. JAYEZ, 1994, *Langage et Pertinence Référence temporelle, Anaphore, Connecteurs et Métaphore*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy.
- NEVES, D. R., 1997, "Ensinar Português: ensinar textos" in *Actas do 1º Encontro de professores de Português homenagem a Óscar Lopes A língua mãe e a paixão de aprender*, 1ª ed., Areal Editores., pp. 105-117.
- OLIVEIRA, F., 1987, "Cadeias anafóricas. Que referência?" in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. IV, 1987, pp. 125-135.
- OLIVEIRA, F., 1988, *Relações anafóricas: algumas questões*, Estudo para discussão como prova complementar de doutoramento em Linguística Portuguesa, Porto.
- OLIVEIRA, F., 1995, "Aspecto, referência nominal e papéis temáticos" in *Línguas e Literaturas in honorem Prof. Óscar Lopes*, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Vol. XII, 1995, pp. 55-73.
- OLIVEIRA, F., 1996, "Semântica" in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Cap. VII, Lisboa, Editorial Caminho, SA., pp. 333-379.
- OLIVEIRA, F., 1997, "A Semântica faz parte da Gramática?" in *Actas do 1º Encontro de professores de Português homenagem a Óscar Lopes A língua mãe e a paixão de aprender*, 1ª ed., Areal Editores., pp. 81-90.
- PAPALIA, D. E., S. W. OLDS & R. D. FELDMAN R., 2001, *A Child's World: Infancy Through Adolescence*, 8ª ed, trad. port. *O Mundo da Criança*, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- PARKER, J. M. & R. L. COIMBRA, 1989, "A metáfora e a linguística textual" in *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp.267-283.
- PEREIRA, S. G. C., 1999, "Predicados Adjectivais: Propriedades Semânticas e Aspectuais" in *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. II, Braga, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 309-320.

- PINTO, M. G., 1987, "A coesão em histórias dos 6 aos 8 anos" in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas*, II Série, vol. IV, pp. 93-113.
- RAPOSO, E. P., 1992, *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*, 2ª ed., Lisboa. Editorial Caminho, SA.
- REBOUL, A., 1994, "L'Anaphore Pronominale: Le problème de l'attribution des référents" in *Langage et Pertinence Référence Temporelle, Anaphore, Connecteurs et Métaphore*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, pp. 105-173.
- RIEGEL, M., 1991, "Article défini, anaphore intra-phrastique et relations partie-tout", in *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp. 233-250.
- RIO-TORTO, G. M., 1996, "Processos e Paradigmas de Formação de Palavras em Português" in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol III, Lisboa, Edições Colibri, A.P.L., pp 275-291.
- RIO-TORTO, G. M., 1997, "Construção e Interpretação: O exemplo dos Nomes Heterocategoriais" in *Sentido que a Vida faz, Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 815-834.
- RIO-TORTO, G. M., 1998, *Morfologia Derivacional Teoria e aplicação ao Português*, Porto, Porto Editora, Lda.
- SCHNEDECKER, C., M. CHAROLLES, G. KLEIBER & J. DAVID, 1991, *L'Anaphore Associative*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines.
- SEARLE, J. R., 1969, *Speech Acts*, trad. port. *Os Actos de Fala – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem*, 1981, Coimbra, Almedina.
- SILVA, F., "A dimensão cognitiva na anáfora associativa: um exemplo" in *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, (Porto, 29 e 30.5.1998), Mário Vilela e Fátima Silva (orgs), Faculdade de Letras do Porto, pp. 253-268.
- SOULE-BECK, I., 1990, "Nom propre et anaphore" in *L'Anaphore et ses Domaines*, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, pp.337-354.
- TORRINHA, F. 1943-1944, *Gramática Portuguesa*, 6ª ed., Pôrto, Edições Marânus.

- ULLMANN, S., 1964, *Semantics - An Introduction to the Science of Meaning*, Oxford, Blackwell, trad. port. *Semântica*, 1987, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- VALIN, R., (org), 1973, *Principes de linguistique théorique de Gustave Guillaume 1945-1946.C*, Recueil de textes inédits, Québec, Les Presses de l'Université Laval, Paris, C. Klincksieck.
- VALIN, R., W. HIRTLE & A. JOLY, (orgs), s/d, *Leçons de linguistique de Gustave Guillaume 1945-1946.A*, Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- VALIN, R., W. HIRTLE & A. JOLY, (orgs), s/d, *Leçons de linguistique de Gustave Guillaume 1945-1946.C*, Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- VATER, H., 1984, "Déterminants et quantificateurs" in *Déterminants: Syntaxe et Sémantique*, 1984, Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines.
- VILELA, M., 1995, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- VILELA, M., "A Metáfora na instauração da Linguagem" in *Línguas e Literaturas*, Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1996, vol. XIII, Porto.
- VILELA, M., 1997, "Semântica do "Lugar Comum", in *Sentido que a vida faz, Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras – Editores, S. A., pp. 869-883.
- VILLALVA, A. & C. N. CORREIA, 2000, "Morfologia e Semântica dos Nomes-Sujeito" in *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol II, Braga, Gráfica de Coimbra, Lda.
- XAVIER, M. F. & M. H. MATEUS, (orgs), s/d, *Dicionário de Termos Linguísticos*, Vol 1, Associação Portuguesa de Linguística Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Edições Cosmos.
- ZARAGUETA, J., 1955, *Vocabulário Filosófico*, Madrid, Espasa-Calpe.